

PAULO CÉSAR DE SOUZA

ARGUMENTAÇÃO E EMOÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS JORNAIS TRIBUNA LIVRE E
FOLHA DA MATA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2011

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S729a
2011

Souza, Paulo César de, 1958-

Argumentação e emoção no discurso jornalístico: análise comparativa entre os jornais Tribuna Livre e Folha da Mata / Paulo César de Souza. – Viçosa, MG, 2011.
vi, 117f. : il. ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Mônica Santos de Souza Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa

Referências bibliográficas: f. 105-107

1. Análise do discurso. 2. Jornalismo. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 401.41

PAULO CÉSAR DE SOUZA

ARGUMENTAÇÃO E EMOÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS JORNAIS TRIBUNA LIVRE E
FOLHA DA MATA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 23 de fevereiro de 2011.



Prof. William Augusto Menezes



Profa. Cristiane Cataldi dos Santos Paes
(Coorientadora)



Profa. Mônica Santos de Souza Melo
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder mais esta realização;

Aos meus pais e à minha família, pelo incentivo;

À professora Dra. Mônica Santos de Souza Melo, orientadora deste trabalho, pelos conhecimentos, dedicação e compreensão;

Aos membros da banca examinadora, professores Dr. William Augusto Menezes e Dra. Cristiane Cataldi dos Santos Paes, pelas valiosas contribuições ao aperfeiçoamento deste trabalho;

À Adriana Santana Gonçalves, Secretária de Pós-Graduação, pela boa vontade e cordialidade com que sempre nos atendeu.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO | v |
| ABSTRACT | vi |
| 1. INTRODUÇÃO | 01 |
| 1.1. JUSTIFICATIVA | 06 |
| 1.2. OBJETIVOS | 08 |
| 1.2.1. Objetivo geral | 08 |
| 1.2.2. Objetivos específicos | 08 |
| 1.3. HIPÓTESE | 08 |
| 1.4. METODOLOGIA | 08 |
| 1.4.1. Definição do <i>corpus</i> : os jornais Folha da Mata e Tribuna Livre | 09 |
| 1.4.2. Procedimentos de análise | 11 |
| 1.4.3. Categorias de análise | 12 |
| 1.4.3.1. Recursos da ordem do racional | 13 |
| 1.4.3.2. Recursos da ordem do emocional | 13 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 2.1. ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUNS FUNDAMENTOS | 14 |
| 2.2. TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA: PRESSUPOSTOS BÁSICOS | 16 |
| 2.2.1. Os sujeitos da linguagem | 18 |
| 2.2.2. O contrato de comunicação | 20 |
| 2.2.3. Os modos de organização do discurso | 21 |
| 2.2.4. O discurso de informação midiático sob o olhar da Semiologia | 23 |
| 2.3. ARGUMENTAÇÃO | 27 |
| 2.3.1. Alguns estudos sobre argumentação | 28 |
| 2.3.2. Argumentação na perspectiva semiológica | 33 |
| 2.4. EMOÇÕES | 35 |
| 2.4.1. A emoção do ponto de vista da Análise do Discurso | 37 |
| 3. ANALISANDO AS NOTÍCIAS | 41 |
| 3.1. AS NOTÍCIAS QUE EXPLORAM O DOMÍNIO DO PRAGMÁTICO | 43 |
| 3.1.1. Notícias relacionadas às mudanças no trânsito | 43 |

| | |
|---|-----|
| 3.1.1.1. Notícia 1: publicada pelo jornal Tribuna Livre | 43 |
| 3.1.1.2. Notícia 2: publicada pelo jornal Folha da Mata | 49 |
| 3.1.2. Notícias sobre a obra na Bernardes Filho | 56 |
| 3.1.2.1. Notícia 3: publicada pelo jornal Tribuna Livre | 56 |
| 3.1.2.2. Notícia 4: publicada pelo jornal Folha da Mata | 61 |
| 3.2. AS NOTÍCIAS QUE EXPLORAM O DOMÍNIO DO ÉTICO | 66 |
| 3.2.1. Notícias sobre a proposta de emenda ao projeto contra o nepotismo... | 66 |
| 3.2.1.1. Notícia 5: publicada pelo jornal Tribuna Livre | 67 |
| 3.2.1.2. Notícia 6: publicada pelo jornal Folha da Mata | 71 |
| 3.2.2. Notícias sobre a rescisão de contrato da PMV com o Grupo Sim | 75 |
| 3.2.2.1. Notícia 7: publicada pelo jornal Tribuna Livre | 75 |
| 3.2.2.2. Notícia 8: publicada pelo jornal Folha da Mata | 79 |
| 3.2.3. Notícias sobre a contratação irregular de advogados pela PMV | 84 |
| 3.2.3.1. Notícia 9: publicada pelo jornal Tribuna Livre | 84 |
| 3.2.3.2. Notícia 10: publicada pelo jornal Folha da Mata | 89 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| 5. REFERÊNCIAS | 105 |
| 6. ANEXOS | 108 |
| 6.1. Notícia 1..... | 108 |
| 6.2. Notícia 2 | 109 |
| 6.3. Notícia 3 | 110 |
| 6.4. Notícia 4 | 111 |
| 6.5. Notícia 5 | 112 |
| 6.6. Notícia 6 | 113 |
| 6.7. Notícia 7 | 114 |
| 6.8. Notícia 8 | 115 |
| 6.9. Notícia 9 | 116 |
| 6.10. Notícia 10 | 117 |

RESUMO

SOUZA, Paulo César de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2011. **Argumentação e emoção no discurso jornalístico: análise comparativa entre os jornais Tribuna Livre e Folha da Mata.** Orientadora: Mônica Santos de Souza Melo. Coorientadoras: Cristiane Cataldi dos Santos Paes e Adriana da Silva.

Neste trabalho, propomos a análise das estratégias discursivas utilizadas pela mídia impressa. São observados os vários recursos argumentativos empregados na construção das notícias visando tocar afetivamente o público. Trata-se de uma pesquisa que tem como *corpus* um conjunto de 10 notícias veiculadas pelos jornais Tribuna Livre e Folha da Mata, ambos da cidade de Viçosa-MG, no período compreendido entre 05/07 e 04/10/2008, por ocasião da campanha eleitoral municipal. As notícias em questão se referem às ações administrativas realizadas na gestão 2005/2008, bem como aos fatos que, de alguma forma, envolveram integrantes da administração municipal. Trata-se, portanto, de uma análise comparativa entre os discursos produzidos por essas duas instâncias de produção midiáticas. Partimos da hipótese de que haveria divergência de opiniões dos semanários quanto ao candidato à reeleição. Tal hipótese foi confirmada pela seleção temática, pelas estratégias argumentativas e reforçada pelos critérios de localização das notícias na página e no jornal. Nesta pesquisa, discutiram-se, ainda, questões em torno da objetividade jornalística e da articulação entre emoção e razão no processo argumentativo. Em relação ao primeiro aspecto, confirmaram-se os posicionamentos de profissionais da Comunicação e da Análise do Discurso segundo os quais a isenção total na veiculação dos fatos seria ilusória. Confirmou-se, também, a tese defendida em estudos recentes sobre a argumentação de que haveria um natural entrecruzamento entre as dimensões do *logos* e do *pathos*, ou seja, de que razão e emoção seriam inseparáveis na argumentação. Dentre as várias teorias discursivas sobre argumentação e emoção que serviram de apoio à nossa pesquisa, elegemos como norteadora do nosso trabalho a Semiologia, de Patrick Charaudeau.

ABSTRACT

SOUZA, Paulo César de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2011. **Argumentation and emotion in journalistic discourse: comparative analysis between newspapers Tribuna Livre and Folha da Mata.** Adviser: Mônica Santos de Souza Melo. Co-Advisers: Cristiane Cataldi dos Santos Paes and Adriana da Silva.

In this research we proposed the analysis of discursive strategies used by the media prints. We observed the various argumentative resources used in the construction of news which goal was to affect the public's emotion. This is a research that has as a corpus a set of 10 news reported by Tribuna Livre and Folha da Mata newspapers, both of Viçosa-MG, in the period between 07/05 and 10/04/2008, during the municipal election campaign. The news are related to administrative actions taken during 2005/2008, as well as to the facts that, somehow, they involved members of the municipal administration. It is, therefore, a comparative analysis between the discourses produced by these two instances of media production. Our hypothesis is that there were divergent opinions from the weeklies concerning the candidate to the reelection. This hypothesis was confirmed by the selection issue, the argumentative strategies and reinforced by the criteria of news location in the page and in the newspaper. In this research were discussed also issues surrounding journalistic objectivity and the relationship between emotion and reason in the argumentative process. Regarding the first point, it was confirmed positioning of the communication professionals and of the discourse analysis according to which the full exemption in the placement of the facts would be illusory. It was confirmed also the view supported by recent studies on the argumentation that there would be a natural crossover between the dimensions of logos and pathos, that is, that reason and emotion were inseparable in the argumentation. Among the several discursive theories about reasoning and emotion that served to support our research, we choose as a guide to the work the semiolinguistics by Patrick Charaudeau.

1. INTRODUÇÃO

A mídia, de maneira geral, cada vez mais explora temas potencialmente desencadeadores de emoção. Basta uma rápida passagem pelos noticiários para que se confirme essa prática. Há grande preferência por notícias sobre assassinatos, guerras, inundações, incêndios, acidentes, sequestros, escândalos políticos, etc. Estes são alguns dos assuntos que ocupam o espaço midiático, cotidianamente, e que se destinam a despertar no público vários tipos de sentimento, como medo, indignação, ódio, piedade, tristeza, alegria, esperança, etc.

Empenhado no estudo dos efeitos ocasionados pela mídia, Bourdieu (1997) toma como objeto a televisão e examina os mecanismos internos e externos que revestem esse veículo do grande poder de influenciar a sociedade e o próprio campo jornalístico. A partir do conceito de campo¹, explica o que culminou nessa mudança de comportamento da mídia, no que se refere à seleção temática, atribuindo, em última instância, responsabilidade à pressão do campo econômico sobre o jornalístico.

Segundo este autor, em função da concorrência por uma maior fatia no mercado, a televisão se viu forçada a apelar às notícias de variedades, que “sempre foram o alimento predileto da imprensa sensacionalista”, “o sangue e o sexo, o drama e o crime sempre fizeram vender” (p. 22). Comentários que, como se vê, confirmam a forte tendência dos veículos de comunicação de se utilizarem de temas que tocam afetivamente o público.

Mas a seleção dos fatos a serem noticiados não pode ser explicada somente a partir de fatores externos, já que “O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 55). Assim, para a compreensão desse processo, seria preciso considerar também as relações que se estabelecem dentro do próprio jornalismo, pois “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 57). A concorrência, entre os jornais, por exemplo, se traduziria também na disputa pelo capital simbólico (*furo*, informação exclusiva, reputação, etc.). De forma que essa disputa se realizaria, também, entre os próprios profissionais do campo jornalístico.

¹ Com este conceito, Bourdieu se refere aos campos da atividade humana (artístico, científico, econômico, jornalístico, etc.), cujas complexidades das produções ideológicas, segundo Grillo (2006), não poderiam ser explicadas somente por suas leis internas, mas que também não se reduziriam aos determinismos socioeconômicos. O campo jornalístico tem, segundo Bourdieu (1997, p. 77), a particularidade de ser “[...] muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos [...]”, mas, por ter leis próprias, por ser autônomo, não se pode explicar o que se passa em seu universo também apenas a partir de fatores externos.

Da mesma forma, a concorrência se dá entre o mundo da televisão e o do jornalismo impresso. Devido à forte influência da televisão, os jornais se vêem diante da obrigação de escolher entre se manter como um meio de comunicação sério, que opta pela veiculação de fatos e informações estritamente sociais e culturais, ou se renderem ao apelo comercial recorrendo às notícias sensacionalistas, que, “[...] abandonadas às construções selvagens da demagogia (espontânea ou calculada), podem despertar um imenso interesse ao adular as pulsões e as paixões mais elementares” (BOURDIEU, 1997, p. 74).

A seleção temática é um procedimento facilmente percebido pelo público, mas o apelo ao emocional se apresenta também na construção verbal e requer uma observação mais atenta das estratégias discursivas empreendidas pelo sujeito jornalista. Analisar essas estratégias é tarefa do analista de discurso e constitui o foco deste trabalho, que investiga os mecanismos utilizados no gênero notícia, em cuja elaboração se pode detectar a utilização de recursos que visam algo mais que o cumprimento da função eleita pelo campo jornalístico como seu objetivo maior: a de informar.

Admitir a existência de uma prática que ultrapassa o propósito de informar equivale a dizer que a notícia não representa a informação pura e simples dos fatos. Apesar disso, as instâncias midiáticas continuam reivindicando para si a credibilidade em função de uma suposta neutralidade na veiculação das notícias, o que nos obriga a um breve percurso pela literatura sobre o conceito de objetividade jornalística, uma vez que este se encontra, permanentemente, no centro dos debates sobre o fazer jornalístico, que tem sido desenvolvido especialmente por profissionais e estudiosos da área de comunicação e, mais recentemente, por pesquisadores da área de estudos linguísticos, especialmente da Análise do Discurso.

Sob a perspectiva dos estudos na área do jornalismo, observa-se que distanciamento, imparcialidade, isenção, neutralidade, objetividade são qualidades frequentemente associadas à prática do “bom jornalismo”. Segundo os defensores deste conceito, um fato deveria ser levado a público sem a influência do responsável pela notícia. Dito de outra forma, Folliet (apud AMARAL, 1978, p. 45) afirma que “[...] a apresentação deve ser objetiva e um pouco incolor, inodora e sem sabor”. Afirma, ainda, “O menos possível de adjetivos e advérbios que seriam, já, comentários. O fato ou o acontecimento deve falar sozinho. O leitor que o julgue”. Defendendo uma posição contrária à de Amaral, Rossi (2007, p. 10) comenta:

(...) entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um *background* pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro com formação, *background* e opiniões diversas.

Porém, algumas questões sobre a objetividade jornalística precisam ainda ser discutidas para que tenhamos maior segurança no que se refere à análise de notícias. Segundo Pena (2008, p. 50), haveria um equívoco no tratamento do conceito de objetividade jornalística. O jornalista afirma que o problema estaria na interpretação: “A objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer a sua inevitabilidade”. Para Pena (2008, p. 51), o verdadeiro significado desse conceito relaciona-se à idéia de os fatos serem construídos de forma tão complexa que não se pode considerá-los como a expressão absoluta da verdade: “a sociedade confunde a objetividade do método com a do profissional, e este jamais deixará de ser subjetivo”. A criação de um método poderia, sim, proporcionar certo rigor científico na elaboração da notícia. A objetividade surgiria em função do reconhecimento da subjetividade dos fatos, ou seja,

[...] eles são construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiosincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. (PENA, 2008, p. 50)

Outra questão relevante diz respeito à criação de um espaço reservado a artigos de opinião, separando-os das reportagens, o que, segundo este mesmo autor, contribui para a confusão. Segundo Chaparro (apud PENA, 2008, p. 52), esta separação ilude o leitor, fazendo-o acreditar na notícia como uma informação purificada. Para este autor, “a divisão entre notícias e comentários não representou uma separação entre informação e opinião, mas entre dois tipos de texto, um com uma estrutura formal argumentativa, outro com estrutura formal narrativa”.

A última, e mais importante das questões, trata da diferença entre opinião e interpretação. Martins (2005) explica que os jornais, há algumas décadas, na sua maioria, apresentavam um caráter partidário e se destinavam a um público também partidário. Dessa forma, a expectativa do leitor era de encontrar uma opinião que atendesse às suas convicções políticas. Expectativas correspondidas pelos jornais que, obviamente, desejavam cativar o leitor. Com o aumento nos gastos com investimentos em pessoal, em equipamentos,

máquinas e tecnologia, os jornais viram-se na necessidade de se dirigir a um público cada vez mais amplo, constituído por leitores com preferências políticas variadas. Essa mudança de estratégia teria dado origem à busca de isenção na cobertura jornalística. No entanto, este mesmo autor adverte que é preciso separar opinião de interpretação. Segundo o jornalista, na maioria das vezes, para que o leitor compreenda, é preciso explicar, analisar, interpretar o que aconteceu. Para ele, assim se distinguem opinião e interpretação:

A opinião, no fundo, apenas se alimenta do fato para reafirmar um ponto de vista prévio. Já a interpretação é uma primeira leitura do acontecimento, é uma tentativa de juntar e relacionar seus vários fragmentos no momento em que ele está ocorrendo. (MARTINS, 2005, p. 22)

Distinção ratificada por Markel (apud AMARAL, 1978, p. 45):

A interpretação é parte essencial das colunas noticiosas; a opinião deve ficar confinada, quase religiosamente, às colunas editoriais. Este é um ponto importantíssimo do qual nunca se poderá fazer pouco caso.

Observamos, entretanto, que a prática jornalística não reflete totalmente o que se afirma nos fragmentos acima, ou seja, não se trata apenas de interpretação. A opinião do jornalista está, não raras vezes, presente na maioria dos gêneros que compõem o jornal. Em se tratando de notícias de cunho político, fica ainda mais evidente o posicionamento do redator. A mídia se coloca definitivamente na função de formadora de opinião e o leitor recebe as informações e, em alguns casos, parece assumi-las como inquestionáveis.

A influência que a mídia exerce sobre o leitor-eleitor, em relação às questões políticas, pode ser fator decisivo na escolha dos candidatos. Pensando nisso, nos propomos a analisar o discurso jornalístico, no intuito de revelar os sentidos possíveis, considerando que nenhum ato de linguagem se constrói aleatoriamente, ou seja, que existe sempre uma intenção daquele que fala ou escreve e, portanto, os recursos linguísticos são escolhidos sempre em função dos objetivos que se deseja alcançar. É assim que, em nossas interações, selecionamos palavras cujos significados sejam mais adequados aos nossos propósitos e as organizamos em função das estratégias discursivas que pretendemos adotar.

Através da seleção lexical, da inversão na ordem das palavras, e de outros mecanismos argumentativos, o sujeito jornalista tem a possibilidade de tentar provocar determinados efeitos emocionais no leitor. É comum, nos casos de notícias que veiculam acontecimentos políticos, a exploração de aspectos éticos envolvidos nas ações de agentes públicos, com fins de despertar no telespectador, ouvinte ou leitor o sentimento de indignação.

Observamos, também, que as teorias do jornalismo às quais nos referimos até agora revelam uma estreita relação com as da linguagem. Estas últimas se desenvolveram em torno das noções de transparência e opacidade da língua. As que se ocuparam exclusivamente da forma, o fizeram porque conceberam a linguagem como transparente. Assim, um ato de linguagem encerraria sua significação apenas no material verbal, bastando ao receptor a simples tarefa de decodificação da mensagem para apreender a intencionalidade do emissor; o processo de comunicação seria visto como algo simétrico, já que haveria uma única possibilidade de significação. Teríamos como produto um ato de linguagem produzido em circunstância de comunicação neutra, fora de seu contexto.

Sob outras perspectivas teóricas, o contexto sócio-histórico seria determinante para a significação. Assim, o sentido não se esgotaria somente em seu explícito, mas para além do significado próprio do material linguístico. Disso decorreria a assimetria do ato de linguagem e, portanto, a opacidade do mesmo, já que o sentido atribuído pelo locutor poderia não corresponder às expectativas do interlocutor.

As teorias do jornalismo refletem essas concepções de linguagem. Dentre elas, podemos perceber, basicamente, duas orientações: as que consideram a notícia como um simples ato de apreensão e transmissão do que ocorre no espaço público; e as que a concebem como um ato complexo: para que a notícia chegue ao seu destino, percorre-se todo um processo de construção que prevê o inevitável envolvimento do jornalista.

A primeira orientação se faz representar, principalmente, pela Teoria do Espelho, segundo a qual a notícia seria apenas o reflexo da realidade. Para essa teoria,

[...] o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais. (PENA, 2008, p. 125).

A língua, nesta perspectiva, por ser externa ao indivíduo, seria passível de uma simples utilização. Essa concepção permitiria ao jornalista um distanciamento tal que seria possível levar ao público o fato exatamente como ocorrido. O motivo pelo qual ainda hoje se defende essa prática é que ela proporcionaria legitimidade e credibilidade aos jornalistas.

À segunda orientação pertenceria, por exemplo, a Newsmaking, teoria que se recusa a aceitar o jornalismo como um simples reflexo da realidade. Nessa concepção, a subjetividade é considerada inerente ao processo de construção da linguagem, impossibilitando, portanto, a tão almejada objetividade jornalística. Como define Pena (2008, p. 128), o jornalismo é:

[...] antes, a construção social de uma suposta realidade. Dessa forma, é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem os discursos, que, submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o senso comum das redações chama de notícia.

É com este conceito que trabalha a Análise do Discurso. Uma ciência que “[...] não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?” (ORLANDI, 2007, p. 17). Isto quer dizer que, pela linguagem, o homem constrói uma realidade, não sendo a língua uma simples representação do mundo.

Se a partir da linguagem construímos uma realidade, o campo midiático, movido por interesses diversos, se torna o espaço ainda mais propenso à escolha de estratégias cujos objetivos sejam o de influenciar o público, com fins determinados. Cabe ao pesquisador (analista do discurso) tornar perceptíveis essas estratégias, detectando e analisando as pistas que dão determinadas orientações argumentativas ao texto. É nosso objetivo, através dessas pistas, demonstrar como o sujeito jornalista constrói sua argumentação visando a persuasão pela emoção no discurso político.

1.1. JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se insere na Linha de Pesquisa “Gênero Discursivo, Mídia e Identidade” do Departamento de Letras da UFV e se afina, em termos de temática e do suporte teórico e metodológico adotado, com as pesquisas desenvolvidas na Graduação e no Mestrado em Letras desse Departamento, na área de Estudos Discursivos.

Em termos da relevância do tema abordado, tal pesquisa justifica-se por promover uma integração entre os estudos linguísticos e questões de caráter eminentemente social, já que estamos tratando da mídia, um organismo de forte influência na sociedade, que pode, através das construções discursivas, interferir na condução de questões públicas essenciais.

A interferência da mídia já se observa na seleção temática, que, para a nossa pesquisa, é de fundamental importância. Em nosso *corpus*, veiculam-se fatos considerados mais significativos para a prática da cidadania, já que estariam em debate as ações administrativas de um candidato à reeleição. Nossa hipótese é de que a seleção dos acontecimentos focalizados pela imprensa obedece a um critério de escolha que visa conciliar os dois pólos formadores da instância midiática: o ideológico (o dever de contribuir para a prática da cidadania) e o econômico (a necessidade de captação). Entendemos que a seleção temática,

neste caso, pode apresentar, ainda, um terceiro ingrediente: os interesses políticos das próprias empresas jornalísticas, que podem, através da elaboração do texto, refletir uma visão particular na construção da notícia.

A opção pelos jornais Folha da Mata e Tribuna Livre como material de pesquisa se deve ao fato de serem estes os principais jornais da cidade de Viçosa e, sendo assim, se constituírem como principais concorrentes no mercado municipal. Essa disputa pode se estender também à esfera política, revelando posicionamentos possivelmente opostos das instâncias midiáticas.

Cabe destacar, geralmente, a predominância, tanto na área da comunicação quanto nos estudos linguísticos, de pesquisas que se interessam por jornais e revistas de grande circulação. Dessa forma, analisam-se textos que se referem aos temas com amplitude nacional. Já, nesta pesquisa, focalizam-se publicações de pequena circulação. São semanários que noticiam fatos ocorridos no próprio município e cidades vizinhas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que se destaca por sua originalidade, no que se refere ao material em análise, possibilitando revelar peculiaridades próprias de jornais de pequena circulação.

Além desses motivos, é preciso salientar a relevância da pesquisa para os estudos discursivos. A patemização, termo utilizado por Charaudeau (2000) para se referir à abordagem discursiva dos recursos utilizados para provocar a emoção no interlocutor, é um tema que se encontra em grande evidência, já que, em estudos mais recentes sobre a argumentação, defende-se a emoção como inerente ao processo argumentativo.

Uma abordagem da emoção, no discurso jornalístico, porém, é um campo pouco explorado, provavelmente em função da crença, ainda presente, da objetividade jornalística. Tal estudo pode ser, portanto, não só uma contribuição para a compreensão do fenômeno da patemização e dos mecanismos linguísticos por ele responsáveis, mas também para o amadurecimento das discussões em torno do mito da objetividade do texto jornalístico. Com este trabalho buscamos uma melhor compreensão deste fato, no sentido de contribuir para os avanços nos estudos acadêmicos sobre este assunto.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

- Avaliar a presença da subjetividade no discurso jornalístico através da identificação e análise das estratégias discursivas que teriam como objetivo influenciar o leitor, recorrendo ao apelo à emoção.

1.2.2. Objetivos específicos

- Descrever a organização argumentativa de notícias dos jornais Folha da Mata e Tribuna Livre, da cidade de Viçosa.

- Verificar e comparar a organização discursiva e a utilização de recursos possíveis na construção de um efeito patêmico nos dois jornais, como recurso de persuasão, através da análise de marcas textuais tais como: a seleção temática, a seleção lexical, o uso de advérbios e de adjetivos, a inversão na ordem das palavras etc.

1.3. HIPÓTESE

Partimos da hipótese de que os jornais a serem analisados, direcionados por interesses diversos e provavelmente divergentes, adotam diferentes estratégias discursivas no plano da argumentação, a fim de provocar no público leitor a adesão às teses defendidas, o que significa admitir a existência da subjetividade no discurso jornalístico.

1.4. METODOLOGIA

Considerando que os estudos linguísticos, sob o ponto de vista da imanência da língua, não seriam suficientes para abarcar na sua plenitude o ato de linguagem, a Análise do Discurso surge como a abordagem mais adequada à realização de nossa proposta. A Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau, conjugada a teorias complementares e afins,

especialmente as que abordam a argumentação e a emoção do ponto de vista discursivo, compõem o quadro teórico que julgamos adequado para o tratamento do nosso tema.

Segundo Machado (2001, p. 44), o pesquisador que opta pela Semiologia, ao desenvolver um trabalho, deve ter:

[...] um espírito crítico, ou seja, manter um olhar não-conformista sobre o mundo, não se deixando levar por idéias feitas: deve nele reinar algo de subversão, de ironia, face aos fatos e ditos do mundo, e é esse “algo” que levará tal pesquisador a examinar diferentes grupos de textos movido por um desejo de “desvendar” o que até então não havia sido desvendado, de confrontar diferentes opiniões oriundas de diferentes culturas.

Com base neste comentário, podemos concluir que esta teoria é diferenciada, no sentido de oferecer um instrumental eficiente, prestando-se a desvendar o que realmente existe de implícito nos discursos que surgem nos mais variados contextos sociais. Ela estará a serviço daquele que questiona, problematizando conceitos que, muitas vezes, acabamos por assimilar passivamente.

Movidos por este mesmo espírito crítico, nos preocupamos em desenvolver uma investigação tendo como *corpus* textos pertencentes a um mesmo contexto que, no nosso entendimento, revelam, em seu conjunto, uma tendência em influenciar politicamente o leitor.

A Semiologia oferece maiores possibilidades de aplicação, fato comprovado pelos inúmeros trabalhos publicados com base nesta teoria, que tomam como objeto de análise textos dos mais variados gêneros. As obras dedicadas ao estudo das mídias e ao discurso político (CHARAUDEAU, 2006 e 2008) são trabalhos extremamente relevantes não só para nosso estudo, mas para todos que se interessam por esse tipo de discurso. Aos pressupostos da Teoria Semiológica serão associados estudos sobre argumentação e emoção, desenvolvidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Amossy (2000) e Koch (2006), dentre outros.

1.4.1. Definição do *corpus*: os jornais Folha da Mata e Tribuna Livre

Os jornais que são objeto do nosso estudo são os mais importantes não só de Viçosa, mas de toda a microrregião. Eles não veiculam notícias que dizem respeito somente à população local, mas também às cidades vizinhas, daí o interesse por eles também dessas comunidades.

O jornal Folha da Mata, cuja publicação abrange, além de Viçosa, mais treze cidades vizinhas, foi fundado em 20 de outubro de 1963, sendo, portanto, já de longa tradição em Viçosa e Região, possuindo uma tiragem de 4.500 exemplares semanais. Este semanário apresenta uma linguagem mais elaborada na construção da notícia, aspecto que nos permite classificá-lo como um jornal de referência.

O Folha da Mata compõe-se de dezoito páginas. Da primeira à quarta página, constam as notícias cujas informações podem ser consideradas de maior relevância. Elas veiculam ações da Prefeitura, da Câmara Municipal e tratam de temas relacionados às questões sociais cotidianas. Há, neste mesmo espaço, uma coluna que trata de assuntos relacionados à saúde e outra que se destina à orientação do consumidor. Nas páginas seguintes, encontramos temas variados, que se destinam: à coluna social, a espaços para comentários sobre as novelas televisivas e horóscopo e, ainda, artes e culinária. Há espaço também para os classificados, para os esportes e, por último, temos a página policial.

O Tribuna Livre, fundado em 07 de dezembro de 1985, possui também uma tiragem de 4.500 exemplares semanais, que são distribuídos, além de Viçosa, por mais nove cidades da região. Suas dezesseis páginas são assim distribuídas: à primeira reservam-se espaços para o editorial e artigos de pessoas representantes de variadas crenças. As outras páginas veiculam temas sobre ciência, variedades, coluna social, esportes e ações policiais. Este semanário apresenta um posicionamento frente aos fatos que o caracteriza como mais popular, o que se pode constatar pela utilização de uma linguagem mais próxima do coloquial.

As notícias do Folha da Mata que compõem o nosso *corpus* são extraídas, na sua maioria, da seção compreendida entre as páginas 2 e 7 que, como afirmamos, tratam de assuntos relacionados à política e a temas que, de alguma forma, podem contribuir para a prática da cidadania. No entanto, observa-se que não se trata de uma organização temática rigorosa do jornal. Esta organização é ainda menos rigorosa no Tribuna Livre. Neste jornal, a distribuição de alguns tipos de notícias parecem não obedecer a critério algum de distribuição por temática. As que abordam ações da Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV), por exemplo, podem ser encontradas junto a textos de outros gêneros em seções variadas. Esse tipo de organização pode ter implicações para a leitura dessas notícias, como veremos ao longo de nossa análise.

1.4.2. Procedimentos de análise

Adotamos uma análise qualitativa de natureza comparativa, por acreditarmos que este procedimento pode evidenciar as diferenças e semelhanças apresentadas pelos dois jornais na apresentação dos fatos. Para tanto, o *corpus* deveria ser, necessariamente, constituído de textos que noticiassem o mesmo fato e fossem publicados na mesma data pelos dois jornais analisados. Também, para que a pesquisa produzisse bons resultados, estes textos deveriam se referir ao mesmo contexto, ou seja, seria preciso que houvesse entre eles algo comum, que os tornassem partes de um mesmo conjunto. O contexto eleitoral e o fato de o prefeito em exercício ser candidato à reeleição seriam os elementos que cumpririam esta função.

Obedecendo a estes critérios, selecionamos cinco pares de textos, publicados no período (05/07 a 04/10/2008) antecedente às eleições municipais, realizadas em 05/10/2008. São notícias sobre as ações administrativas municipais, bem como sobre fatos que, de alguma forma, envolveram integrantes da administração municipal. No quadro abaixo, são apresentadas as notícias selecionadas para análise.

| TEMA | JORNAIS | MANCHETES | DATA |
|--|---------------|---|------------|
| A alteração no projeto contra nepotismo na prefeitura. | Tribuna Livre | Vereadora “abre brecha” em projeto contra nepotismo | 11/07/2008 |
| | Folha da Mata | Projeto contra nepotismo pode admitir contratação no gabinete do prefeito | |
| As mudanças no trânsito da cidade de Viçosa. | Tribuna Livre | Mudanças no trânsito retratam “repeteco” | 18/07/2008 |
| | Folha da Mata | Setra aceita críticas, mas diz que mudanças superaram expectativas | |
| A rescisão de contrato da PMV com o Grupo Sim. | Tribuna Livre | MP estadual recomenda cancelamento com o “Grupo Sim” | 25/07/2008 |
| | Folha da Mata | PMV e autarquias deverão rescindir contrato com grupo SIM | |
| A obra na Bernardes Filho. | Tribuna Livre | Empreiteira conclui trecho da Bernardes Filho | 01/08/2008 |
| | Folha da Mata | Primeiro trecho da Bernardes Filho deverá ser concluído esta semana | |
| A contratação irregular de advogados pela PMV. | Tribuna Livre | MP acusa prefeitura de fraude | 22/08/2008 |
| | Folha da Mata | Promotoria considera irregular contratação de advogados pela PMV | |

Quadro 1: as notícias selecionadas para análise

Nossa análise será realizada em dois momentos. No primeiro, ela terá como foco as estratégias internas às notícias (seleção lexical, informações pressupostas, operadores

argumentativos, exploração dos argumentos de autoridade, etc.) e, no segundo, as externas, as que dizem respeito ao espaço ocupado pelas mesmas, na página e no jornal. Após a análise de cada par de notícias, para melhor visualização das estratégias discursivas adotadas por cada jornal, demonstraremos, por meio de quadros, os recursos argumentativos utilizados que apresentem correspondência direta e cujos empregos permitam a realização dessas estratégias. Não faz parte de nossos objetivos a análise de imagens. No entanto, elas serão comentadas quando contribuírem para a significação do texto.

Como já dissemos, nossa pesquisa tem como foco a persuasão pela emoção, mas aderimos ao posicionamento segundo o qual a persuasão decorre da articulação entre *ethos*, *logos* e *pathos*². Em nossa análise, observaremos, particularmente, a relação que se estabelece entre os dois últimos elementos, analisando, inicialmente, os argumentos da ordem do racional, que levam ao convencimento e, a seguir, os da ordem do emocional, que se destinam à persuasão.

Por entendermos inseparáveis, no processo argumentativo, razão e emoção, cabe-nos apontar, em cada notícia, os argumentos que denunciam possibilidades de se remeter ao universo patêmico, ressaltando-se que se tratam de dimensões que ocorrem simultaneamente. Apenas para efeito de clareza de análise eles serão tratados separadamente. É preciso ressaltar, ainda, que não nos é dado saber se a ação visada se realiza efetivamente, verificação que seria possível somente por meio de uma análise da recepção.

1.4.3. Categorias de análise

Nossa análise se realizará a partir da observação das categorias relacionadas aos argumentos da lógica argumentativa e das categorias que são próprias ao desencadeamento de efeitos emocionais. Em relação às primeiras, utilizaremos o material teórico oferecido pela Teoria Semiollingüística, de Patrick Charaudeau, e pela Semântica Argumentativa, na perspectiva de Ducrot. Quanto às da ordem do patêmico, nos guiaremos pelas categorias descritas por Galinari (2007).

² *Ethos*, *pathos* e *logos* são as três dimensões dos meios de persuasão citados por Aristóteles. O *ethos*, se referindo à imagem do orador construída pelo discurso. O *logos* (razão), se referindo às provas que residem no próprio discurso. O *pathos* (emoção), se referindo às disposições que se criam no ouvinte.

1.4.3.1. Recursos da ordem do racional

(i) Categorias da Semiologia:

- procedimentos semânticos: domínios do ético e do pragmático;
- procedimentos discursivos: a definição, a comparação, a citação, a descrição, a narrativa, a reiteração e o questionamento.

(ii) Categorias da Semântica Argumentativa:

- operadores argumentativos, pressupostos e seleção lexical.

1.4.3.2. Recursos da ordem do emocional

- (i) léxico: pronomes, advérbios, adjetivos, substantivos, verbos, conectores transfrásticos, etc.;
- (ii) procedimentos sintáticos: ordem das palavras, ativa/passiva, interrogação, asserção, negação, etc.;
- (iii) silenciamentos e pressupostos;
- (iv) marcadores estilísticos: no ritmo, na ênfase, na pausa, na ironia, etc.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUNS FUNDAMENTOS

Como mencionado na introdução, adotamos como instrumental teórico-metodológico os pressupostos da Análise do Discurso. Naquele mesmo espaço, antecipamos algumas considerações a respeito do que diferencia esta abordagem das demais correntes dos estudos linguísticos. Agora, para melhor caracterizar essa disciplina, apresentaremos, resumidamente, a visão de alguns autores que nos permitirão delimitar melhor os seus fundamentos e as suas dimensões. Partiremos dos estudos desenvolvidos pelo filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, sobre a enunciação, em cujo desenvolvimento já se vislumbra, sob determinado aspecto, uma ruptura com as teorias anteriores, as que concebiam a linguagem apenas nos seu aspecto formal (estruturalistas e gerativistas), ruptura esta responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento dos estudos discursivos.

Bakhtin, um dos precursores dos estudos discursivos, se distancia de uma concepção estruturalista de língua como fruto da manifestação individual do falante. Ele afirma que “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (BAKHTIN, 1992, p. 112). Atribui à palavra um valor diferente do preconizado pelo estruturalismo ao defini-la como portadora de duas faces, ela não só “procede de alguém, como se dirige a alguém” (BAKHTIN, 1992, p. 113), o que o leva a concluir que o sentido resulta de uma construção social e, necessariamente, a considerar o contexto como determinante para a realização da linguagem: “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo” (BAKHTIN, 1992, p. 113). O trabalho de Bakhtin é um marco nos estudos da linguagem, por introduzir uma ruptura com a visão estruturalista, proporcionando o surgimento de outras abordagens, dentre elas a Análise do Discurso.

Para se ter ainda mais nítida esta nova concepção de linguagem, precisamos partir da compreensão de um conceito-chave: o discurso. Foucault (apud BRANDÃO, 2004, p. 33), o define como um “conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva”.

Para Orlandi (2007, p. 15), a palavra *discurso* “etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Como se trata não

mais de um estudo orientado para a imanência da língua e sim para um objeto que articula o linguístico e o social, o discurso seria assim o ponto de convergência dessas duas instâncias, onde se manifestariam as representações sociais.³

Outra noção importante para a Análise do Discurso é a de sujeito. Para essa disciplina, como explica Possenti (2004, p. 387), “não há Sujeito, há sujeitos; não há sujeitos da história, há sujeitos na história”. Ou seja, como concebido pela Análise do Discurso, o sujeito não reuniria as qualidades que o tornariam a origem da história, mas seria influenciado por ela. Assim, sua fala seria “um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social” (BRANDÃO, 2004, p. 59).

De acordo com Possenti (2004), a Análise do Discurso (doravante, AD) se define por rupturas com o tratamento dado pela linguística a cada um de seus objetos. No campo da interpretação, ela se opõe à análise de conteúdo, cujo método de leitura seria baseado em categorias temáticas, e à filologia, que acreditava que palavras ou enunciados pudessem ter uma única interpretação e, que, portanto, a apreensão do sentido do texto dependeria exclusivamente do conhecimento do autor e da época em que foi escrito.

Sobre a concepção de língua comenta:

[...] a AD propõe que a língua tenha um funcionamento parcialmente autônomo, ou seja, que uma língua funcione segundo regras “próprias” de fonologia, morfologia e sintaxe; isto é, a língua tem uma ordem própria, mas que são postas a funcionar de uma forma ou de outra segundo o processo discursivo de que se trata numa certa conjuntura. (POSSENTI, 2004, p. 360)

Ou seja, considerar que a língua tenha um funcionamento autônomo equivaleria a aceitar a transparência da mesma. Assim, a AD não nega a contribuição da dimensão linguística, mas defende que seu funcionamento seria determinado pelas condições de produção do discurso. O sentido não pertenceria à língua, mas a formações discursivas. Sendo assim, elas seriam responsáveis pelos diferentes sentidos que um mesmo enunciado poderia adquirir.

Ainda segundo este autor, a AD opõe-se, também, à concepção de língua como instrumento que se prestaria a uma utilização pelo falante. Esta concepção faria da língua algo exterior ao sujeito. Da mesma forma, se recusa a aceitar a concepção de língua como

³ As representações sociais têm por função, Segundo Guimelli (Apud CHARAUDEAU, 2008, p. 195-196), “[...] interpretar a realidade que nos cerca, por um lado mantendo com ela relações de simbolização; por outro, atribuindo-lhes significações”. Elas são constituídas pelo “conjunto das crenças, dos conhecimentos e das opiniões produzidos e partilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo a respeito de um dado objeto social”.

expressão do pensamento, pois esta concepção leva, obrigatoriamente, a considerar a existência do pensamento como anterior à língua. Para ele, “A língua não ‘veste’ um pensamento prévio, que seria fruto de uma mente ‘sadia’, mas, ao contrário, é a condição do pensamento” (POSSENTI, 2004, p. 362).

Análise do Discurso e pragmática, segundo este mesmo autor, “disputam o mesmo espaço – o do ‘sentido não-literal’” (POSSENTI, 2004, p. 363). Essas teorias se aproximam quando se afastam de uma concepção de língua como instrumento e se posicionam a favor do caráter interacionista da língua, em que se leva em conta a situação de enunciação. No entanto, as divergências surgem em função da centralidade que a pragmática dá à intenção do falante. Esta “[...] não desconhece um quadro social no interior do qual a interlocução se dá. Entretanto, esse quadro é esquecido no simulacro construído pela AD, e a pragmática se vê reduzida a uma teoria do sentido que se resolve pela intenção do falante”. (POSSENTI, 2004, p. 363).

Para Possenti, a AD diferencia-se da Linguística Textual por não considerar, como esta última, o texto como uma unidade final de análise: para a AD o texto seria parte de uma cadeia (de um arquivo). Enquanto para Linguística Textual os conhecimentos prévios seriam parte integrante da produção da coerência, para AD um texto faria sentido por pertencer a uma formação discursiva em função do interdiscurso⁴. Esta posição é corroborada por Orlandi (2007, p. 42): “Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas”.

Os pressupostos retomados acima deram origem a diferentes vertentes da AD, que se distinguem, em termos de metodologia e dos objetos de análise, mas que mantêm em comum a crença de que o linguístico e o social são inseparáveis. Em nosso trabalho, adotamos como eixo teórico a Semiologia, combinada a outras abordagens, Teoria cujos pressupostos gerais resumiremos a seguir.

2.2. TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA: PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Apresentamos, na seção anterior, os principais pressupostos da AD que a diferenciam de alguns outros estudos da linguagem. Pudemos perceber o seu rompimento definitivo com uma concepção de língua que tenha como objeto apenas a forma. Por se tratar de uma teoria

⁴ Orlandi (2007, p. 31) define interdiscurso como: “memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Define também como: “todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.” (p. 33).

do discurso, a Semiologia participa desse movimento, mas apresenta características que a diferenciam de outras teorias do discurso e que justificam a nossa opção em adotá-la como norteadora do nosso trabalho.

Para delimitar exatamente o campo da Semiologia, apontamos um dos seus pontos fundamentais: para esta Teoria, o homem seria influenciado pela sociedade/cultura do lugar onde vive e, portanto, reproduziria a voz do social, porém, teria a individualidade garantida pelo lado psicossocial.

Charaudeau (1996) mostra as lacunas deixadas no desenvolvimento das teorias linguísticas precedentes a partir das quais se construiu a Semiologia. Explica que os estudos sobre a linguagem realizados até então eram definidos por dois polos: no primeiro, estaria a considerada parte *hard*, referindo-se aos estudos da língua como sistema e, no segundo, a parte *soft*, representada pelas teorias discursivas.

É entre esses dois polos que se situa a Semiologia, que tenta “ligar os fatos da linguagem entre si, segundo sua dimensão linguística, psicológica e sociológica” (CHARAUDEAU, 1996, p. 5). Consequência natural, então, era que se considerasse a significação discursiva como resultante do material linguístico e do situacional, psicossocial. A não-observação de um desses elementos na análise de um ato de linguagem implicaria também a não-apreensão dos seus possíveis significados.

Como sabemos, o tratamento dos estudos sobre a linguagem modifica-se com o surgimento de uma teoria da enunciação, em que se passa a considerar a língua em uso. Charaudeau (1996) cita algumas das teorias que se desenvolveram em torno desse conceito, entre as quais a pragmática, a etnometodologia, a análise conversacional, e a sociolinguística. O linguista afirma que entre elas se podem observar alguns pontos em comum quanto à abordagem que se faz da significação: as oposições proposicional/relacional, explícito/implícito e interno/externo.

A primeira oposição teria como consequência não conceber mais a língua somente como uma forma de representação do mundo, mas também conferir significado à relação que se estabelece entre os parceiros do ato de linguagem, sendo o primeiro aspecto desta oposição determinado pelo segundo. A inserção do sujeito na linguagem por Benveniste e as considerações de Austin sobre a dependência da produção dos sentidos na relação entre os parceiros, segundo Charaudeau (1996, p. 7), provocariam, agora, uma visão triangular na construção do sentido.

A segunda oposição é a que vai permitir que não mais se admita o sentido apenas no que está explícito, mas que ele resulta da associação deste com o que está também implícito.

A terceira oposição decorreria da aceitação das duas primeiras, ou seja, de que existe um outro elemento a ser considerado: a situação de comunicação.

A constatação da presença desses elementos na construção dos sentidos leva Charaudeau a se posicionar contra o desenvolvimento de uma teoria da linguagem que não considere os espaços interno e externo, isto é, ele defenderá, em seus estudos, a inter-relação estabelecida entre as dimensões linguística e situacional e entre os espaços enunciativos correspondentes ao produtor (eu) e do interpretante (tu), além de uma das teses fundamentais na Semiologia e que a distingue das demais: a de que o espaço externo seria determinante do espaço interno.

2.2.1. Os sujeitos da linguagem

Para a Semiologia, um ato de comunicação assemelha-se a uma encenação teatral. Para se produzirem efeitos de sentido visando um público imaginado, o diretor utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes e o texto. No ato de linguagem, o locutor utiliza os componentes do dispositivo de comunicação para produzir efeitos de sentido no interlocutor.

Ao se dirigir a um determinado público, o locutor idealiza um interlocutor: aquele que reagirá exatamente da forma que imagina. No entanto, a reação pode não corresponder às suas expectativas, isto é, pode ser que o último interprete aquilo que foi dito de maneira diversa da pretendida ou simplesmente se recuse a agir da forma visada pelo primeiro. Tem-se, portanto, um desdobramento dos sujeitos interpretantes em destinatário (o idealizado) e o interlocutor real.

Este mesmo processo se dá também no sentido inverso: o interlocutor idealiza um locutor. Imagem que, da mesma forma, pode não coincidir com a desejada. Assim, tem-se o desdobramento também do locutor, aquele que enuncia (o ser da fala), e o comunicante (o ser real).

Um ato de comunicação compõe-se, portanto, de um circuito externo e um interno: em função de seus objetivos, um comunicante, o ser empírico, coloca em cena um enunciador, que escolherá a estratégia discursiva adequada às circunstâncias do discurso. Por sua vez, o interpretante pode fazer entrar em cena um interlocutor que dissimula ou que simplesmente não tenha sido envolvido pela estratégia do locutor. Para o sucesso de um ato de

comunicação, então, é desejável que a interpretação esperada pelo sujeito comunicante coincida com a do sujeito interpretante, ou seja, a significação, conforme Charaudeau (2008, p. 52). “vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e interpretação”.

Todo esse processo está circunscrito, evidentemente, pela situação de comunicação, o espaço ocupado pelos parceiros na troca comunicativa. Várias são as características que o compõem:

- (i) As físicas
 - (a) quanto aos parceiros: se estão face a face, se são múltiplos ou não;
 - (b) quanto ao canal de transmissão: se através da fala ou da escrita;
 - (c) quanto às sociais (idade, sexo, raça, classe, etc.)
- (ii) As profissionais
- (iii) As psicológicas (nervoso, sereno, espontâneo, etc.)
- (iv) As relações contratuais de comunicação: monologal (monolocutiva) ou dialogal; rituais de abordagem e papéis comunicativos.

A encenação de um ato de linguagem seria representada pelo esquema abaixo:

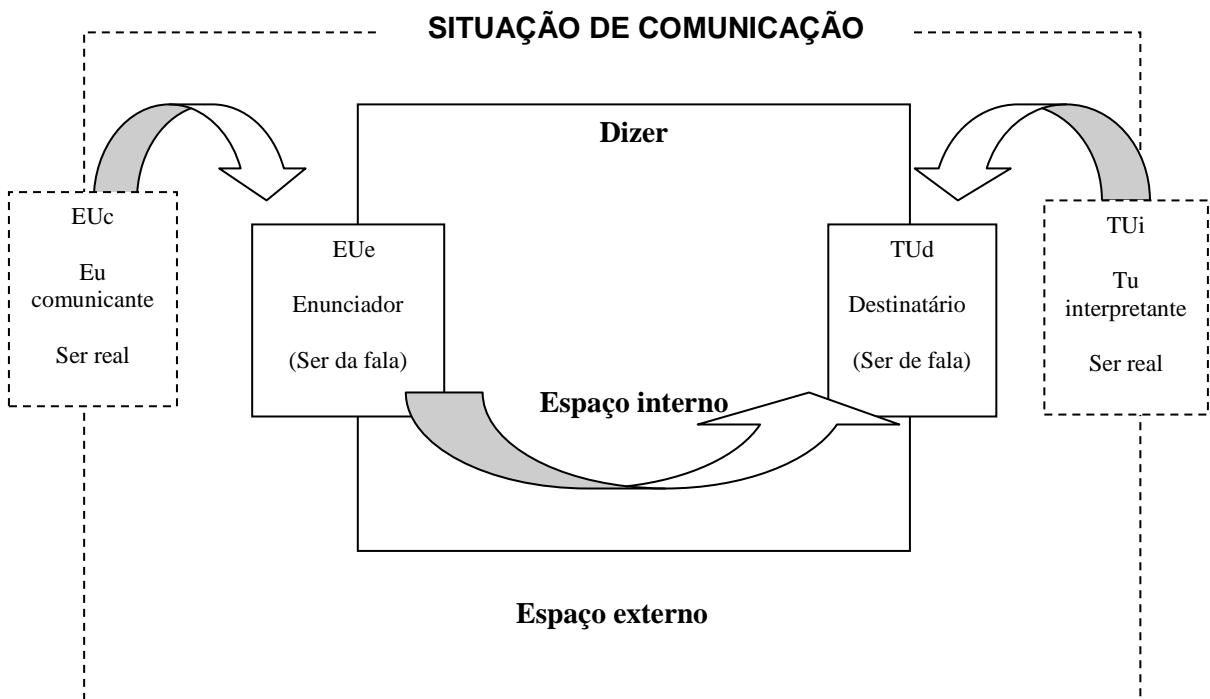


FIGURA 1: encenação de um ato de linguagem

Fonte: Charaudeau (2008, p. 52)

2.2.2. O contrato de comunicação

Charaudeau (apud MELO, 2003, p. 36) explica que o contrato de comunicação “preside toda produção linguageira”. Segundo Melo (2003), sua definição assenta-se na tese de que todo ato de fala se constrói necessariamente na interação entre os falantes. Mas para que esses falantes se compreendam é necessário que certas normas sejam cumpridas. São restrições que devem ser observadas pelos falantes para que a interação obtenha sucesso. O contrato de comunicação pode ser definido, então, como um acordo entre os falantes sobre essas normas. Constitui-se de dados externos e internos. Os externos são os “construídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e que permanecem estáveis por um determinado período” (CHARAUDEAU, 2006, p. 68). Esses dados se agrupam nas seguintes categorias: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo.

A primeira é a condição para que o ato de linguagem dependa dos parceiros da comunicação e se defina “através das respostas às perguntas: ‘quem troca com quem?’ ou ‘quem fala a quem’ ou ‘quem se dirige a quem?’” (CHARAUDEAU, 2008, p. 69). São consideradas, portanto, características identitárias dos parceiros como: sociais (idade, sexo, raça, classe, etc.), profissionais, psicológicas e relacionais (se os parceiros já se conhecem, se têm uma relação de familiaridade, ou não).

A segunda condição exige que todo ato de linguagem seja construído em função de um objetivo, e que consista na resposta à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?” (CHARAUDEAU, 2008, p. 69). Em se tratando de influenciar o interlocutor, esta resposta corresponde às visadas: *prescritiva* (fazer-fazer): levar o outro a agir de determinada maneira; *informativa* (fazer-saber): transmitir a alguém um conhecimento, que se supõe não possuir; *incitativa* (fazer-crer): fazer com que o outro acredite ser verdadeiro (ou possivelmente verdadeiro) o que se diz; e a visada do *pathos* (fazer sentir), provocar no outro um sentimento agradável ou desagradável.

A terceira condição pode-se depreender da resposta à pergunta “Do que se trata?” (p. 69). Isto corresponde a saber, antecipadamente, o tema a ser tratado para que os parceiros ajam conforme a situação impõe. A última condição é a que requer que o ato de comunicação ocorra de determinada maneira, conforme as circunstâncias materiais em que se desenvolve. Ela se define pelas respostas às questões: “que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?” (CHARAUDEAU, 2008, p. 70).

Os dados internos são os propriamente discursivos que respondem à pergunta do “como dizer?”, ou seja, tendo definidos os parceiros da comunicação, a sua finalidade, o seu propósito e o dispositivo, cabe ao falante se comportar de maneira adequada à situação de comunicação. Este comportamento diz respeito aos espaços de *locução*, de *relação* e de *tematização*.

O primeiro espaço, o de *locução*, é o de justificação do falante pela tomada da palavra. O de *relação* é o reservado à construção da própria identidade de locutor e a de seu interlocutor, estabelecendo relações de força, de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor. A *tematização* é o espaço em que o falante escolhe a forma de se dirigir ao parceiro da comunicação, através dos modos de organização do discurso (*enunciativo*, *descritivo*, *narrativo*, *argumentativo*), pois o falante dispõe de uma margem de manobra que lhe permite realizar seu projeto de fala.

2.2.3. Os modos de organização do discurso

Para a Semiologia, um ato de comunicação é um dispositivo em cujo centro encontra-se o sujeito falante (o locutor) em relação a um outro parceiro (o interlocutor). Esse dispositivo tem como componentes: a língua (material verbal, constituído por forma e sentido); o texto (resultado material do ato de comunicação; a situação de comunicação (o enquadre físico e mental em que se encontram os parceiros da troca linguageira) e os modos de organização do discurso.

Os modos de organização do discurso constituem os princípios de organização da matéria linguística, que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante. São procedimentos que consistem em utilizar categorias de língua, organizando-as em função das finalidades discursivas do ato de comunicação. As categorias podem ser agrupadas nos modos de organização do discurso.

O *modo de organização enunciativo* diz respeito aos protagonistas, seres da fala, internos à linguagem, e são particularmente importantes na organização do discurso, possuindo a capacidade de determinar a posição do locutor em relação ao interlocutor. Ele intervém na encenação dos outros três modos de organização. Enunciar, para a Análise do Discurso, é organizar as categorias da língua de maneira a posicionar o falante em relação ao interlocutor (alocutiva), do locutor consigo mesmo (elocutivo) e do locutor com um terceiro (delocutivo).

A relação alocutiva (relação de influência) é o ato em que o sujeito falante enuncia sua posição na relação com seu interlocutor. A relação elocutiva, consiste em enunciar o ponto de vista do locutor, sem implicar o interlocutor. A relação delocutiva, por fim, é aquela em que o falante se apaga de seu ato de enunciação, além de não implicar o interlocutor, é a retomada de pontos de vista externo (discurso relatado), o que produz uma objetividade aparente. Fazem parte dessa relação as seguintes modalidades: a asserção, que diz respeito ao modo de dizer, e o discurso relatado em suas várias maneiras de se relatar.

Pelo *modo de organização descritivo* se identificam os seres no mundo que, no entanto, obedecem as finalidades das situações de comunicação. Descrever é recortar a realidade, é ver o mundo com um olhar parado ao *localizar-situar, nomear e qualificar*. Estes são os componentes da construção descritiva, que atribuem existência a um ser através de uma dupla operação: a percepção e a classificação, que dependem do sujeito que percebe.

A atividade de *nomear* faz com que existam seres no mundo por meio de uma dupla operação: perceber uma diferença na continuidade do universo. Pelas propriedades internas a estes seres, percebemos, entre eles, semelhanças e diferenças e, assim, os classificamos. Além das diferenças, que lhes são próprias, podemos atribuir-lhes qualidades que os tornem mais específicos. A qualificação se diferencia da denominação, portanto, ao dar um sentido particular aos seres nomeados.

Não se trata de um simples processo de etiquetagem. Os procedimentos de configuração da descrição permitem a construção objetiva, que estabelece uma visão de verdade sobre o mundo, atribuindo qualidades aos seres utilizando traços que possam ser percebidos também pelos outros sujeitos além do falante. Segundo Melo (2003, p. 95), “A qualificação objetiva não depende da apreciação do sujeito falante, porque ele é percebível, mensurável ou verificável a partir de certos códigos sociais.”. Tem-se a construção subjetiva, segundo esta mesma autora, quando o falante aplica na descrição a sua própria visão, que não é necessariamente verificável, sendo, portanto, a visão do sujeito na construção do universo. Nesse sentido, o *modo de organização descritivo* pode, também, contribuir para a análise de nosso *corpus*, já que nossa hipótese é de que não haveria imparcialidade dos jornais na divulgação dos fatos.

O *modo de organização narrativo* se diferencia do descritivo pelos papéis que assumem os sujeitos: observador para o *descritivo* e testemunha para o *narrativo*. Descrever pressupõe descobrir uma realidade já estabelecida, imutável, que precisa apenas ser reconhecida e mostrada. Narrar, ao contrário, é a descoberta de um mundo que se realiza por uma série de ações que se influenciam criando um encadeamento progressivo. Enquanto o

descritivo se prende apenas à classificação dos seres do universo, não estabelecendo nenhuma relação entre eles, não apresentado nem início nem fim, o *narrativo* caracteriza-se por organizar o mundo através um encadeamento lógico que se expressa por possuir princípio e fim.

O *modo de organização argumentativo*, segundo Melo (2007, p. 112), “[...] diz respeito aos procedimentos aos quais o enunciador recorre a fim de fazer seu interlocutor compartilhar determinado ponto de vista”. Por isso, como explica esta autora, o processo argumentativo seria intersubjetivo, por conter os seguintes elementos:

[...] um sujeito que desenvolva uma asserção sobre uma tese, um outro sujeito que constitui o alvo da argumentação e a quem o sujeito que argumenta pretende levar a partilhar não a mesma verdade, mas uma veracidade, que dependeria das representações socioculturais partilhadas pelos membros de um grupo dado em nome da experiência e do conhecimento.

A abordagem Semiolinguística interessa mais de perto à nossa pesquisa por privilegiar tanto os procedimentos movidos pela razão quanto os movidos pelo sentimento. Por isto, para melhor perceber o que distingue esta perspectiva das demais sobre a argumentação, o *modo de organização argumentativo* será apresentado quando estivermos tratando especificamente deste tema.

A Semiolinguística, como já dito, por reunir as contribuições das diversas correntes dos estudos discursivos, tem a flexibilidade de aplicação nos mais variados *corpus* como sua principal característica. Assim, devido ao grande poder de influência que exerce na sociedade, o discurso midiático recebe desta teoria também um olhar especial. Charaudeau se dispõe à teorização desse dispositivo, cujos principais pressupostos apresentaremos a seguir.

2.2.4. O discurso de informação midiático sob o olhar da Semiolinguística

Ouve-se, com frequência, a afirmação de que a mídia seria manipuladora. Refletindo sobre essa questão, Charaudeau parte do pressuposto de que, para que exista um manipulador, é necessário que exista também um manipulado. Como quem manipula não o faz declaradamente, conclui-se que somente conhecendo o alvo da informação seria possível confirmar se a manipulação ocorreu de fato.

A afirmação de Bourdieu (1997) de que a mídia tanto manipula quanto se automanipula encontra eco nas palavras de Charaudeau (2006, p. 18), para quem a explicação estaria na relação com o grau de saber do público em relação à informação que lhe é destinada, considerando que “informar é transmitir um saber a quem não o possui”. Por uma imposição econômica, a mídia precisa atingir o maior número possível de leitores, mas como chegar a tal meta se o público é também heterogêneo quanto a esse saber? Uma informação seria considerada forte para uns e fraca para outros. A qualquer das parcelas que se dirigisse, a mídia veria seu público restrito a apenas uma parte desse público. Assim, a única solução seria tocá-lo afetivamente.

A mídia se apresenta, ao mesmo tempo, como uma empresa e, como tal, visa lucro, e como responsável pela formação da opinião pública servindo à prática da cidadania. Participa, portanto, de um duplo contrato:

[...] finalidade de fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas de estratégias apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização. (CHARAUDEAU, 2006, p. 92)

Mas de que maneira esses dois aspectos se articulam na produção do sentido? Respondendo a esta questão, Charaudeau estuda separadamente o que ele denomina: “lugar das condições de produção”, “lugar das condições de recepção” e “lugar das condições das restrições de construção do produto”.

Esses lugares se distribuiriam em espaços. O das *condições de produção* se subdividiria em *externo-externo* e *externo-interno*. O primeiro compreenderia as condições socioeconômicas da máquina midiática enquanto empresa cujo público seria o que não está à procura de informação, mas que se prende apenas ao prazer da leitura. Sendo assim, seriam produzidos objetos de sedução visando à conquista desses leitores, vistos somente como consumidores. Já o segundo, o *externo-interno* se referiria às condições semiológicas da produção. Nesse espaço, a mídia preocupar-se-ia em como construir a notícia para incitar os indivíduos a se interessar pelas informações oferecidas pela mídia.

Sabendo da heterogeneidade que caracteriza esse público, uma parte composta por leitores mais “esclarecidos”, já possuidores de informações e, portanto, mais exigentes, já que teriam uma maior capacidade de questionamentos; e a parte denominada “alvo”, constituída por leitores menos “esclarecidos”, que se prendem mais a efeitos de dramatização; uma questão que se coloca é como elaborar a notícia de maneira a captar esse público.

Em função dessa necessidade, o *lugar das condições de recepção* também se subdividiria em dois espaços: o *interno-externo* e o *externo-externo*. O primeiro seria representado por um destinatário ideal (o alvo), imaginado. O segundo, por um receptor real, que interpretaria as mensagens, segundo suas próprias condições.

O *lugar das restrições de construção do produto* é o lugar em que se produziria efetivamente o texto. Pela constituição de formas verbais, icônicas, gráficas e gestuais se produz o sentido.

Como o produtor do texto só poderia se dirigir a um leitor imaginado, não tendo certeza se os efeitos pretendidos seriam percebidos, já que a instância de recepção constrói seu próprio sentido, o texto não passaria de sentidos possíveis. Assim, informar

[...] não corresponde apenas à intenção do produtor, nem apenas à do receptor, mas como resultado de uma co-intencionalidade que compreende os efeitos visados, os efeitos possíveis, e os efeitos produzidos (CHARAUDEAU, 2006, p. 28).

Tem-se dito que a informação é a matéria prima do jornalismo. Sendo assim, qualquer análise do discurso midiático que se pretenda satisfatória passa, obrigatoriamente, pelo conhecimento exato do seu significado. A informação é definida como: “A transmissão de um saber, com ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 33), o que nos leva a alguns questionamentos quanto a este ato: informar o quê, por que e a quem?

Estas são questões centrais no desenvolvimento deste trabalho e se tornam, particularmente, importantes quando considerada a informação como dependente da linguagem. Ela “[...] não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares” (CHARAUDEAU, 2006, p. 33). Além disso, a informação “não existe em si, numa exterioridade do ser humano, como podem existir certos objetos da realidade material”, “é pura enunciação. Ela constrói um saber” (p. 36). Esses comentários também justificam a recusa à Teoria do Espelho, que, segundo este autor, seria uma visão ingênua, tecnicista, a respeito da informação.

Posicionando-se contrariamente à Teoria do Espelho, assume-se o ponto de vista de que os textos em análise apresentam uma visão particular dos fatos, restando saber como ocorre a construção dessas notícias, pois

[...] comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolhas de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU, 2006, p. 39)

No procedimento de análise, devemos considerar, então, quais os efeitos de sentido pretendidos pelo produtor da notícia. Efeitos que se constroem a partir dos processos de transformação e transação. O primeiro se refere ao processo de transformar o mundo a significar em mundo significado através das categorias de língua dos modos de organização do discurso. O segundo diz respeito à atitude do sujeito em atribuir ao seu ato um objetivo.

Temos já como pressuposto semiolinguístico um ato de linguagem como encenação, em que o circuito interno seria comandado pelo externo. Seguindo esta orientação, podemos considerar que o sujeito jornalista (o ser empírico), movido por um desejo de agir sobre o outro (leitor), coloca em cena um sujeito (ser da fala) que, descrevendo, narrando ou argumentando, realiza o processo de transformar um acontecimento (mundo a significar) em notícia (mundo significado) e, através do processo de transação, o transmite ao leitor (destinatário ideal), que, segundo suas próprias condições, o transforma em mundo interpretado.

Tendo esclarecido que, dada à opacidade da língua, nenhuma informação poderia ser neutra, cabe agora discutir o tratamento que a ela se dá no ato de transação. Considerando que se trata da transmissão de um saber: este pode ser de conhecimento ou de crença. O de conhecimento se refere a uma tentativa de explicar racionalmente o mundo, de se reportá-lo de forma objetiva, descrevê-lo como ele se apresenta. Já o de crença consistiria em comentar o mundo. Trata-se de um olhar subjetivo que o sujeito, no caso o jornalista, influenciado pela orientação da agência/empresa à qual se vincula, dirige aos fatos.

Ao nosso objeto de pesquisa, interessam, particularmente, os saberes de crença, que se fundam, segundo Charaudeau (2006), em sistemas de interpretação. Eles poderiam ocorrer em forma de avaliação: o possível e o provável; ou de apreciação dos comportamentos: em termos de bom ou mau, de belo ou feio, de agradável ou desagradável, eficaz ou ineficaz. É pela exploração desses domínios que se busca fazer compartilhar certos julgamentos. O leitor é interpelado pela mídia a tomar partido sobre os pontos de vista apresentados.

Saberes de conhecimento e de crença dizem respeito à forma de se perceber o mundo, às representações sociais. Eles se deixam perceber pelo discurso e podem ser observados, frequentemente, no campo midiático. É pela escolha de uma palavra em detrimento de outra que se apela para os saberes de conhecimento ou de crença, como afirma Bourdieu (1997, p.

26): “Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência. E as palavras podem causar estragos”. O sociólogo faz referência ao uso que se faz de certas palavras, às vezes de forma irresponsável, pela mídia, que pode produzir graves consequências sociais. Mas Charaudeau (2006) observa que nem sempre essas representações são formuladas explicitamente. Um enunciado aparentemente inocente pode evocar crenças que conduzem a interpretações e mesmo a reações inesperadas do público.

O discurso de informação midiático se caracteriza por pretender, pelos processos de transformação e transação, produzir efeitos de verdade. Cabe, então, uma distinção entre valor de verdade e efeito de verdade. Enquanto a realização do valor de verdade passa por uma construção de um saber objetivo (exterior ao homem) que se apóia na ciência, fundando-se na evidência, no ser verdadeiro, o efeito de verdade é aquilo que se acredita ser verdadeiro, que tem origem na subjetividade.

Apoiamo-nos na tese da mídia como formadora de opinião: argumentando procura-se levar o leitor a adotar determinado comportamento. A análise do discurso midiático, assim como seria para qualquer esfera da comunicação, passa, então, necessariamente, pelo conhecimento das estratégias argumentativas possíveis de serem utilizadas pelo jornalista na construção da notícia. Para tal empreendimento, faz-se necessário que percorramos posicionamentos de algumas correntes de estudo sobre a argumentação.

2.3. ARGUMENTAÇÃO

Quando se faz referência aos estudos discursivos, fala-se, naturalmente, de argumentação, já que “o uso da linguagem é essencialmente argumentativo” (KOCH, 2006, p. 29). Esta afirmação resulta da observação de que os falantes interagem porque têm objetivos a atingir e de que, para a realização de tal objetivo, procuramos fazer com que nossos interlocutores compartilhem um dado ponto de vista. Sem a pretensão de sermos exaustivos, mas focalizando algumas questões e conceitos que serão essenciais à nossa análise, apresentaremos um breve percurso sobre algumas teorias da argumentação.

2.3.1 Alguns estudos sobre argumentação

Nosso percurso inicia-se pela Retórica, entendida como a “faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão” (ARISTÓTELES, 2005, p. 33). Para este autor, a finalidade da Retórica é apresentar provas. Elas seriam de duas espécies: as pré-existentes, que independeriam da arte do orador; e as dependentes, as fornecidas pelo discurso. As primeiras se caracterizariam por não serem fornecidas pelo orador. Já entre as últimas encontram-se: as que se referem ao caráter moral do orador (*ethos*); as disposições que se criam no ouvinte (*pathos*); e as provas que residem no próprio discurso (*logos*).

Para Aristóteles (2005, p. 33), “Obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança”, ou seja, ao considerar o *ethos* como força argumentativa, parte-se do princípio de que é mais fácil se deixar persuadir por um orador cuja probidade seja reconhecida do que por uma pessoa de honestidade duvidosa. Quanto ao *pathos*, este autor afirma: “Obtém-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam, consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio”.

Esta concepção da linguagem, como discurso próprio a persuadir, foi, durante algum tempo, duramente criticada sob a acusação de não se constituir em uma disciplina científica, tendo sido reduzida, a partir de então, “a arte de bem dizer”, sendo suplantada no ensino, como explica Plantin (2005), por uma necessidade de se redefinir as funções fundamentais da universidade sob a base de uma visão laica e positivista da ciência, da cultura e da sociedade.

Como se sabe, o estruturalismo concebe a língua como sistema abstrato. Ao desconsiderar o contexto, desconsidera, conseqüentemente, os trabalhos sobre a argumentação sob a perspectiva de Aristóteles e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). É nos estudos de Austin e Searle, a teoria dos atos de fala, que vamos perceber uma mudança no tratamento dessa questão. Segundo Amossy (2000, p. 15, tradução nossa), “essa concepção de linguagem como ato dotado de força argumentativa, direcionada ao alocutário, permitiu (ainda que os fundadores da filosofia analítica com isso tenham pouco se preocupado) continuar uma tradição retórica secular cujo interesse havia se perdido”.⁵

⁵ O texto original é: “Cette conception du langage comme acte doté d’une force, et tourné vers allocutaire, permet de renouer (même si les fondateurs de la philosophie analytique ne s’en sont guère préoccupés) avec une tradition rhétorique séculaire dont l’intérêt s’était perdu.”

Uma outra tentativa nesse sentido foi a lógica natural, realizada por Grize. Em oposição à lógica formal, esta corrente considera as operações de pensamento inseparáveis das atividades discursivas, tratando-se, portanto, de operações lógico-discursivas, que se inscrevem, necessariamente, em uma situação de comunicação. Segundo Plantin (2005, p. 30), o foco dessa visão não estaria diretamente na linguagem e sim sobre o processo cognitivo subjacente a ela.

Podemos também citar, entre os estudos pragmáticos da argumentação, a pragmático-semântica de Ascombe e Ducrot, que propõem uma concepção de argumentação como “estudo das orientações semânticas e de encadeamentos de enunciados” (AMOSSY, 2000, p. 17, tradução nossa)⁶. A característica principal desse estudo é que a argumentação pertenceria à língua e não ao discurso.

Resumindo alguns dos princípios postulados por Ducrot, Koch (2006, p. 29) afirma que “toda língua possui em sua Gramática mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados”. Esses mecanismos são as marcas textuais que constituem objeto de estudo da “semântica argumentativa”.

Segundo Koch (2006), os operadores argumentativos (conectivos) seriam algumas dessas marcas, cuja função seria dotar de força argumentativa os enunciados. *Classe e escala* seriam algumas das noções utilizadas por Ducrot para explicar como se dá o processo argumentativo. A primeira se referindo ao conjunto de enunciados que apontam para uma mesma conclusão e, a última, à gradação que poderia surgir entre os enunciados de uma mesma classe.

A título de exemplo, citaremos alguns dos principais tipos de operadores argumentativos e suas respectivas funções, detalhamento relevante, uma vez que tais recursos serão observados em nossa análise. São eles:

- (i) operadores que assinalam argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão: até, mesmo, até mesmo, inclusive, etc.
- (ii) operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: e, também, ainda, nem, não só, mas também, tanto... como, além de, além disso, etc.

⁶ O texto original é: “[...] l’étude des orientations sémantiques et des enchaînements d’énoncés.”

- (iii) operadores que orientam para conclusões contrárias: mas, porém, contudo, todavia, no entanto, embora, apesar de, etc.
- (iv) operadores que servem para introduzir no enunciado conteúdos pressupostos: já, ainda, agora, etc.
- (v) operadores que se distribuem em escalas opostas, para afirmação total ou para a negação total: quase, apenas, um pouco e pouco.

Dissemos anteriormente que a mídia, ao ter como pretensão a objetividade jornalística, aproxima-se de uma concepção de linguagem instrumental, o que daria origem à Teoria do Espelho. Em *Princípios de semântica linguística*, Ducrot (1977, p. 13) opõe-se a essa concepção de linguagem, sob a argumentação de que “Dizer que as línguas naturais são códigos, destinados à transmissão da informação de um indivíduo a outro é, ao mesmo tempo, admitir que todos os conteúdos expressos graças a elas são expressos de maneira explícita.” e conclui: “Ora, muitas vezes temos necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas e de poder fazer como se não as tivéssemos dito; de dizê-las, mas de tal forma que possamos recusar a responsabilidade de tê-las dito.”.

Segundo Amossy (2000), a possibilidade que se dá ao locutor de não assumir o que deixa entender, levanta para o interlocutor a questão da pertinência da interpretação. Mesmo quando não se nega o que é proposto, o alocutário, diante de uma proposição que ele crê detectar no discurso, não pode saber com certeza se a tese reconstruída é fruto de sua imaginação, ou se essa proposição se encontra efetivamente no texto. O interlocutor deverá estabelecer hipóteses sobre a significação e intenção do enunciado. Para tanto, deve proceder a uma atividade que consiste em deduzir de seu conteúdo literal uma proposição implícita: são as inferências.

Esta mesma autora explica que um estudo do implícito exige que examinemos, às vezes, o suporte linguístico que o torna possível, assim como os saberes partilhados que autorizam a interpretação. Explica, ainda, que a inferência pode se construir sobre a base de um dado puramente linguístico ou sobre a base de dados situacionais.

Orecchioni (apud AMOSSY, 2000, p. 154, tradução nossa) distingue pressupostos de subentendidos. Ela define pressuposto como:

[...] todas as informações que, sem ser explicitamente colocadas (isto é, sem constituir, em princípio, o verdadeiro objeto da mensagem a transmitir), são, contudo, automaticamente orientadas pela formulação do enunciado, no qual essas informações se encontram intrinsecamente inscritas, qualquer que seja a situação de enunciação.⁷

Já o subentendido “[...] engloba todas as informações que são suscetíveis de serem veiculadas por um determinado enunciado, mas cuja atualização permanece dependente de algumas particularidades do contexto enunciativo” (tradução nossa).⁸ Assim, no enunciado “Paulo parou de fumar”, o pressuposto é de que Paulo fumava. Pressuposto que deriva do sentido do verbo “parar”. A interpretação não é contextual. Este mesmo enunciado, no entanto, proferido em uma situação comunicativa em que o alocutário seja fumante permite inferir que o locutor poderia estar recomendando a seu alocutário que parasse de fumar. Esta é uma interpretação que pode ser reconstruída, mas cuja responsabilidade pode ser negada pelo enunciador. No caso do pressuposto, ao contrário, o locutor não pode negar que deu a entender que Paulo fumava anteriormente.

Os pressupostos podem ser depreendidos a partir das marcas linguísticas: os operadores denominados “marcadores de pressuposição”. Koch (2006) cita como exemplo elementos linguísticos introdutórios de pressupostos, tais como os verbos que indicam mudança ou permanência de estado: ficar, começar a, passar a, deixar de, etc. Ducrot (Apud AMOSSY, 2000, p. 155) afirma que o pressuposto, que está inscrito na língua e faz parte do sentido do enunciado, representa um papel importante na argumentação em seu sentido mais amplo como tentativa de persuasão e não somente como encadeamento de enunciados.

Os estudos da argumentação ganharam ainda mais vigor a partir da década de 90, com a “Nova Retórica”, que ultrapassa os limites do estudo da argumentação num plano estritamente linguístico, como propõe Ducrot. Retomando os conceitos da retórica clássica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 4), definem a argumentação como: “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Rompe-se, aqui, com a concepção restrita da retórica como a arte de bem dizer, bem como com a concepção que se baseia num raciocínio lógico excluindo a relação interpessoal, e faz reviver a dimensão comunicacional da argumentação.

⁷ O texto original é: « [...] toutes les informations qui, sans être ouvertement posées (i. e. sans constituer en principe le véritable objet du message à transmettre), sont cependant automatiquement entraînées par la formulation de l'énoncé, dans lequel elles se trouvent intrinèquement inscrites, quelle que soit la spécificité du cadre énonciatif ».

⁸ O texto original é: « [...] englobe toutes les informations qui sont susceptibles d'être véhiculées par un énoncé donné, mais dont l'actualisation reste tributaire de certaines particularités du contexte énonciatif ».

Ou seja, a ação pelo discurso requer obrigatoriamente a adaptação do orador ao público ao qual se dirige, o que não pode ser feito senão levando-se em conta as crenças, os valores e as opiniões desse público.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 apud AMOSSY, 2000, p. 8) se concentra mais sobre os estudos argumentativos dos esquemas de pensamento do que nos seus aspectos linguageiros. As técnicas argumentativas seriam consideradas pelo filósofo como tipos diversos de encadeamento pelos quais se constrói um raciocínio plausível, suscetível de provocar a adesão do público. Essas técnicas consistiriam da associação entre elementos que compreenderiam as seguintes categorias: os argumentos quase lógicos, os que se baseiam na estrutura do real e os que criam a estrutura do real. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), os primeiros são assim denominados por pretenderem a mesma força de convicção dos raciocínios lógicos, os segundos procuram estabelecer uma associação de um elemento com o já admitido pelo público como parte da realidade e os últimos dizem respeito aos argumentos que generalizam aquilo que é válido para um caso particular: o exemplo, o modelo, a analogia.

Segundo Amossy (2000, p. 10, tradução nossa), “Perelman distingue a arte de fazer aceitar uma tese considerada verossímil da lógica formal, cujas operações deviam conduzir à verdade”.⁹ Nesse ponto de vista, a lógica formal não seria adequada para analisar os fatos da língua natural, o que não significa que a argumentação verbal fuja à lógica e ao racional.

Ainda segundo Amossy (2000), a persuasão se concretiza quando, pela argumentação, se desencadeia uma ação, o que não se consegue unicamente através da exploração racional. Como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 30), “Para quem se preocupa com o resultado, a convicção não passa da primeira fase que leva à ação”. Estabelece-se, assim, uma separação entre convencer (*logos*) e persuadir (*pathos*). Convencer diz respeito às faculdades intelectuais enquanto persuadir, aos sentimentos.

Algumas teorias, como a lógica informal e a pragma-dialética se posicionaram contra a exploração de aspectos emocionais na argumentação, sob a alegação de que tal procedimento constituiria uma fonte de erro e, portanto, eles se enquadrariam nos chamados paralogismos. Walton (1992 apud AMOSSY, 2000, p. 167), ao contrário, considera legítimo o uso das emoções na persuasão, porém de forma moderada. Ele alerta para o fato de que isto deve ser feito com prudência, sob o risco de o argumento ser tratado como falacioso. Para

⁹ O texto original é: “[...] Perelman distingue l’art de faire accepter une these considérée comme vraisemblable de la logique don’t les operations formelles doivent mener à la vérité.”

Parret (1986 apud AMOSSY, 2000, tradução nossa), “o pensamento é passional e a racionalidade necessariamente afetiva”.¹⁰

Segundo Amossy (2000), as posições adotadas pelos analistas do discurso consistem em descrever e explicar o funcionamento dos elementos emocionais no discurso com visada persuasiva, recusando uma teoria da emoção como transtorno, desordem. A análise da argumentação no discurso parte do princípio que existe uma relação estreita entre emoção e razão. As emoções para Charaudeau se manifestam no sujeito a propósito de suas representações sociais. Elas estão intimamente ligadas aos saberes de crença, que são saberes constituídos sobre valores socialmente partilhados. As emoções seriam inseparáveis de uma interpretação baseada nesses valores, mais precisamente um julgamento de ordem moral.

Verifica-se que Amossy, Plantin e Parret buscam como se dá, no discurso, a articulação entre o *ethos*, o *logos* e o *pathos*. Vejamos agora como essa questão é tratada no quadro da Teoria Semiolinguística.

2.3.2. Argumentação na perspectiva semiolinguística

Discorrendo sobre o processo argumentativo, Charaudeau (2008, p. 203) postula que argumentar “não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos” e explica que a argumentação encontra-se, frequentemente, no que está implícito. Segundo este autor, três elementos são necessários para que ocorra a argumentação: uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento, alguém que se engaje em relação a esse questionamento e um sujeito a quem se dirige aquele que argumenta, com a intenção de persuadi-la.

A lógica argumentativa, para este mesmo autor, não é o único elemento da argumentação. À razão demonstrativa deve associar-se uma razão persuasiva, que depende do sujeito que argumenta e da situação em que este se encontra diante do interlocutor a que está ligado por um contrato de comunicação. Argumentar é, portanto, a busca de um “ideal de verdade”, do verossímil.

Segundo Charaudeau (2008, p. 231),

¹⁰ O texto original é: “[...] la pensée même est passionnelle [...] Et la rationalité nécessairement affective.”.

A encenação argumentativa consiste, para o sujeito que quer argumentar, em utilizar procedimentos que, com base nos diversos componentes do modo de organização argumentativo, devem servir a seu propósito de comunicação em função da situação e da maneira pela qual percebe seu destinatário.

Dentre os procedimentos *da encenação argumentativa* (os *discursivos*, os *semânticos* e os de *composição*) adéquam-se à nossa análise os dois primeiros.

Os *discursivos*, que consistem em utilizar, na persuasão, categorias de língua e procedimentos de outros modos de organização do discurso, contribuem, significativamente, para nossa análise, por nos possibilitarem observar as orientações argumentativas dos jornais. As categorias são: *a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa, a reiteração e o questionamento*.

Os *semânticos* são fundamentais para o desenvolvimento de nosso trabalho por descreverem os domínios de avaliação que nos permitem separar as notícias pelos temas abordados, identificando valores implícitos na argumentação e, assim, se percebe o posicionamento de cada instância midiática. Os domínios de avaliação são os seguintes:

- (i) *domínio da verdade* define, em termos de verdadeiro ou falso, a existência dos seres quanto à sua originalidade, autenticidade e unicidade, bem como quanto ao âmbito do saber como único princípio de explicação dos fenômenos do mundo.
- (ii) *domínio do estético* define os seres em termos de belo e feio.
- (iii) *domínio do ético* define em termos de bem e de mal os comportamentos humanos, submetidos a uma moral externa (regras sociais) ou interna (regras de comportamento definidas pelo próprio indivíduo).
- (iv) *domínio do hedônico* consiste em definir as ações pela busca do prazer em termos de agradável ou desagradável.
- (v) *domínio do pragmático* consiste em avaliar os resultados das ações humanas em termos de útil e inútil, eficaz e ineficaz.

Dentre os procedimentos discursivos, ganha destaque o recurso da *citação*, uma vez que o discurso midiático, em função da necessidade da conquista de credibilidade, a ele

recorre permanentemente. Dentre os procedimentos semânticos, os *domínios do ético e do pragmático* são os que nos parece serem mais explorados nas notícias, portanto, mais apropriados à nossa pesquisa.

Somos favoráveis à tese de que a emoção constitui parte inerente ao processo argumentativo e também de que a mídia recorre à exploração do emocional com fins de influenciar o público. É parte essencial deste trabalho, portanto, a compreensão dos mecanismos argumentativos que viabilizem nosso objetivo, seja o de verificar a ocorrência de tentativa de exploração de efeitos emocionais no leitor. Assim, a próxima seção será destinada a uma retrospectiva de alguns trabalhos no campo dos estudos discursivos que tratam da emoção.

2.4. EMOÇÕES

Retomemos, neste espaço, as considerações de Aristóteles sobre a Retórica. Lembremos que, para o filósofo, a Retórica é a arte de apresentar provas, “a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão” (ARISTÓTELES, 2005, p. 33). Na seção dedicada à argumentação, afirmávamos que, para este autor, eram igualmente importantes as três dimensões dos meios de persuasão: as provas que “residem no caráter moral do orador”, o *ethos*; “as que residem no próprio discurso”, o *logos*; e nas “disposições que se criam no ouvinte”, o *pathos*.

A importância da emoção no processo argumentativo, para o filósofo, fica evidente na seguinte afirmativa: “Obtém-se a persuasão nos ouvintes quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam, consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio” (ARISTÓTELES, 2005, p. 33). Em função de sua relevância, reserva-se ao estudo desse tema todo o livro II da Retórica.

Segundo Aristóteles (2005, p. 97), “As paixões são as causas que introduzem mudanças em nossos juízos”. Partindo desse pressuposto, descreve, relativamente a cada tipo de emoção, três aspectos: as disposições que nos incitam à emoção; o público que se deseja persuadir e as causas que as provocam. Segundo este autor, o desconhecimento de um desses elementos tornaria impossível o desencadeamento de tais sentimentos.

Com base nesses elementos, Aristóteles descreve algumas das emoções e seus contrários. Fala, assim, da *cólera* e do *desdém*, do *amor* e do *ódio*, do *temor* e da *confiança*, da

vergonha e da *impudência*, da *compaixão* e da *indignação*, da *inveja* e da *emulação*. Dentre estas oposições, destacaremos aquelas que, nos parecem, principalmente, buscam-se explorar nas notícias que compõem o nosso *corpus*: as oposições *temor/confiança* e *compaixão/indignação*

A primeira oposição, acreditamos, constitui os fins almejados no campo da política. Constroem-se estratégias que levam os eleitores a experimentar em relação a determinados candidatos, segundo interesses do enunciador, um ou outro desses sentimentos. Sentimentos estes que podem ser concretizados em forma de votos. Segundo Aristóteles, tememos aqueles que, de alguma forma, podem nos prejudicar e, ao contrário, confiamos naqueles que já demonstraram serem dignos de confiança. Assim sendo, a mídia, apostando na possibilidade de persuasão de seus leitores-eleitores, poderia de alguma forma tentar fazer emergir no público tais efeitos emocionais.

A exploração da segunda oposição *compaixão/indignação* seria um dos meios pelos quais se poderia tentar conduzir este mesmo público ao temor ou à confiança. Segundo Aristóteles (2005, p. 121), “[...] indignamo-nos vendo os maus se beneficiarem da riqueza, do poder e de vantagens análogas” (grifo nosso) e, sobre aqueles contra os quais nos indignamos, assim se pronuncia:

O mesmo se diga a respeito dos que dirigem os negócios públicos, que têm o poder, que contam muitos amigos ou uma feliz posteridade, e quaisquer outras vantagens desta natureza. Também a indignação é maior, se tais bens lhes servem de meios para adquirir outros. (ARISTÓTELES, 2005, p. 121) (grifos nossos)

Ao sublinharmos os fragmentos acima, o fizemos para ressaltar o que, também em nosso *corpus*, pode se constituir na origem deste sentimento, já que estamos tratando da administração de bens públicos, envolvendo, portanto, valores partilhados socialmente e que são básicos para a investidura em cargos públicos, tais como honestidade, responsabilidade, benevolência, justiça, etc. Presenciamos, não raramente, denúncias sobre envolvimento daqueles que ocupam esses cargos em esquemas de desvio de verbas dos cofres públicos. Esses recursos, sendo provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos, e cujos fins devem ser a reversão em seu próprio benefício, quando desviados, são motivo de grande indignação na sociedade, pois é do conhecimento de todos o estado de pobreza a que está submetida grande parcela da população. O desvio desses recursos contribui ainda mais para o agravamento da situação.

Este é um dos temas abordados nas notícias que compõem nosso *corpus*. Sendo tal tema potencialmente desencadeador de efeitos patêmicos, a possibilidade de sua obtenção nas notícias requer do analista do discurso o conhecimento dos mecanismos que possibilitam ao leitor experimentá-los. Assim, na seção seguinte, apresentaremos, resumidamente, alguns estudos sobre como a emoção pode ser tratada discursivamente.

2.4.1. A emoção do ponto de vista da Análise do Discurso

Segundo Orecchioni (2000, p. 35), no período estruturalista, ninguém foi mais longe que Bally no que se refere à importância atribuída à linguagem expressiva, veículo do pensamento afetivo. Bally defende, segundo esta autora, a tese de que o estudo da afetividade deveria interessar à linguística, já que o objetivo dessa disciplina seria “revelar a verdadeira natureza da linguagem” (tradução nossa).¹¹ Essa é a conclusão a que chega o linguista após argumentar por silogismo: “A linguagem natural é a expressão da vida, individual e social; a vida se caracteriza pela importância do papel que representam os elementos afetivos; portanto estes elementos têm também um lugar importante na linguagem.” (tradução nossa).¹²

Conclui-se, assim, que a parte da linguística que tem por vocação descrever os elementos expressivos da língua é a Estilística, que passa a não ter como exclusividade os estudos do discurso literário, mas os processos e signos pelos quais a língua produz emoção. Segundo esta autora, Bally já se preocupava em saber se as emoções veiculadas pelos enunciados procedem de suas características internas ou decorrem também de fatores externos, como o contexto, por exemplo.

Também no estruturalismo, segundo esta mesma autora, vamos encontrar os estudos de Jakobson sobre as funções da linguagem. A função “expressiva” ou emotiva, representada pelas interjeições, está centrada no emissor e visa dar a impressão de emoção, que pode ser verdadeira ou falsa.

Os estudos discursivos sobre a argumentação se diferenciam dos realizados no período estruturalista. Como vimos, procurou-se naquele período observar a expressão da subjetividade do ponto de vista do enunciador. Já os discursivos estão orientados para a

¹¹ O texto original é: « révéler la véritable nature du langage ».

¹² O texto original é: « Le langage naturel est l'expression de la vie, individuelle et sociale; or la vie se caractérise par l'importance du rôle qu'y jouent les éléments affectifs ; donc ses éléments ont aussi une place importante dans le langage ».

identificação de mecanismos que revelam a atitude do enunciador para persuadir o outro. A preocupação aqui não é o que efetivamente sente o locutor, mas a emoção que pode ser experienciada pelo interlocutor. Segundo Plantin (2000 apud AMOSSY, 2000, p. 171, tradução nossa), a questão é “[...] saber como uma argumentação pode, não exprimir, mas suscitar e construir discursivamente as emoções.”¹³

A busca de efeitos patêmicos no discurso exige, em seus métodos de investigação, a observação de dois meios de emergência. Amossy (2000) explica que, na perspectiva de uma análise do discurso, pode haver ocorrência desses efeitos quando a emoção é mencionada explicitamente, mas também que a inexistência de traços linguísticos pertencentes ao campo lexical das emoções não significa impossibilidade de se desencadear efeitos patêmicos. Plantin, assim como Aristóteles, propõe que efeitos de patemização podem ser obtidos a partir de uma tópica: trata-se de saber o que, em determinadas culturas, pelo discurso, se pode provocar uma reação afetiva.

Também dedicando-se aos estudos sobre as emoções, Charaudeau (2000) afirma que, sob a ótica da Análise do Discurso, o estudo das emoções se distingue dos estudos da psicologia e da sociologia. A psicologia teria como objeto a reação sensorial, as disposições de humor ou características e as reações comportamentais dos indivíduos. A sociologia estabeleceria categorias interpretativas através de reconstruções do que deveria ser o comportamento humano no jogo das regulações e das normas sociais: as emoções não revelariam somente a pulsão, algo irracional e incontrollável, mas elas teriam também um caráter social. Já “A AD tem por objeto de estudo a linguagem enquanto produtora de sentido numa relação de troca, do que não está no signo, mas do qual ele é, no entanto, portador.”¹⁴

Este autor afirma que as emoções estão ligadas aos saberes de crença e estabelece a diferença entre estes e os de conhecimento. Os saberes de conhecimento repousariam sobre critérios de verdade exteriores ao indivíduo. Já os de crença seriam constituídos por valores socialmente partilhados; o sujeito mobilizaria uma, ou várias, das redes inferenciais propostas pelo universo de crenças disponíveis na situação onde ele se encontra que são suscetíveis de desencadear nele um estado emocional; o desencadeamento do estado emocional, ou sua

¹³ O texto original é: « [...] savoir comment une argumentation peut non pas exprimer, mais susciter e construire discursivement des émotions. ».

¹⁴ Tradução de Renato de Mello. O texto original é: “L’analyse du discours a pour objet d’étude le langage en tant qu’il fait sens dans une relation d’échange, qu’il est lui-même signe de quelque chose qui n’est pas dans lui et dont il est pourtant porteur. »

ausência, o coloca em relação com uma sanção social que o conduzirá aos julgamentos diversos de ordem psicológica ou moral.

Para Charaudeau, as emoções seriam de ordem intencional: elas não seriam redutíveis ao que é da ordem da simples sensação ou da pulsão irracional; se ligariam aos saberes de crença: o sujeito não só deve perceber qualquer coisa, esta qualquer coisa não só deve se acompanhar de um saber, mas é preciso que se possa avaliá-lo, se posicionar em relação a ele para se poder experimentar ou exprimir a emoção; e se inscrevem numa problemática da representação psicossocial.

O linguista afirma que uma representação pode ser patêmica, uma vez que descreve uma situação a propósito da qual um julgamento de valor é coletivamente partilhado e, portanto, instituído em norma social; coloca em causa um agente que pode ser beneficiário ou vítima e ao qual o sujeito da representação se encontra ligado de uma maneira ou de outra.

Afirma, ainda, que a relação patêmica engaja o sujeito em um comportamento reacional conforme as normas sociais às quais ele está ligado, interiorizadas por ele ou que permanece nas suas representações. Estas representações podem ser ditas sócio-discursivas, em que o processo de configuração simbolizante do mundo se faz através de um sistema de signos. Não de signos isolados, mas de enunciados que significam os fatos e comportamentos dos seres do mundo. Estes enunciados circulam na comunidade social, são partilhados e contribuem para constituir um saber comum, e, particularmente, um saber de crença. As representações sócio-discursivas descrevem, portanto, os seres e as cenas da vida, de fragmentos narrados do mundo que revelam sempre o ponto de vista de um sujeito. Estes enunciados que circulam na comunidade social criam uma vasta rede de intertextos que se reagrupam constituindo o “imaginário sócio-discursivo”.

À AD, segundo este mesmo autor, cabe estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser colocada em cena, ou seja, tratá-la como um efeito visado, sem jamais ter a garantia de que este efeito será produzido. Assim, para esta disciplina, a emoção é considerada fora da experimentação, e somente como uma possível emergência do sentimento em um sujeito particular, em uma situação particular.

Assim como Amossy, Charaudeau considera que o efeito patêmico pode ser obtido pelo emprego de certas palavras, mas também quando nenhuma das palavras utilizadas nos remete a um universo emocional. Ou seja, pode-se obter um efeito patêmico por meio de um discurso explícito quando as palavras têm a tonalidade patêmica (cólera, angústia, indignação), ou através de um discurso implícito e indireto, quando elas parecem neutras sob este ponto de vista. Mas a presença dessas palavras não significa que o sujeito que as emprega

sente a emoção, nem que elas produzem um efeito no interlocutor. Por outro lado, existiriam aquelas que não descrevem as emoções, mas poderiam desencadeá-las: assassinato, complô, vítimas, manifestação, assassino. Enfim, alguns tipos de enunciado podem não conter palavras patemizantes e, mesmo assim, obter o efeito patêmico quando a situação, por algum motivo, o favoreça.

Charaudeau cita três condições básicas para que se obtenha o efeito patêmico. A primeira condição é a de que o discurso se inscreva em um dispositivo comunicativo que predisponha ao surgimento de efeitos patêmicos. A segunda condição requer que o tema abordado preveja a existência de um universo de patemização. A última condição requer que a instância de enunciação tenha como finalidade provocar efeitos patêmicos.

Tal como Aristóteles, Charaudeau descreve algumas das emoções possíveis de se explorar no público. Mas a diferença entre as observações do filósofo e as do linguista reside no fato de que, enquanto o primeiro descreve uma estrutura universal do *pathos*, o último acredita ser possível descrever emoções próprias a uma determinada situação comunicacional. O linguista as nomeia tópicas (ou imaginários sociodiscursivos) e, da mesma forma que a descrição do filósofo, duplamente polarizada. Elas seriam em número de quatro: a tópica da *dor/alegria*, da *angústia/esperança*, da *antipatia/simpatia*, da *repulsa/atração*.

Charaudeau propõe figuras particulares para cada uma dessas tópicas. À *dor* poderiam ser atribuídos graus diversos tais como a *tristeza*, a *vergonha*, o *constrangimento*, a *humilhação* e o *orgulho ferido*. A *alegria* viria acompanhada de *satisfação* e o *contentamento*, a *vaidade* e o *orgulho*. À tópica da *angústia/esperança* acompanhariam os sentimentos de *melancolia*, de *medo* e de *terror*, para a o primeiro caso, e de *confiança* e de *desejo*, para o segundo. As emoções *antipatia e simpatia* apresentariam, respectivamente, figuras tais como *indignação*, *cólera*, *ódio*, etc. e *benevolência e compaixão*. A última tópica teria, para a *repulsa*, as seguintes figuras: *desprezo*, *desgosto*, *aversão* e *fobia*. Já a o seu oposto, a *atração*, se faria acompanhar de *admiração*, *encantamento* e *fervor*.

Acreditamos que as várias teorias discursivas, evocadas aqui, são suficientemente ricas em informações sobre argumentação, emoção e mídia. Elas poderão, portanto, ser extremamente úteis nos procedimentos investigativos aos quais nos entregaremos a partir de agora na análise do nosso *corpus*. No entanto, visando maiores esclarecimentos, em meio à análise, alguns detalhes dessas teorias poderão ser acrescentados.

3. ANALISANDO AS NOTÍCIAS

Ao analista de discurso não interessam as possíveis interpretações de um texto em particular, mas sim do discurso resultante de um conjunto deles. Eles devem de alguma forma estar relacionados, de maneira que as várias possibilidades de significação surjam da intertextualidade.

Seguindo este raciocínio, interessamo-nos pelos textos produzidos pelas duas principais instâncias midiáticas locais, partindo da hipótese de que elas podem apresentar pontos de vistas antagônicos no que se refere aos posicionamentos políticos. Também porque, sendo os principais jornais regionais, se constituem como principais concorrentes na captação do público.

A conjuntura política municipal ganha destaque na nossa pesquisa. Foi decisivo na definição do *corpus* o fato de o prefeito em exercício ser candidato à reeleição e, sendo assim, a avaliação da mídia a respeito de suas ações, enquanto representante público, refletiria concretamente em forma de votos a seu favor ou contra ele. A mídia, devido ao seu poder de influência, poderia interferir decisivamente nesta questão.

Foram selecionadas para análise 10 notícias, sendo 5 do Tribuna Livre e 5 do Folha da Mata. Estas foram então agrupadas em pares, a partir do tema abordado. Os temas foram: *as mudanças no trânsito de Viçosa; a obra na Bernardes Filho; a alteração no projeto contra o nepotismo; a rescisão de contrato com empresa que presta serviços contábeis à Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV) e a contratação irregular de advogados pela PMV.*

Em nossa metodologia, adotamos como critério inicial a análise dos procedimentos semânticos por constatarmos que essas notícias se distribuem em dois dos domínios definidos por Charaudeau: o do *ético* e o do *pragmático*. Como já dito, são concernentes ao *domínio do ético* valores como solidariedade, honestidade, justiça, responsabilidade, esforço/superação e disciplina. Ao *domínio do pragmático* são concernentes valores que se fundam na experiência sobre o que é habitual, durável, frequente ou no que é singular, original, único.

Assim, os pares de notícias foram definidos e agrupados a partir da temática abordada. Os dois primeiros temas pertencendo ao *domínio do pragmático* e os demais ao *domínio do ético*, conforme quadro abaixo:

| DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO | JORNAIS | MANCHETES | DATA |
|------------------------------|---------------|---|------------|
| DOMÍNIO DO PRAGMÁTICO | Tribuna Livre | Empreiteira conclui trecho da Bernardes Filho | 01/08/2008 |
| | Folha da Mata | Primeiro trecho da Bernardes Filho deverá ser concluído esta semana | |
| | Tribuna Livre | Mudanças no trânsito retratam “repeteco” | 18/07/2008 |
| | Folha da Mata | Setra aceita críticas, mas diz que mudanças superaram expectativas | |
| DOMÍNIO DO ÉTICO | Tribuna Livre | Vereadora “abre brecha” em projeto contra nepotismo | 11/07/2008 |
| | Folha da Mata | Projeto contra nepotismo pode admitir contratação no gabinete do prefeito | |
| | Tribuna Livre | MP estadual recomenda cancelamento com o “Grupo Sim” | 25/07/2008 |
| | Folha da Mata | PMV e autarquias deverão rescindir contrato com grupo SIM | |
| | Tribuna Livre | MP acusa prefeitura de fraude | 22/08/2008 |
| | Folha da Mata | Promotoria considera irregular contratação de advogados pela PMV | |

Quadro 2: os domínios de avaliação

Segundo Charaudeau (2008, p. 232), o *pragmático* “É o domínio do interesse no qual, ao contrário do domínio da Ética, o argumento é colocado como consequência de uma ação”. Assim, as duas primeiras notícias se enquadram neste domínio em função de apresentarem argumentos que buscam convencer os leitores da capacidade/incapacidade do prefeito (candidato à reeleição) a partir de avaliações dos resultados de suas atitudes, em termos de eficaz e ineficaz.

O *domínio do ético*, segundo este mesmo autor, “[...] define em termos de bem e de mal o que devem ser os comportamentos humanos diante de uma moral externa (as regras de comportamento são impostas ao indivíduo pelas leis do consenso social) ou interna (o indivíduo dá a si mesmo suas próprias regras de comportamento)”. As últimas notícias se enquadram neste domínio exatamente por explorarem valores concernentes a essas regras, com as quais a conduta dos administradores públicos deve estar em consonância.

3.1. AS NOTÍCIAS QUE EXPLORAM O DOMÍNIO DO PRAGMÁTICO

3.1.1. Notícias relacionadas às mudanças no trânsito

Situada na Zona da Mata Mineira, contando atualmente com aproximadamente 90 mil habitantes, incluída a população flutuante, Viçosa cresce rapidamente e de forma desordenada. Abriga uma das mais importantes universidades federais do país, além de várias instituições privadas de ensino, o que a torna reconhecida por sua vocação e atrai para a cidade grande número de estudantes e profissionais da educação. O aumento da população apresenta consequências óbvias para o município: o surgimento de novos bairros e o aumento do número de veículos. Esses fatores exigem da administração municipal maiores investimentos em infraestrutura, visando uma adaptação da cidade à nova realidade.

Das consequências citadas, destaca-se aquela que tem se transformado no principal problema para as administrações municipais: o trânsito. Além do grande número de estudantes, a UFV emprega parte da população e, por sua localização no centro da cidade, obriga a maioria daqueles que a ela se dirigem, oriundos dos vários bairros da cidade, a transitar pelo centro da cidade. Assim, nos horários de pico, os engarrafamentos, na área central da cidade, têm sido alvo de constantes reclamações da população.

Para atender às reivindicações populares, na gestão 2005/2008, sob a administração de Raimundo Nonato Cardoso, realizaram-se novas mudanças. Um dos locais de maior engarrafamento era a região próxima a Praça Mário Del Giudice. Assim, foram tomadas algumas medidas no sentido de aliviar o trânsito naquele local. Essas providências foram veiculadas pelos dois jornais, como veremos a seguir.

3.1.1.1. Notícia 1: publicada pelo jornal Tribuna Livre

Publicada em 18 de julho de 2008, esta notícia se refere às alterações de sentido de direção e transformação de vias de mão dupla em mão única. O Tribuna Livre não informa, a princípio, de forma clara, como foram as mudanças. Mesmo quando cita os pontos que sofreram alterações não fornece detalhes que facilitem a compreensão do leitor.

Demonstrando uma tendência crítica, no início da notícia observa-se uma avaliação negativa. O Tribuna Livre procura defender a tese de que as mudanças efetuadas, não só não apresentaram nenhum resultado positivo como também agravaram ainda mais a situação.

A tese defendida se faz perceber imediatamente pela construção da manchete: *Mudanças no trânsito retratam ‘repeteco’* e da legenda: *A inversão do sentido de direção na Avenida Sebastião Lopes sobrecarrega a Praça Emílio Jardim* (grifos nossos), explicitada pela articulação das palavras assinaladas. Trata-se a palavra “repeteco” de uma gíria, por isso o uso das aspas, que significa “repetição”. Usada de forma comparativa, seu emprego visa convencer o leitor da ineficiência das mudanças, ou seja, as medidas adotadas apenas transferiram os problemas de lugar: antes localizados à Praça Mário Del Giudice, os engarrafamentos seriam agora observados na Praça Emílio Jardim.

O vocábulo “sobrecarrega” já traz em sua estrutura a idéia de excesso. Sua utilização demonstra que as inversões de sentido trariam como consequência o trânsito de veículos superior à capacidade da Praça Emílio Jardim, espaço que supostamente seria insuficiente para receber um maior número de veículos. Argumentação que se tenta reforçar com a imagem, uma vez que ela mostra os vários veículos que transitam naquele sentido.



Imagem 1 – notícia 01

Esse é apenas um dos exemplos dos vários casos em que a argumentação se constrói com o auxílio da seleção lexical. Segundo Amossy (2000, p. 144, tradução nossa), “[...] a escolha de uma palavra nunca é desprovida de peso argumentativo, mesmo que essa escolha não seja feita de forma deliberada [...]”.¹⁵ A seleção lexical constitui-se, assim, em um importante recurso argumentativo, já que denuncia, na configuração da notícia em questão, uma possível intenção de acentuar a desorganização do trânsito:

(1) O caos registrado à praça Mário Del Giúdice foi transferido à praça Emílio Jardim, e pior (grifos nossos).

A opção pela palavra “caos” em lugar de “desordem”, por exemplo, visa intensificar a imagem de um trânsito, supostamente em pior estado do que estava antes, em decorrência das medidas. O argumentante sinaliza a intenção de superdimensionar os efeitos negativos produzidos pelas mudanças. Associada a seu uso tem-se a comparação subjetiva, identificada pelo advérbio “pior”. Recorremos, aqui, aos procedimentos discursivos, citados por Charaudeau (2008), que classifica como *comparação subjetiva* aquela em que não são fornecidos dados por quem argumenta. Diferente do que ocorre na comparação *objetiva* cujos dados podem ser verificados.

No intuito de convencer o público leitor da incompetência administrativa, comenta ainda:

(2) A tentativa é válida e necessária, mas é fácil prever que a alteração não solucionará e nem aliviará o grande fluxo de veículos em determinadas regiões (grifos nossos).

É recorrente no texto o uso da palavra “tentativa”. Ao utilizar tal palavra, o jornal procura atribuir às mudanças um caráter amadorístico, já que, como “tentativa”, não haveria as garantias de resultados significativos. Eles só poderiam advir de um planejamento das ações por profissionais.

Sobre a organização da lógica argumentativa, Charaudeau (2008) descreve seus componentes e seus procedimentos: são os modos de raciocínio. Esses modos seriam a *dedução*, a *explicação*, a *associação*, a *escolha alternativa* e a *concessão restritiva*. A *concessão restritiva* parece contemplada no fragmento acima. Esse modo de raciocínio “consiste em aceitar A1 (asserção de partida) como verdadeira (fazer uma concessão), e, ao mesmo tempo, retificar a relação argumentativa. Aceita-se a asserção de partida, mas

¹⁵ O texto original é: “[...] la sélection d’un mot n’est jamais dénuée de poids argumentative, même si elle n’a pas fait l’objet d’un calcul préalable [...]”.

contesta-se que ela possa levar à conclusão proposta ou subentendida” (CHARAUDEAU, 2008, p. 218).

Contestação introduzida pelo operador “mas” que, segundo Koch (2006, p. 37), assim como seus similares, opõe “argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias”. No fragmento em questão, o “mas” introduz um argumento que contraria as expectativas positivas dos responsáveis pela obra. Além disso, qualifica-se a administração municipal como incompetente com “é fácil prever”, expressão que pode ser entendida como a descrença do enunciador sobre os efeitos positivos das mudanças no trânsito e que coloca seus idealizadores numa posição de inferioridade, já que seriam incapazes de antecipar consequências tão óbvias.

Além disso, essa estrutura cria uma oposição entre dois grupos de argumentos que expressam uma avaliação do enunciador sobre a tentativa da prefeitura. O primeiro grupo expressando uma avaliação positiva (a tentativa é válida e necessária) e o segundo (mas é fácil prever que a alteração não solucionará e nem aliviará o grande fluxo de veículos em determinadas regiões) expressando uma avaliação negativa, sendo que o segundo grupo prevalece sobre o primeiro.

Com fins de obter sustentação à sua tese, o jornalista apresenta os seguintes argumentos:

(3) Entre as mudanças, apenas as realizadas nas avenidas Bueno Brandão e Sebastião Lopes de Carvalho são significativas e alteraram a rotina da área central da cidade (grifo nosso).

(4) As modificações no traçado do trânsito acontecem num mês de férias. Com o retorno às aulas na Universidade Federal de Viçosa, nas faculdades particulares e na rede escolar o movimento de veículos aumenta em proporções geométricas e aí o trânsito será muito mais confuso (grifo nosso).

Ainda segundo Koch (2006, p. 38-39), existem “operadores que se distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para afirmação total e o outro, numa escala orientada para a negação total”. No fragmento 3, presenciamos o operador “apenas”, que se enquadra na segunda situação. Ou seja, com o uso deste operador, procura-se evidenciar o fato de que somente uma, entre as várias alterações propostas, teria surtido o efeito esperado, apontando-se, dessa forma, para o insucesso das medidas.

Para esta mesma autora, alguns operadores têm por função introduzir um conteúdo pressuposto. No caso assinalado, o operador argumentativo “mais” (fragmento 4) introduz o pressuposto de que o trânsito já estaria confuso, situação que teria se agravado com as novas medidas.

A *citação*, outro procedimento discursivo, descrito por Charaudeau (2006), teria por finalidade produzir na argumentação o efeito de autenticidade. Recurso largamente utilizado no discurso midiático que funcionaria como “testemunho de um dizer, de uma experiência, de um saber” (CHARAUDEAU, 2008, p. 240). Na análise em questão, ele se torna de fundamental importância, uma vez que expressa avaliações de resultados das ações administrativas. Elas (as avaliações) poderiam advir de profissionais que estariam diretamente envolvidos na execução das mudanças ou da própria população, que sofre efeitos imediatos dessas mudanças. Explora-se, neste caso, o testemunho de um saber quando se extrai da fala do Chefe de Segurança Pública, Operação e Fiscalização de Trânsito, Major Eônio Paulo Pinto, o seguinte comentário:

(5) O que era esperado aconteceu: a lentidão do tráfego de veículo na praça Emílio Jardim (grifos nossos).

(6) Ele disse que nos primeiros dias os motoristas estavam em dúvida sobre o trajeto e isso contribuiu para a lentidão. Agora está menos lento (grifo nosso).

Deve-se ressaltar, no entanto, a ênfase que se dá a momentos da fala do Secretário de Segurança, em que se refere à lentidão do trânsito. Nos fragmentos acima, os trechos assinalados atenderiam aos propósitos do jornal de criticar as mudanças no trânsito. O trecho sublinhado no fragmento 6 indica, novamente, a introdução de um pressuposto: o de que o trânsito estava lento. O advérbio “menos” indica que o trânsito continua lento. Assim, da própria fala do Major, poderia se depreender a aceitação de que as medidas não teriam dado os resultados esperados. A utilização, pelo jornal, de declarações de um responsável direto pelas mudanças, representadas pelos fragmentos 5 e 6, constitui-se em um artifício que explora em seu benefício os argumentos da própria administração municipal.

Apresentando-se como espaço democrático, o jornal Tribuna Livre traz para o texto a opinião de representantes dos vários segmentos da sociedade, em forma de resposta à seguinte pergunta: “As alterações no trânsito vão beneficiar o setor?”. Têm-se depoimentos de comerciantes, taxistas, empresários, motoristas profissionais, etc. Apesar das avaliações aparentemente positivas desses profissionais, destacam-se, em todas as declarações, expressões que, de alguma forma, denotam dúvida ou que introduzem ressalvas quanto à eficácia das mudanças, como as que se seguem: “acho que sim”, “acho que melhorou”, “mas ainda há muitas modificações para serem feitas”, “espero que sim”, “prefiro aguardar”. Entendemos que, por conterem expressões de incerteza, essas opiniões podem levar o leitor a acreditar que se tratavam de medidas “paliativas”.

Os recursos argumentativos até aqui apresentados pertencem ao domínio da razão. Eles teriam, inicialmente, uma possível intenção de convencer o leitor sobre a incompetência administrativa para lidar com os problemas oferecidos pelo trânsito. Mas entendemos que há um objetivo maior por parte dos jornais: provocar uma determinada atitude do eleitorado no que se refere à escolha do candidato a prefeito.

Das três condições básicas, citadas por Charaudeau (2000), a de que o discurso se inscreva em um dispositivo cujos componentes predispoem ao surgimento de efeitos patêmicos se verificará em todas as notícias, uma vez que estamos tratando de comunicação midiática, um dispositivo que, já por imposição econômica, se torna potencialmente desencadeador desses efeitos. Considerando-se, ainda, os aspectos políticos que envolvem as notícias, esse dispositivo se torna ainda mais apto à veiculação de enunciados que contenham potencial patêmico.

As outras condições, existência de um universo de patemização e a finalidade patêmica da instância de enunciação, podem ser constatadas pela escolha dos temas a serem noticiados e pelos tratamentos que a eles se dão. Ao noticiar o tema *mudanças no trânsito*, por exemplo, os jornais o fazem por identificarem nele qualidades que o classificam como propenso à patemização.

Devido à sua desorganização (ausência de uma sinalização adequada, semáforos, etc.), o trânsito de Viçosa tem se tornado fonte de constantes reclamações dos habitantes. Não bastasse a desorganização, convive-se, ainda, com as imprudências de motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres. Todos esses fatores contribuem para o aumento do número de acidentes e os não-raros desentendimentos entre os próprios condutores dos veículos, entre estes e os pedestres, além dos estressantes engarrafamentos, cada vez mais frequentes. Assim, pode-se dizer que esses problemas, vivenciados pela sociedade viçosense, são potencialmente geradores de emoções como medo, raiva e angústia por ter que se conviver com esta situação cotidianamente. São estes sentimentos que se tentam explorar na construção da notícia.

Retomando o que nos diz Charaudeau, o efeito patêmico pode ser obtido por meio de um discurso explícito pelo emprego de certas palavras quando estas têm a tonalidade patêmica, tais como cólera, angústia, indignação. Por outro lado, existiriam aquelas que não descrevem as emoções, mas poderiam desencadeá-las: são os índices de patemização.

Na notícia em análise, verifica-se a presença de vários desses índices que, entre os recursos da ordem do racional, correspondem à seleção lexical. Palavras como “caos”, “obstáculo”, “confuso”, “lento” e “lentidão” são frequentes no texto. As palavras destacadas indicam a possibilidade de se remeter a um universo emocional, já que podem evocar os

sentimentos descritos acima. Ao se referir ao trânsito como lento e caótico pode-se fazer reviver no leitor situações desagradáveis provocadas pelo trânsito, como os irritantes atrasos a que já esteve submetido. Além desses índices de patemização, os argumentos apresentados podem levar o público a experimentar o desalento de mais uma vez ver frustrada a esperança de uma solução definitiva dos problemas do trânsito, podendo, por consequência, se despertar a desconfiança, no que se refere à capacidade administrativa do prefeito, candidato à reeleição.

Lembrando o que nos diz Aristóteles (2005, p. 111), “a confiança é o contrário do temor”, o que nos leva a concluir que, despertando-se no leitor a desconfiança, desperta-se, por consequência, o medo. Este sentimento surge, agora, da possibilidade de que os problemas do trânsito que, de alguma forma, já afetam toda a população e cuja tendência é o agravamento, em função do aumento do número de veículos, permaneçam sem solução ou se agravem em decorrência das mudanças, provocando maiores transtornos à população.

Ao longo do texto, como pudemos observar, há uma insistente busca de argumentos que provem a ineficácia das medidas administrativas. Mas, por serem estes pouco consistentes, concluímos tratar-se de uma atitude deliberada, por parte da instância midiática, que visa frustrar as expectativas da instância de recepção avaliando negativamente os resultados. Como já dissemos, os problemas apresentados pelo trânsito de Viçosa já são potencialmente desencadeadores de emoções negativas. Assim, a ansiedade por medidas que tragam soluções mais duradouras cresce à medida que estes problemas se agravam. Ficam, dessa forma, revestidas de grande importância ações que dêem conta de solucioná-los.

Há de se considerar que, por se tratar de ações de um candidato à reeleição, o sucesso de tal empreendimento produziria no público (leitores-eleitores) um efeito contrário ao pretendido por este jornal. Produzir-se-ia, neste caso, o sentimento de satisfação, de contentamento e, por fim, de confiança no candidato. Assim, convencer do fracasso das medidas significa se utilizar dos sentimentos já proporcionados pelo trânsito com fins de instalar na instância de recepção a desconfiança em relação a esse mesmo candidato.

3.1.1.2. Notícia 2: publicada pelo jornal Folha da Mata

Publicada em 18 de julho de 2008, esta notícia teve também como propósito veicular as mudanças processadas no trânsito do centro da cidade de Viçosa. Foram informadas, na notícia, detalhadamente, as alterações de sentido de algumas avenidas, tais como

transformação de mão dupla em mão única, além das alterações realizadas na Avenida Bueno Brandão, Rua Francisco Machado e Prof. Sebastião Lopes de Carvalho. O jornal cita, ainda, a sinalização realizada na Avenida Marechal Castello Branco e informa o número de veículos que circulam diariamente no centro da cidade. A exibição desses dados teria como propósito a função de permitir que o leitor tenha uma visão, pelo menos parcial, da situação do trânsito. No entanto, a análise demonstra outros possíveis interesses.

Nesta notícia, defende-se a tese de que as mudanças no trânsito, por serem realizadas a partir de um planejamento rigoroso, por pessoas capacitadas para tal, teriam como consequência natural resultados positivos. Como teria ocorrido de fato, segundo a Secretaria de Trânsito, o que dá origem à manchete abaixo que aborda uma das mudanças no trânsito: a inversão de sentido da rua Prof. Sebastião Lopes de Carvalho.



Imagem 2 - notícia 2

Ao construir a manchete, o jornal utiliza-se do argumento de autoridade, o que, de certa forma, passaria ao leitor a impressão de distanciamento do fato: a avaliação das medidas teria partido da Secretaria de Trânsito e não do jornal, que apenas a divulga. O operador argumentativo “mas” introduz o argumento decisivo de que as mudanças obtiveram resultados além dos esperados. Por meio desse recurso, o sujeito jornalista antecipa-se e refuta as possíveis críticas às mudanças no trânsito.

Já a legenda *A Setra, com as mudanças implantadas, veio a atender um antigo anseio da população, buscando amenizar um problema crônico de falta de planejamento urbano*, revela, explicitamente, o posicionamento do jornalista, que, pela construção do enunciado, procura atribuir à administração municipal o papel de quem realmente se preocupa com o bem estar do povo. Ou seja, consciente dos transtornos provocados pelo trânsito, a administração municipal “veio a atender um antigo anseio da população”. A qualificação subjetiva “problema crônico” seria a expressão apropriada para a maior valorização do empreendimento, pois revela a dificuldade enfrentada pelos prefeitos anteriores para solucioná-lo. Ao mesmo tempo, exime a administração da responsabilidade por este problema, que é qualificado como “crônico”.

A seleção lexical é, como vimos, um dos recursos argumentativos largamente utilizados pela mídia para influenciar o leitor. Revela-se, também aqui, por esse meio, a tendência de enaltecimento da ação administrativa, como veremos abaixo:

(7) A administração municipal de Viçosa, após encomendar estudos que apontam medidas visando o descongestionamento do trânsito no centro da cidade, uma antiga e constante reivindicação de condutores de veículos e de toda a população viçosense, decidiu enfrentar o desafio [...] (grifos nossos).

A recorrência do substantivo “estudo(s)” e seu derivado, o verbo “estudar”, denota uma atitude do jornal que objetiva evidenciar o profissionalismo que caracteriza a conduta dos administradores municipais: todo trabalho a ser realizado passaria, necessariamente, por um planejamento. Já a palavra “desafio” traz em si a proposta de uma grande realização, da conquista de algo extremamente difícil, da superação de um obstáculo. Descrever a ação administrativa, neste caso, exige do enunciador a escolha de palavras compatíveis com seu grau de dificuldade. Opta-se, por isso, pelo uso do verbo “enfrentar”, que indica coragem diante de uma situação adversa. Agindo assim, ao divulgar o fato, o jornal emprega termos que conduzem o público à crença no alcance de resultados acima de suas reais dimensões, supervaloriza-se a ação administrativa.

Confirmando a intenção de defender a tese de profissionalismo, como qualidade principal da administração municipal, seguem-se os seguintes posicionamentos:

(8) Dando continuidade ao trabalho, o atual Secretário de Trânsito, Ramon Carlos Fernandes, executou uma sinalização bastante eficiente e profissional na Avenida Castello Branco [...] (grifo nosso).

(9) [...] após minucioso estudo realizado por engenheiros especializados, apresentou projeto que propõe uma série de mudanças no trânsito do centro da cidade e em logradouros de acesso a bairros (grifos nossos).

A qualificação subjetiva pode ser observada pelo uso de modalizadores como o advérbio “bastante” e os adjetivos “eficiente” e “profissional”, no primeiro caso, e os adjetivos “minucioso” e “especializados”, no segundo. Os dois casos revelam uma preocupação constante em construir uma imagem positiva da administração municipal, atribuindo a ela características como responsabilidade e capacidade gerencial, já que as mudanças foram realizadas a partir de um “minucioso estudo” por “engenheiros especializados”.

Outra forma de se fortalecer a tese de sucesso é a informação de que, para que se desse início à execução das mudanças, o projeto teria passado por uma avaliação:

(10) O projeto foi aprovado pela Comissão Municipal de Trânsito, presidida pelo administrador Jansen Cardoso Pereira [...] (grifo nosso)

Ao informar que o projeto teria sido aprovado por uma comissão, pretende-se conferir às medidas administrativas o respaldo necessário que garanta às mesmas resultados positivos. Importa ao jornal que se diga a profissão do presidente, uma vez que, estando sob comando de um administrador, tal comissão estaria naturalmente revestida de maiores condições de avaliação.

Em busca de credibilidade, o jornal explora como recurso o argumento de autoridade. Para tanto, recorre à declaração do Chefe do Departamento de Segurança Pública, Operações e Fiscalização de Trânsito, Major Eônio Paulo Pinto, cuja patente e posição de comando, além do cargo de chefia, lhe conferem prestígio perante a sociedade:

(11) Se analisarmos o tráfego dessa primeira semana, podemos dizer que o projeto vai dar certo e que superou as expectativas dos profissionais da Secretaria e até dos motoristas. Recebemos várias sugestões, porém, todas as pessoas que nos procuraram elogiaram as mudanças. Tivemos apenas duas reclamações, ambas de interesse particular. (grifos nossos)

Pretende-se, com este comentário, levar ao conhecimento do público o sucesso das medidas pela demonstração de aceitação dos habitantes, o que se faz através do operador “até” que, segundo Koch (2006), assinala argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão. Seu emprego deixa implícito o nível de cobrança dos motoristas, que representam, para o Chefe do Departamento de Segurança, o grau máximo de exigência em termos do que seria o bom funcionamento do trânsito. A avaliação positiva desses profissionais reflete, portanto, a de toda a comunidade. Sendo assim, não haveria mais dúvidas quanto à eficácia da ação administrativa. Implícita neste comentário está a idéia de

que as mudanças já estariam dando bons resultados e estariam trazendo benefícios à maioria da população.

A observação sublinhada, “Tivemos apenas duas reclamações, ambas de interesse particular.”, além da função de fortalecer este argumento, evidencia a intenção de classificar a administração municipal como defensora dos interesses coletivos em detrimento dos pessoais. Assim, ao publicar esta declaração do Major, o jornal Folha da Mata o faz por reconhecer nela uma fonte segura de informações que corroborem sua tese.

O argumento de autoridade, como ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 348), “[...] é de grande importância, embora sempre seja permitido, numa argumentação particular, contestar-lhe o valor [...]. É como procede, estrategicamente, o Jornal Folha da Mata, quando recupera a fala de um vereador, que avalia negativamente as mudanças:

(12) Muitos veículos estão fora da cidade e, por essa razão, o resultado pode até parecer bom, fato que só poderá ser comprovado após o retorno das aulas. Acredito que a Setra terá que fazer muita coisa para resolver o problema do caótico trânsito de Viçosa. (observações do vereador Valter Batalha)

Esta tese refuta-se também com uma declaração do Major Eônio:

(13) Quanto às observações do vereador Valter Batalha, o major afirmou que a implantação das alterações em período de férias foi uma estratégia da Setra, porém a Semana do Fazendeiro alterou significativamente o tráfego.

Segundo o Chefe do Departamento de Trânsito, neste mesmo período, o movimento do trânsito teria aumentado em função da Semana do Fazendeiro, evento que ocorre todo mês de julho na UFV e que conta com milhares de participantes de outras cidades. Sendo assim, apesar do período de férias, as mudanças já teriam sido testadas pelo fato de terem sido implantadas num período com grande fluxo de veículos na cidade e terem apresentado resultados significativos. Tendo sido a declaração do vereador incorporada pelo Tribuna Livre, pode-se considerar a divulgação da fala do Major uma estratégia do Folha da Mata, que teria também interesse em refutar a tese de seu concorrente.

Também o Folha da Mata se dirige à opinião pública. Respondendo à pergunta: “qual a sua opinião sobre as mudanças no trânsito?”, os entrevistados deixaram transparecer opiniões, na sua maioria, apropriadas à linha argumentativa defendida na notícia, verificado nos seguintes fragmentos: “Acho que teve 70% de melhoria no trânsito”, “As mudanças foram ótimas” ou “As modificações foram boas”. Apenas um dos entrevistados avaliou negativamente: um comerciante diz ter 40% de redução nas vendas motivada pelas alterações.

No entanto, este depoimento apenas corrobora a informação prestada pelo Major: “Tivemos apenas duas reclamações, ambas de interesse particular”. Assim, nos parece que, mesmo as avaliações negativas, são escolhidas em função da tese que se pretende defender, uma vez que “o interesse particular” que elas defendem não devem superar o interesse coletivo.

O Folha da Mata vale-se, também, da exploração da tentativa de se produzirem efeitos patêmicos. Explora-se nesta notícia o mesmo universo de patemização. Também pela seleção lexical pode se perceber esta finalidade. Constrói-se toda uma argumentação que visa conduzir o público leitor a experimentar sentimentos agradáveis, o que se busca pela descrição subjetiva. Ao descrever as mudanças no trânsito como “minucioso estudo realizado por engenheiros especializados” e “sinalização bastante eficiente e profissional” e classificar a ação administrativa como fruto de um “estudo”, pretende-se fazer aflorar no público a esperança de solução duradoura para o trânsito, uma vez que o projeto teria sido realizado por profissionais competentes.

A esperança, que se opõe à angústia, como explica Charaudeau (2010, p. 50), caracteriza-se pela “espera de um benefício, de um acontecimento feliz”. O tratamento dado à divulgação do fato, por este jornal, busca convencer o leitor da realização de que algo tão aguardado pela população estaria finalmente sendo realizado. Ou seja, a adjetivação observada na descrição das mudanças potencializa o surgimento do estado emotivo de satisfação.

Os argumentos de autoridade contribuem para o desencadeamento dessas emoções. As declarações do Secretário de Trânsito e do Chefe do Departamento de Segurança Pública seriam os testemunhos de um saber e as garantias da seriedade com que foram tratadas as mudanças. As declarações dos habitantes seriam os testemunhos de uma experiência, a confirmação do sucesso preconizado pelo jornal. Apresentando-se a administração municipal como profissional e competente apresenta-se a mesma, conseqüentemente, como apta a continuar a conduzir os destinos do município, o que seria motivo de tranquilidade para a população e confiança nas ações futuras.

Uma análise comparativa entre as duas notícias faz emergir as diferentes abordagens de cada instância midiática. Isto pode ser verificado pelas marcas lexicais e argumentos presentes nos textos: modalizadores, operadores argumentativos, informações pressupostas, argumentos de autoridade, além do recurso à imagem. Enquanto o Tribuna Livre reúne argumentos que provam a ineficiência das medidas adotadas pela administração municipal para resolver os problemas no trânsito, e, por consequência, da sua incompetência, o Folha da

Mata leva o leitor a acreditar no sucesso das mesmas, o que conferiria ao candidato, como atributo, a capacidade administrativa.

O primeiro se vale dos sentimentos de raiva e medo e angústia normalmente provocados pelo trânsito, como propulsores de emoções como indignação, sentimento particularmente relacionado às questões de interesse público, e, principalmente, ao de não-confiança no candidato. Já o segundo, apela para descrições subjetivas de valorização que teriam o poder de, a partir das disposições que se criam nos leitores, levá-los a experimentar bons sentimentos como esperança, contentamento e gratidão. No quadro abaixo, traçamos um paralelo entre os dois jornais, sintetizando passagens que nos levaram à leitura acima.

| JORNAIS | TRIBUNA LIVRE | FOLHA DA MATA |
|--|---|--|
| MANCHETES | Mudanças no trânsito retratam “repeteco” | Setra aceita críticas mas diz que mudanças superaram expectativas |
| INFORMAÇÕES/ COMENTÁRIOS PUBLICADOS NOS JORNAIS | <p>“A tentativa é válida e necessária, mas é fácil prever que a alteração não solucionará e nem aliviará o grande fluxo de veículos em determinadas regiões”</p> <p>“O caos registrado à praça Mário Del Giúdice foi transferido à praça Emílio Jardim, e pior (grifos nossos).”</p> <p>“Entre as mudanças, apenas as realizadas nas avenidas Bueno Brandão e Sebastião Lopes de Carvalho são significativas e alteraram a rotina da área central da cidade.”</p> <p>“As modificações no traçado do trânsito acontecem num mês de férias. Com o retorno às aulas na Universidade Federal de Viçosa, nas faculdades particulares e na rede escolar o movimento de veículos aumenta em proporções geométricas e aí o trânsito será muito mais confuso.”</p> | <p>“[...] após minucioso estudo realizado por engenheiros especializados, apresentou projeto que propõe uma série de mudanças no trânsito do centro da cidade e em logradouros de acesso a bairros.”</p> <p>“Se analisarmos o tráfego dessa primeira semana, podemos dizer que o projeto vai dar certo e que superou as expectativas dos profissionais da Secretaria e até dos motoristas. Recebemos várias sugestões, porém, todas as pessoas que nos procuraram elogiaram as mudanças. Tivemos apenas duas reclamações, ambas de interesse particular.”</p> <p>“Quanto às observações do vereador Valter Batalha, o major afirmou que a implantação das alterações em período de férias foi uma estratégia da Setra, porém a Semana do Fazendeiro alterou significativamente o tráfego.”</p> |
| SELEÇÃO LEXICAL | caos, confuso, lento, lentidão obstáculo, “repeteco”, tentativa. | desafio, eficiente, enfrentar, especializado, estudo, minucioso, profissional, sucesso. |
| EFEITOS EMOCIONAIS POSSÍVEIS | raiva, medo, angústia e indignação, desconfiança. | esperança, contentamento e gratidão, confiança. |

Quadro 3: as mudanças no trânsito

O resumo, no quadro acima, não deixa dúvidas sobre a divergência de opiniões, expressas pelos jornais, no que se refere às mudanças processadas no trânsito. Vejamos agora o tratamento dispensado pela mídia ao segundo tema de nosso *corpus*: A obra na Bernardes Filho.

3.1.2. Notícias sobre a obra na Bernardes Filho

Dissemos, acima, que o aumento acelerado do número de habitantes traz como consequência o surgimento de novos bairros que, muitas vezes, não contam com uma infraestrutura adequada. Mas a falta de estrutura não decorre somente deste fato. Alguns bairros mais antigos, como os de Fátima e de Lourdes, sempre enfrentaram problemas em épocas de chuva. Por falta de uma rede pluvial, tinham constantemente destruídos seus calçamentos e frequentemente inundadas algumas de suas residências e estabelecimentos comerciais.

Também na gestão 2005/2008 colocaram-se em execução obras de construção dessas redes e de pavimentação nos dois bairros. O fato que se noticia é a conclusão de parte da obra que fora realizada no Bairro de Lourdes e que se estenderia até a Rua Silva Pontes. A primeira parte compreenderia o trecho entre as ruas Professor Arlindo de Paula Gonçalves e Papa João XXIII.

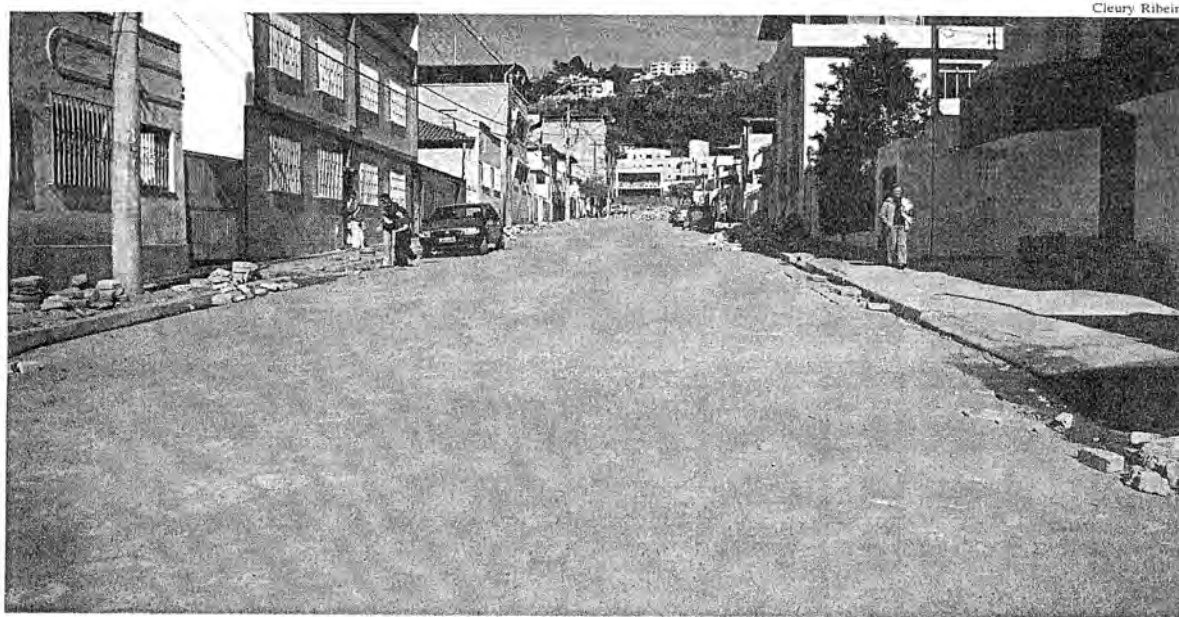
3.1.2.1. Notícia 3: publicada pelo jornal Tribuna Livre

Publicada em 01 de agosto de 2008, esta notícia veicula a informação fornecida pelo Secretário Municipal de Obras, Irani Silva, de que o primeiro trecho da obra estaria sendo concluído. Veicula, ainda, a informação de que a complementação da obra, trecho compreendido entre as ruas Papa João XXIII e Silva Pontes, teria início na semana seguinte. Descreve o tipo de trabalho executado, a construção de rede pluvial, a reconstrução do calçamento, os materiais utilizados, o tempo gasto e o valor da obra.

Segundo Charaudeau (2008), a argumentação encontra-se frequentemente no que está implícito. Agindo assim, o Tribuna Livre defende como principal a tese de que a execução da obra, dada a sua lentidão, estaria provocando transtornos aos moradores daquele local.

Conforme se observa a seguir, apresenta-se a imagem do trecho (entre as ruas Papa João XXIII e Silva Pontes) que ainda está por concluir. Ao mesmo tempo, ironicamente, em sua manchete *Empreiteira conclui trecho da Bernardes Filho*, anuncia-se a conclusão da obra. Entendemos que, com essa atitude, visou-se desviar a atenção do que seria o real motivo da notícia - a conclusão da primeira parte da obra - para a quantidade de trabalho ainda por executar, o que fortaleceria no leitor a convicção de lentidão na condução dos trabalhos. Isso porque a conclusão da primeira parte daria méritos à administração municipal.

Empreiteira conclui trecho da Bernardes Filho



Apenas o tempo dirá se a reforma na Bernardes Filho oferecerá os resultados esperados

Imagem 3 - notícia 3

A previsão do Secretário de Obras de que o primeiro trecho seria concluído em uma semana deu origem ao seguinte argumento:

(14) A promessa foi feita, apesar de ainda restar muito trabalho a ser feito. (grifos nossos)

Articulando-se os recursos sublinhados, construiu-se um argumento que visou desmascarar uma possível intenção política, por parte da administração municipal: a demonstração de seu dinamismo. A opção pelo termo “promessa”, para nomear o ato do Secretário Municipal de Obras, acentua o compromisso decorrente desse ato com a população. Ao mesmo tempo, através do operador argumentativo “apesar de”, introduz-se um comentário que aponta na direção contrária, ou seja, coloca-se em dúvida a consecução deste objetivo no prazo previsto. Dessa forma, cria-se a possibilidade de se interpretar como leviana a atitude da administração municipal ao prometer algo sabendo da impossibilidade do seu cumprimento.

Recorre-se, mais uma vez, ao argumento de autoridade. Nesse caso, ao testemunho de uma experiência. Ou seja, ninguém mais habilitado do que os próprios moradores que, por sua proximidade com o fato, poderiam confirmar a tese que se procura defender. Seleciona-se, assim, o seguinte depoimento:

(15) O trecho da rua Silva Pontes amarra mais o trânsito e tomara que a Prefeitura realize a reforma, mas dentro de um prazo tolerável. (grifos nossos)

O depoimento selecionado manifesta uma posição desfavorável ao modo como a obra vem se desenrolando. Ainda na fala do morador, verificam-se dois recursos que reforçam essa ideia: o operador argumentativo “mas” e a expressão “amarra mais”. Os termos destacados contribuem para o que tem se apresentado como projeto do jornal: ressaltar sempre o atraso na realização da obra e os transtornos à população que resultariam da incompetência administrativa municipal. O operador “mais” introduz o pressuposto de que o trânsito está amarrado (lento) e o operador “mas”, ao introduzir uma ressalva, “dentro de um prazo tolerável”, aponta também para o caráter de lentidão na condução das obras. A palavra “tomara” é definida pelo dicionário Houaiss como expressão de um desejo. No caso em questão, o desejo de que a segunda parte da obra seja realizada. Mas revela também a insatisfação do morador com a demora para concluir o primeiro trecho e a crença de que seria improvável que a execução do restante da obra ocorresse mais rápido.

Demonstrando tendência em desqualificar as ações administrativas, como pudemos verificar, o jornal Tribuna Livre direciona todos os seus comentários ao que está ainda por ser realizado e, quando se refere à conclusão do primeiro trecho da obra, levanta dúvidas quanto à sua eficácia. Como na legenda *Apenas o tempo dirá se a reforma na Bernardes Filho oferecerá os resultados esperados* (grifo nosso), no qual o operador “apenas” cumpre a função de introduzir o argumento de que não haveria garantias de resultados satisfatórios. A expressão popular “só o tempo dirá”, equivalente à encontrada no fragmento acima, expressa dúvida, incerteza.

Quando se refere a uma possível alternativa de trânsito pelo Bairro de Fátima, afirma-se:

(16) Como o trecho ficará fechado, restariam as alternativas via bairro de Fátima e avenida J.K., através do bairro Santa Clara, para os que utilizam a rua Silva Pontes. No entanto o trecho conhecido como “Antena”, no Santa Clara, e a rua Bruno Martinho, no Bairro de Fátima, são quase intransitáveis. (grifos nossos)

Destacam-se, no fragmento acima, os operadores “no entanto” e “quase”. O primeiro, assim como o “mas”, introduz informações argumentativamente fortes. Ou seja, informa-se sobre uma alternativa para o trânsito, o que poderia levar a crer que o problema estaria resolvido, mas essa crença é destruída em seguida, quando se afirma que um trecho importante está intransitável. O tráfego, naquele local, seria impraticável, por se encontrar próximo à obstrução total, devido às suas más condições. Ao se referir a essas más condições das ruas e avenidas dos outros bairros, sugere-se a falta de atenção por parte da prefeitura para com os bairros citados. Procura-se, portanto, refutar a possível tese de uma administração dinâmica e atenta aos problemas de todo o município, que é a tese defendida pelo Folha da Mata.

Vejamos agora os efeitos emocionais possíveis de serem ocasionados pelas estratégias adotadas, já que se observa, também neste tema, a existência de um universo de patemização. Os transtornos provocados pela lentidão no desenvolvimento da obra e sua possível consequência negativa para o trânsito compõem este universo. O acesso dos moradores às suas residências fica comprometido pela lentidão no andamento da obra, o que seria motivo de indignação.

Retomando Charaudeau (2000, p. 38), “[...] há enunciados que não comportam palavras patemizantes e que, no entanto, são susceptíveis de produzir efeitos patêmicos, desde que tenhamos conhecimento da situação de enunciação”.¹⁶ Revela-se, no texto analisado, o que afirma o linguista. No legenda, por exemplo, a simples perspectiva da má aplicação de recursos públicos seria suficiente para levar o leitor a indignar-se, já que, em se tratando de administração pública, não se concebe a não garantia de resultados satisfatórios.

Concluimos, então, que as palavras, por si só, não teriam o poder de desencadear tais efeitos, mesmo aquelas que se referem diretamente às emoções, como as citadas por Charaudeau. O contexto seria o elemento determinante para provocá-los. Assim, consideramos que a seleção lexical, no texto em análise, é um recurso que permite ultrapassar um suposto limite entre emoção e razão no processo argumentativo, já que, associadas à situação de produção (período eleitoral), poderiam despertar sentimentos de insatisfação e, conseqüentemente, de desconfiança em relação ao prefeito candidato à reeleição.

A finalidade de produzir efeitos patêmicos na instância de recepção é outra condição básica preenchida na notícia que pode ser comprovada pela seleção lexical. A opção por

¹⁶ Tradução de Renato de Mello. O texto original é: “[...] il est des énoncés qui ne comportent pas de mots pathémisants et qui pourtant sont susceptibles de produire des effets pathémiques des lors que l’on a connaissance de la situation d’énonciation.”.

palavras como “promessa”, “temem”, e expressões como “quase intransitáveis”, “grandes transtornos”, “amarra mais o trânsito”, concorrem para a evocação do universo de patemização. Com esta última expressão, por exemplo, o jornalista busca explorar um saber partilhado pelos leitores de que o trânsito tem sido motivo de sérios transtornos à população e de que as medidas tomadas recentemente não seriam suficientes para a sua solução. Os problemas do trânsito se agravariam agora em função de um atraso na condução das obras. Explora-se, assim, mais uma vez, a oposição confiança/temor, ou seja, o jornal faz reviver na instância de recepção o medo, que seria gerado pela consciência da incompetência da administração municipal. Busca, assim, abalar a confiança depositada pela população no candidato, sentimento que o levou à conquista de seu primeiro mandato.

A escolha da palavra “promessa” teria como função evocar o sentimento de indignação diante de uma prática condenável, comum ao político brasileiro: a promessa com a finalidade única da conquista de votos. A atitude da administração, sugerida pela seleção lexical, é vista pela sociedade como um ato de traição aos cidadãos, que são induzidos a não acreditar na sinceridade dos propósitos dos administradores que eram candidatos à reeleição. Recorre-se, aqui, ao imaginário sócio-discursivo, também referido por Charaudeau. Ou seja, faz parte do imaginário da sociedade brasileira uma visão negativa dos políticos. E é justamente essa imagem que se tenta, constantemente, trazer à tona.

Novamente retomando Aristóteles, verifica-se que, ao argumentar, o indivíduo deve considerar “as disposições que se criam no ouvinte”, o *pathos*. Para tanto, é necessário que se conheça o público ao qual o locutor se dirige e, conseqüentemente, o que pode desencadear nele determinados tipos de emoção. Segundo Amossy (2000, p. 36, tradução nossa), “a nova retórica insiste sobre o fato de que se adaptar ao auditório é se apoiar nos pontos de acordo”.¹⁷ O jornal apóia-se no testemunho do morador (fragmento 15), que revela a insatisfação e o descontentamento provocados pela obra, e procura deixar o leitor mais apreensivo quanto ao agravamento da situação, o que se pode verificar no fragmento 15, já que os moradores do bairro citado enfrentariam problemas de trânsito qualquer que fosse o trajeto escolhido.

A análise permite verificar uma tendência constante em desvalorizar as ações da administração municipal. Para isso, utilizaram-se argumentos que visaram demonstrar incompetência por parte dos responsáveis pela obra. Dessa forma, buscou-se conduzir o leitor a experimentar sentimentos como insatisfação, descontentamento, indignação e desconfiança. O desencadeamento dessas emoções teria por finalidade influenciar o leitor na sua escolha nas

¹⁷ O texto original é: “La nouvelle rhétorique insiste sur le fait que s’adapter à l’auditoire, c’est avant tout miser sur des points d’accord.”

eleições municipais. Existe uma preocupação da instância midiática em atingir o maior número de leitores, o que significa maior número de eleitores. Mas identifica-se, dentro desse mesmo público, um mais específico: os moradores dos bairros de Lourdes, Santa Clara e Betânia, que seriam mais diretamente afetados pela obra, estando, portanto, mais propensos à persuasão.

3.1.2.2. Notícia 4: publicada pelo jornal Folha da Mata

Publicada na mesma data (01/08/2008), a notícia do Folha da Mata, também a partir dos dados fornecidos pelo Secretário de Obras, informa sobre o andamento da reforma na rua Bernardes Filho. Descreve os materiais utilizados e o valor da obra. Mas, diferentemente do Tribuna Livre, não informa o tempo gasto na realização do primeiro trecho. Além dessa diferença, o jornal cita várias outras obras em andamento no município e as que estão programadas para vários bairros.

Assim como o Tribuna Livre, o Folha da Mata recorre à imagem para ilustrar e corroborar a tese defendida, publicando a imagem que representa o trecho da obra já concluído, o que reforçaria no leitor a crença em uma administração ativa e dinâmica.



Imagem 4 - notícia 4

Revelando grande otimismo e enfatizando realmente a conclusão do primeiro trecho, procura defender o ponto de vista de que a obra estaria superando as expectativas quanto ao tempo previsto para sua realização. O que se pode perceber, pela observação, após descrever o trabalho em execução:

(17) Outra obra da prefeitura que está bem adiantada é a do calçamento no entorno da linha férrea. (grifos nossos)

Temos aqui um exemplo do que Koch (2006, p. 47) denomina “retórica da pressuposição”. Segundo a autora, trata-se de um recurso argumentativo que “consiste em apresentar como se fosse pressuposto justamente aquilo que se está querendo veicular como informação nova”. Pelo uso do marcador de pressuposição “outra”, seguido da expressão “bem adiantada”, tem-se a introdução de um pressuposto: o de que a obra na Bernardes Filho estaria sendo realizada antes do prazo previsto.

Procura-se, também, defender a tese de que estaria sendo executada uma grande obra. É o que se pode perceber no fragmento abaixo, que descreve uma parte da reforma em execução:

(18) Tudo isso num custo total superior a R\$ 222 mil. (grifos nossos)

A expressão “tudo isso”, retomando os materiais gastos e os serviços executados, associada ao custo da obra, tem implícita a intenção não só de valorizar a obra, mas também de atribuir à administração municipal a qualidade de competência na gestão do bem público e a responsabilidade na aplicação de seus recursos, provenientes do contribuinte.

Atendendo possivelmente a interesses eleitorais, noticiam-se, ao mesmo tempo, informações referentes às obras em andamento no município, como calçamentos, asfaltamentos, construção de escolas e de pontes, nos vários bairros e na zona rural:

(19) Irani Silva informou também que algumas ruas dos bairros de Fátima, Santo Antônio e Nova Era serão beneficiadas [...] (grifos nossos).

(20) A zona rural de Viçosa também está contemplada com a construção de pontes em concreto armado nas comunidades de Arrudas, Marques, Ari Borges e Coura. (grifos nossos)

Todas essas informações contribuem para que se crie a imagem de uma administração dinâmica e que tem suas atenções voltadas também para a periferia da cidade, buscando resolver problemas negligenciados por administrações anteriores. Destaca-se, nos extratos

acima, o operador argumentativo “também”, que segundo Koch (2006, p. 33), pertence a tipos de “operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão”. No caso citado, somam-se argumentos que levam à conclusão de que toda a cidade estaria sendo atendida pela administração.

Os transtornos enfrentados pela população, decorrentes da falta de infraestrutura, geram nos moradores uma ansiedade por providências da prefeitura. Assim, a realização da obra se constitui em universo de patemização, pois proporcionaria aos habitantes dos bairros próximos os estados emotivos de satisfação e contentamento. Verifica-se, neste jornal, assim como no Tribuna Livre, a finalidade de exploração de aspectos emocionais. O argumento de autoridade seria um dos recursos que colaborariam para a produção desses efeitos. A frequente citação do Secretário de Obras como fonte das informações teria como propósito levar o leitor à confiança na administração municipal. Como o exemplificado no fragmento abaixo:

(21) Além disso, Irani garantiu que todas as estradas rurais foram patroladas e a Secretaria de Obras já deu início ao cascalhamento, estando o trabalho já concluído na comunidade de Córrego Fundo. (grifo nosso)

Como já dito, a confiança é o oposto do medo. Ou seja, tomado deste sentimento (confiança), o leitor seria orientado a um desejo de manutenção do estado administrativo, o que se realizaria através do voto no candidato da situação. A escolha de “garantir”, ao invés de “dizer”, por exemplo, revela o desejo de se afirmar uma posição de destaque: a de Secretário de Obras. Posição que conferiria ao depoimento a credibilidade necessária que levasse o leitor a acreditar nas argumentações apresentadas. A opção pelo verbo “garantir” se dá, então, por estar em consonância com a fonte de informação.

Viçosa apresenta, além dos problemas de infraestrutura, outras necessidades básicas. A informação de que estariam em andamento construções de escolas e postos de saúde, nos bairros mais pobres, visa também passar ao leitor a imagem de uma administração benevolente, a que se sensibiliza com as dificuldades do povo. A seleção lexical também aqui se constitui em uma forma de reforçar essa imagem. A utilização dos verbos “beneficiar” e “contemplar”, fragmentos 19 e 20, respectivamente, teriam o poder de despertar nos leitores os sentimentos de contentamento e de gratidão por terem atendidas suas necessidades.

Mas, segundo Aristóteles (2005, p. 117),

[...] a beneficência é o sentimento pelo qual um homem, que para isso tem meios, presta serviço aos que se encontram a braços com a necessidade, não com a esperança de algum proveito em retorno ou de alguma vantagem pessoal, mas unicamente para o bem do beneficiado. (grifo nosso)

Baseados no que nos diz o filósofo e observando mais especificamente o trecho assinalado podemos concluir, então, que se trata, neste caso, da utilização de uma estratégia que conta com desconhecimento da população de que a realização das obras por parte da prefeitura não passaria de simples aplicação dos recursos públicos, recursos estes provenientes de impostos pagos pelos próprios habitantes e, sendo assim, não se constituiria, de fato, uma atitude benevolente do candidato, e sim o simples cumprimento das atribuições do cargo.

Enfim, o Folha da Mata direciona toda sua argumentação visando à persuasão do público, provavelmente com fins eleitorais. Para isso, elenca, não só as obras em execução, mas todas aquelas que estão planejadas. Ou seja, a notícia, que a princípio teria a finalidade única de informar sobre uma determinada obra, serve para promover uma verdadeira campanha eleitoral.

Assim como o Tribuna Livre, o Folha da Mata adota suas estratégias tendo como recurso o apelo ao emocional. Mas, para tanto, recorre aos argumentos de ordem lógica, como o de autoridade, a seleção lexical, e os propriamente linguísticos como os operadores, que dotam seus enunciados de força argumentativa. Ao se divulgarem as obras em andamento e também as programadas, revela-se a intenção de despertar no público sentimentos, não só de confiança, mas também de esperança. Este último decorre do conhecimento que se tem das necessidades dos moradores, ou seja, conhece-se o que pode tocá-los emocionalmente. Tem-se como alvo específico, no que se refere à política, os moradores de bairros da periferia e da zona rural, onde estaria concentrada a população menos privilegiada.

Confrontando-se estas duas notícias percebem-se, assim como nas primeiras, posicionamentos opostos. Os jornais mantêm as mesmas posturas apresentadas na veiculação das mudanças no trânsito. O Tribuna Livre utiliza argumentos que desqualificam as ações da administração municipal, enquanto o Folha da Mata as avalia positivamente. O primeiro explora, principalmente, os efeitos emocionais negativos nos habitantes, em função da lentidão na execução da obra, além de levantar dúvidas sobre a eficácia da mesma. O segundo, ao contrário, procura destacar a rapidez, o que colocaria por terra a hipótese de transtornos à população, podendo resultar no desencadeamento de sentimentos agradáveis. No

quadro abaixo são exibidos os argumentos que permitem visualizar melhor essas divergências.

| JORNAIS | TRIBUNA LIVRE | FOLHA DA MATA |
|--|--|---|
| MANCHETES | Empreiteira conclui trecho da Bernardes Filho | Primeiro trecho da Bernardes Filho deverá ser concluído esta semana |
| INFORMAÇÕES/ COMENTÁRIOS PUBLICADOS NOS JORNAIS | <p>“A promessa foi feita, apesar de ainda restar muito trabalho a ser feito.”</p> <p>“O custo total seria de R\$ 222.752,56.”</p> <p>“Como o trecho ficará fechado, restariam as alternativas via bairro de Fátima e avenida J.K., através do bairro Santa Clara, para os que utilizam a rua Silva Pontes. No entanto o trecho conhecido como “Antena”, no Santa Clara, e a rua Bruno Martinho, no Bairro de Fátima, são quase intransitáveis. “</p> | <p>“Outra obra que está bem adiantada é a do calçamento no entorno da linha férrea.”</p> <p>“Tudo isso num custo total superior a R\$ 222 mil.”</p> <p>“Irani Silva informou também que algumas ruas dos bairros de Fátima, Santo Antônio e Nova Era serão beneficiadas [...].”</p> |
| SELEÇÃO LEXICAL | Promessa, temem, custe mais tempo, transtornos, amarra, tolerável, intransitáveis. | Adiantada, recebendo, beneficiadas, contemplada, garantiu. |
| EFEITOS EMOCIONAIS POSSÍVEIS | Insatisfação, descontentamento, indignação e desconfiança. | Contentamento, gratidão, esperança e confiança. |

Quadro 4: a obra na Bernardes Filho

Por se tratar do gênero notícia, aos jornais caberiam as tarefas de simplesmente informar, incluindo nesse ato o fornecimento de dados com vistas à ampliação da capacidade de interpretação. No entanto, a análise, até o momento, nos faz perceber que, não somente informam, mas avaliam-se os resultados. Não se trata de simples auxílio à interpretação. Os recursos argumentativos incluem, por exemplo, os modalizadores, que denunciam o interesse em defender pontos de vista prévios e, para isso, os dois jornais se valem de recursos da ordem do racional e do emocional. Estes últimos apontam para a visada do fazer-fazer, ou seja, a de levar o leitor à ação: o voto contra ou a favor do candidato à reeleição.

As notícias que acabamos de analisar são as que exploram o *domínio do pragmático*. Como previsto em nossa metodologia, para efeitos de análise, nosso *corpus* seria dividido em dois grupos. Inicia-se, aqui, portanto, a segunda parte da análise, a que tem como objeto as notícias em que predominam procedimentos ligados ao *domínio do ético*. As do primeiro grupo exploram, principalmente, pelas características dos temas abordados, aspectos relacionados à competência do candidato, à sua preparação profissional para lidar com

assuntos de ordem prática. Já as do segundo exploram características que dizem respeito aos princípios que regem a sua conduta.

3.2. AS NOTÍCIAS QUE EXPLORAM O DOMÍNIO DO ÉTICO

As notícias sobre as mudanças no trânsito e a obra na Bernardes Filho se influenciam por ser condição básica para a boa fluidez do trânsito também o bom estado das vias. Assim, entendemos ser fator relevante obedecer à ordem de noticiamento dos fatos, já que, como constatado, ao se divulgar a obra na Bernardes Filho, retomaram-se aspectos pertinentes às medidas do trânsito, já noticiadas.

Essa relação não foi verificada nas notícias que analisaremos a partir de agora, como nas temáticas anteriores. Elas se unem, no entanto, pelo vínculo do contexto eleitoral e pelo seu personagem principal: o candidato à reeleição, sobre cuja pessoa se insinuam qualidades ou defeitos. Assim, adotaremos como critério de apresentação a ordem de publicação das mesmas.

3.2.1. Notícias sobre a proposta de emenda ao projeto contra o nepotismo

Para melhor compreendermos a notícia, faremos uma breve contextualização, procurando evidenciar o posicionamento político dos atores envolvidos no fato. O acontecimento divulgado pela mídia envolve diretamente três personagens da política local: o vereador Ângelo Chequer, a vereadora Lúcia Duque Reis e o prefeito Raimundo Nonato Cardoso.

Para as eleições municipais de 2008, formando chapa com Raimundo Nonato Cardoso, apresentou-se como candidata a vice-prefeita a vereadora Lúcia Duque, autora da proposta de alteração no projeto contra o nepotismo, projeto este de autoria do vereador Ângelo Chequer.

Definido como favorecimento a familiares, o nepotismo era¹⁸ uma prática frequentemente utilizada por políticos, quando da ocupação de cargos públicos, e era, por isso, motivo de grande indignação na sociedade, pois se entende que o processo para

¹⁸ Existe atualmente uma lei contra o nepotismo.

contratação para esses cargos deve obedecer a um comportamento ético, que privilegie apenas a competência.

3.2.1.1. Notícia 5: publicada pelo jornal Tribuna Livre

No dia 11 de julho de 2008, o Tribuna Livre noticiou a existência da proposta de alteração desse projeto de lei contra o nepotismo. Segundo o jornal, essa proposta, identificada como Emenda Substitutiva nº 001 ao Projeto de Lei nº 012/2008, propunha a possibilidade de se contratar parentes para cargos de assessoramento no gabinete do prefeito, quando por aprovação em concurso público ou processo seletivo simplificado.

Sabe-se que qualquer projeto cujo propósito seja o de moralização na administração do setor público tem o aval da população, que se sente constantemente ultrajada por esses representantes públicos, cujas atitudes nepotistas ferem normas sobre as quais se assenta a sociedade. Assim, uma das teses que o Tribuna Livre procurou defender é a de que a atitude da vereadora, ao propor tal emenda, estaria contrariando essas normas e, portanto, os interesses da própria sociedade.

Um recurso que garantiria a essa tese maior credibilidade seria a citação, procedimento adotado pelo Tribuna Livre:

(22) Segundo a opinião de alguns vereadores, a emenda apresentada pela Vereadora Lúcia Duque Reis ao Projeto de Lei contra o nepotismo “abre brechas” para contratação de parentes. (grifo nosso)

A partir da avaliação de um dos vereadores constrói-se a seguinte manchete: Vereadora “abre brecha” em projeto contra nepotismo (grifo nosso). A inclusão da expressão “abre brecha”, marcada pelo uso das aspas, significa uma incorporação e, conseqüentemente, aceitação do ponto de vista crítico adotado por este vereador e visa interesses da instância midiática: a sedução do público, com vistas à venda do jornal e, como nas demais notícias analisadas até o momento, uma possível intenção política: a de levar o leitor-eleitor a desconfiar da integridade da candidata.



Imagem 5 - notícia 5

A seleção das informações a serem veiculadas também faz parte das estratégias do jornal, que publica dados sobre o projeto visando algo mais que atender à finalidade comunicativa do texto:

(23) A proibição da contratação de parentes até o terceiro grau não se aplica quando se tratar de nomeação ou contratação decorrente de aprovação em concurso público ou processo seletivo simplificado; e para nomeação destinada ao preenchimento de um cargo de assessoramento lotado no Gabinete do Chefe do Poder Executivo.

A informação em destaque exemplifica o que acabamos de afirmar. Elas exibem dados contidos na emenda que dão ênfase apenas aos casos em que a restrição à contratação de parentes não se aplica. Ao leitor não é proporcionada a condição de tirar suas próprias conclusões, uma vez que somente o conhecimento da íntegra da emenda ou informações mais detalhadas o permitiria.

A notícia exhibe, também, detalhes, aparentemente irrelevantes, mas que podem levar o leitor a determinadas conclusões, como no fragmento abaixo:

(24) Quando iria entrar em segunda votação, no dia 1º último, a vereadora Lúcia Duque o retirou de pauta para fazer uma emenda.

Esta informação pode sinalizar ação deliberada do jornalista, apontando a vereadora como única responsável por impedir que se realizasse a votação de um projeto de interesse da população.

Ao cargo de vereador atribui-se como uma das tarefas apresentar projetos. Alguns deles, pelas temáticas que abordam, despertam maior interesse da sociedade e, conseqüentemente, da mídia, que vê assim a oportunidade de se apresentar como defensora da comunidade, cumprindo sua função social, ao mesmo tempo em que desperta o interesse do público, com interesses comerciais.

Verifica-se que os jornais analisados fogem do compromisso com a imparcialidade defendida pela mídia e não se restringem ao fornecimento de dados pertinentes à emenda ou àqueles que poderiam facilitar a compreensão do leitor. É o que constatamos em:

(25) A vereadora que apresentou a emenda é candidata a vice-prefeita nas eleições municipais de outubro próximo, na chapa encabeçada pelo atual prefeito Raimundo Nonato Cardoso.

Não nos parece que a informação de que a autora do projeto é candidata a vice-prefeita seja gratuita. A atitude da instância de produção midiática aponta, então, para o segundo lado da questão informação/opinião. O jornal pode estar sugerindo que a vereadora, ao propor tal alteração no projeto, visaria beneficiar-se, caso viesse a se concretizar a vitória nas eleições. Acatar tal possibilidade significaria, por consequência, colocar em dúvida a honestidade do candidato a prefeito, que estaria sendo conivente com a proposta da emenda. Assim, à tese que se defende, já dita acima, acrescenta-se a de legislar em causa própria.

Segundo Charaudeau (2010, p. 30),

[...] as crenças são constituídas por um saber polarizado em torno de valores socialmente partilhados; o sujeito mobiliza uma, ou várias, das redes inferenciais propostas pelo universo de crenças disponíveis na situação onde ele se encontra, o que é suscetível de desencadear nele um estado emocional; o desencadeamento do estado emocional (ou sua ausência) o coloca em contato com uma sanção social que culminará em julgamentos diversos de ordem psicológica ou moral.¹⁹

O tema abordado enquadra-se perfeitamente nas considerações de Charaudeau. Trata-se de um universo de patemização, em que se exploram crenças partilhadas pela sociedade que constroem uma imagem negativa do político brasileiro. Imagem esta frequentemente alimentada por escândalos envolvendo políticos brasileiros noticiados pela mídia. O nepotismo seria uma dessas práticas que colaboram para a construção de tal imagem. Busca-

¹⁹ Tradução de Renato de Mello. O texto original é: “[...] les croyances sont constituées par un savoir polarisé autour de valeurs socialement partagées; le sujet mobilise un, ou plusieurs, des réseaux inférentiels proposés par les univers de croyance disponibles dans la situation où ils se trouve, ce qui est susceptible de déclencher chez lui un état émotionnel; le déclenchement de l’état émotionnel (ou son absence) le met en prise avec une sanction sociale qui aboutira à des jugements divers d’ordre psychologique ou moral.”.

se despertar estados emocionais no leitor quando se evoca a crença de que esses políticos sempre contrariam os interesses da população, articulando em benefício próprio.

Assim, na notícia em questão, explora-se o domínio do *Ético*, por ser o nepotismo considerado uma atitude que contraria regras sociais constituídas sobre os valores já citados, que formam uma espécie de código de ética. São utilizados argumentos com a finalidade de conduzir o leitor a uma interpretação que desencadeie o sentimento de indignação e provoquem uma possível reação de antipatia por aquele que estaria propondo a alteração do projeto e simpatia pelo seu autor, o vereador Ângelo Chequer, efeitos de patemização que se busca fortalecer pela publicação das imagens dos protagonistas. A experimentação destes sentimentos pode desencadear no leitor uma nova atitude: a recusa em votar na candidata a vice-prefeita, o que poderia ser traduzido também por uma recusa pelo candidato a prefeito.

A manchete já sinaliza este propósito quando se emprega a expressão “abre brecha”, que teria como agente a vereadora, ou seja, estas brechas não existiriam no projeto, elas teriam sido, de alguma forma, criadas intencionalmente pela vereadora. O termo carrega uma carga semântica negativa, pois estaria, em certo sentido, relacionado ao famoso “jeitinho brasileiro”, expressão que coloca em evidência uma atitude condenada pela sociedade, cuja prática tem como objetivo sempre beneficiar-se das situações que se apresentam.

Fiel à sua linha editorial, o Tribuna Livre propõe uma construção textual que nos permite concluir pela intenção de se fazer prevalecer, aparentemente, a imagem da imprensa que cumpre seu papel social informando sobre as atitudes dos políticos e suas possíveis manobras para se beneficiarem de suas posições. A notícia explora estratégias que podem evocar emoções no leitor. O uso de expressões do tipo “abre brecha”, da seleção de informações sobre a emenda e a de que a autora seria candidata a vice-prefeita, remetem a um universo de patemização: as atitudes antiéticas dos políticos brasileiros condenadas pela sociedade.

Constatamos nas construções textuais anteriores do Tribuna Livre as mesmas tendências políticas de oposição ao prefeito (candidato à reeleição). De forma velada, busca-se agora não mais convencer o leitor da incapacidade administrativa, mas de levá-lo a duvidar da honestidade da candidata, ao sugerir uma associação entre a tentativa de alteração no projeto contra o nepotismo e a possibilidade de se usufruir dessa mesma alteração.

3.2.1.2. Notícia 6: publicada pelo jornal Folha da Mata

Na mesma data, 11 de julho de 2008, o Folha da Mata também publica a proposta da vereadora. Resumidamente, informa sobre o teor do projeto do vereador Ângelo Chequer. Informa, ainda, tratar-se de uma segunda proposta de mudança, pela mesma vereadora, informação esta não publicada pelo Tribuna Livre. O Folha da Mata, diferentemente do primeiro, não revela datas da proposta de alteração ou de votação do projeto, nem números que identifiquem a emenda ou o projeto.

Nos textos analisados até o momento, tivemos como principal recurso argumentativo a *citação*. Por meio desse recurso, apresentaram-se declarações visando atender aos possíveis interesses dos jornais em defender pontos de vista políticos. Além deste, outras marcas nos conduziram a deduzir por uma tentativa de influência das instâncias midiáticas: os operadores argumentativos, os modalizadores e as informações exibidas ou omitidas.

Acreditamos ser esta notícia a que se apresenta como a mais próxima do que a mídia reivindica como tipicamente objetiva, por não apresentar, como nas anteriores, marcas explícitas de subjetividade. A nossa utilização do vocábulo “próxima” se justifica por estarmos convictos da inexistência de isenção absoluta, quaisquer que sejam os gêneros discursivos tratados. No caso dos gêneros jornalísticos e, ainda mais, no dos gêneros políticos, fica impossível acreditar na existência de tal isenção, já que, segundo Neves (2006, p. 152),

Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos de verdade do expresso.

Uma análise mais cuidadosa da notícia, portanto, pode revelar o desejo de persuadir o leitor. Iniciemos pela análise da manchete:

**Projeto contra nepotismo
pode admitir contratação no
gabinete do Prefeito**

Destaca-se, no enunciado, o modalizador “pode”, que já poderia sinalizar uma opinião do jornalista. No entanto, a modalização é definida como uma marca gramatical que expressa

uma atitude do enunciador com o seu próprio enunciado. Não se trata a marca em questão de uma avaliação do jornalista e sim da referência que se faz à incerteza inerente a processos dessa natureza, cuja aprovação depende de votação.

Mas da manchete podem-se extrair dados mais significativos que sinalizam a influência do jornal. Não se percebe nenhuma referência à proposta da vereadora como agente da proposta de mudança no projeto. Dessa forma, o jornal deixa a entender que a admissão de contratação seria parte do próprio projeto, o que eximiria a vereadora de qualquer responsabilidade.

Esta mesma estratégia constatamos nas informações fornecidas no início da notícia:

(26) A vereadora Lúcia Duque Reis (PT) apresentou emenda substitutiva ao projeto de lei 012/2008 que proíbe a contratação de parentes para cargos em comissão na administração pública direta e indireta.

A informação principal da notícia é veiculada, como determinam os manuais de jornalismo, em seu primeiro parágrafo, aparentemente de forma objetiva. Aqui, no entanto, este aparente distanciamento pode ser interpretado como um artifício do jornal que busca levar o leitor a crer na sua imparcialidade.

São significativas, para o resultado final pretendido pelo redator, também a estratégia de seleção e a ordem das informações a serem veiculadas. O Tribuna Livre, como vimos na análise anterior, por exemplo, dá destaque a informações sobre a emenda, cujo objetivo seja o de enfatizar a má intenção da vereadora. Comportando-se de maneira diversa, o Folha da Mata fornece alguns detalhes sobre a emenda, como se vê em:

(27) Porém, a emenda veda aos secretários municipais, procurador-geral e demais ocupantes de cargos e empregos em comissão, nos poderes Executivo e Legislativo, manterem sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente sanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, ou por adoção. (grifo nosso)

O operador assinalado pertence ao tipo que contrapõe argumentos orientados para conclusão contrária. No fragmento acima, ele deixa implícita a crença de que a primeira parte da proposta (fragmento 23, p. 76) poderia provocar uma repercussão negativa. Repercussão que se procura amenizar com a compensação proporcionada pelos dados acima. Ou seja, procura-se, com a veiculação desses dados, fazer com que o leitor interprete a proposição de mudança como algo benéfico ao projeto.

Quanto à ordem de apresentação, observa-se que, no primeiro parágrafo, priorizam-se informações sobre o projeto e, a seguir, sobre a emenda. Trata-se de uma estratégia que tem como objetivo silenciar argumentos prejudiciais à candidata e que poderiam se tornar

preponderantes. Sendo assim, apresentam-se, como últimas informações (fragmento 27), dados da emenda que reforçariam no leitor a impressão de contribuição ao aperfeiçoamento do projeto.

A notícia sobre o nepotismo, veiculada pelo Folha da Mata, caracterizou-se por não conter marcas que sinalizassem, explicitamente, a opinião do jornalista. Da mesma forma, não ficaram evidentes as que se destinam à persuasão, as da ordem do *pathos*. Mas podemos levantar a possibilidade de exploração do efeito patêmico considerando que o tema tratado é potencialmente desencadeador de tais efeitos.

Por se tratar de algo que, reconhecidamente, contraria regras sociais estabelecidas, sendo, portanto, motivo de indignação, restaria à instância de produção midiática, em nome do distanciamento, elaborar seu texto evitando marcas que pudessem denunciar tal atitude. Porém, pelos próprios procedimentos adotados (seleção e ordem das informações), constata-se não apenas a tentativa de distanciamento do fato, mas da possibilidade de se reverter, em benefício da candidata, o que lhe poderia ser prejudicial.

A não-apresentação das pretensões políticas (candidata a vice-prefeita) da autora da emenda é um fato significativo, na medida em que se evita associar a proposta de alteração a futuros benefícios à mesma. Da mesma forma, ao incluir no texto informação sobre a emenda (fragmento 26), o jornal sinaliza uma possível intenção não somente de abrandar os prováveis efeitos negativos decorrentes da atitude da vereadora, mas de apresentá-la como imbuída do mesmo propósito do autor do projeto: o de fazer prevalecer a moralidade no serviço público. Dessa forma passa-se ao leitor uma imagem positiva da candidata. Consideramos, portanto, que, comportando-se assim, o jornal Folha da Mata caminha no sentido oposto ao do outro jornal que, como vimos, tenta fazer aflorar no público a indignação.

Pode-se dizer que, a argumentação, da forma como foi construída, permitiria, no mínimo, tentar explorar o que pode ser considerado o seu oposto: a aceitação, o sentimento de resignação: o leitor seria levado a conformar-se diante de tal atitude. No entanto, vislumbra-se a possibilidade de, ainda, interpretar-se tal proposta como partindo de uma pessoa que estaria também comprometida com a ética no serviço público. Tal engajamento evoca, entre outros, valores como honestidade, justiça e bondade. Valores estes que podem suscitar no leitor cidadão sentimentos agradáveis como a imagem de benevolência da candidata, por ser portadora de tais virtudes.

A notícia, além de seu propósito primeiro: o de informar, visa, também, o de não impactar o público e, se possível, enaltecer a candidata. Assim, opta-se por uma construção textual na qual não se identifica o uso de citações ou outras marcas que possam denunciar

uma avaliação do sujeito, não há utilização de primeira pessoa ou modalizadores. Mas o posicionamento do sujeito pode ser evidenciado pelo simples fato de não haver marcas explícitas de subjetividade. Pode-se produzir, com a ausência delas, uma ilusão de objetividade. Porém, como foi possível observar, produzem-se significados não só pelo que se informa, mas também pelo que se omite, assim como a disposição das informações.

Comparando-se as estratégias argumentativas adotadas pelos dois jornais, verificamos que elas apontam, assim como nas notícias anteriores, para posicionamentos políticos divergentes. O Tribuna Livre, de forma contundente, expressa sua crítica. Crítica que se faz perceber pelas marcas que conduzem mais claramente ao universo patêmico, principalmente pela expressão “abre brecha”, na manchete. Constrói-se a manchete atribuindo à vereadora a função de agente, antecipando a tese de que a mesma, com esta proposta, estaria revelando seu lado antiético.

Sobre o tema “A proposta de mudança no projeto contra o nepotismo”, foi possível perceber, então, tentativas de se explorar efeitos patêmicos opostos. De um lado, o sentimento de indignação, que conduz à antipatia e, este, à aversão. De outro, a resignação, como possibilidade mínima, a benevolência, que conduz à simpatia e à atração.

O quadro abaixo sintetiza essas posições:

| JORNAIS | TRIBUNA LIVRE | FOLHA DA MATA |
|-------------------------------------|---|---|
| MANCHETES | Vereadora “abre brecha” em projeto contra nepotismo (Agente: vereadora) | Projeto contra nepotismo pode admitir contratação do Prefeito (Agente: projeto) |
| INFORMAÇÕES/COMENTÁRIOS | <p>“Segundo a opinião de alguns vereadores, a emenda apresentada pela Vereadora Lúcia Duque Reis ao Projeto de Lei contra o nepotismo “abre brechas” para contratação de parentes.”</p> <p>“A proibição da contratação de parentes até o terceiro grau não se aplica quando se tratar de nomeação ou contratação decorrente de aprovação em concurso público ou processo seletivo simplificado; e para nomeação destinada ao preenchimento de um cargo de assessoramento lotado no Gabinete do Chefe do Poder Executivo.”</p> <p>“A vereadora que apresentou a emenda é candidata a vice-prefeita nas eleições municipais de outubro próximo, na chapa encabeçada pelo atual prefeito Raimundo Nonato Cardoso.”</p> | <p>“A vereadora Lúcia Duque Reis (PT) apresentou emenda substitutiva ao projeto de lei 012/2008 que proíbe a contratação de parentes para cargos em comissão na administração pública direta e indireta.”</p> <p>“Porém, a emenda veda aos secretários municipais, procurador-geral e demais ocupantes de cargos e empregos em comissão, nos poderes Executivo e Legislativo, manterem sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente sanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, ou por adoção.”</p> <p>Informação não prestada por este jornal.</p> |
| EFEITOS EMOCIONAIS POSSÍVEIS | Indignação, antipatia e aversão. | Resignação, benevolência, simpatia e atração. |

Quadro 5: a proposta de emenda ao projeto contra o nepotismo na PMV

Serão objetos de nossa próxima análise as notícias cujo tema ganhou repercussão nacional por se tratar de um fato envolvendo desvio de verbas dos municípios: a rescisão de contrato com o Grupo Sim. Tamanha repercussão explica-se por tocar novamente numa questão social de graves consequências: o desvio desses recursos que dificultam ainda mais o saneamento de problemas que afligem a população, como assistência à saúde e à educação.

3.2.2. Notícias sobre a rescisão de contrato da PMV com o Grupo Sim

Em 2008, sob o nome Operação Pasárgada, a Polícia Federal investigou e levou à prisão várias autoridades federais, estaduais e municipais pela descoberta de irregularidades na aplicação dos recursos públicos. Uma dessas irregularidades seria o desvio de verbas repassadas pelo Governo Federal aos municípios. Esse repasse, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previsto pelo Art. 159 da Constituição Federal de 1988, é proporcional ao número de habitantes e tem como objetivo reduzir desigualdades sociais, devendo ser destinado à educação (25%), à saúde (15%), sendo o restante utilizado conforme os critérios administrativos municipais.

Sob o pretexto de quitação de parcelas de dívidas junto ao INSS, parte dessa verba estaria sendo desviada para participantes de um esquema que envolvia representantes da justiça e administradores de órgãos públicos. Por possuir contratos de prestação de serviço a preços exorbitantes com algumas das prefeituras envolvidas no caso, levantou-se suspeita sobre o envolvimento do Grupo Sim em tal esquema. Esse fato, que foi divulgado por jornais e revistas de grande circulação, foi também notícia dos semanários viçosenses. O interesse pela sua divulgação se deve, em particular, ao fato de o Grupo Sim ser, à época, empresa prestadora de serviços jurídicos e contábeis à prefeitura de Viçosa e de cidades vizinhas.

3.2.2.1. Notícia 7: publicada pelo jornal Tribuna Livre

No dia 25 de julho de 2008, o Tribuna Livre publicou notícia na qual informa a iniciativa do Ministério Público (MP) em solicitar das promotorias a análise dos contratos com o Grupo Sim. Explica que o motivo alegado pelo MP dizia respeito à suspeita de envolvimento dessa empresa nas irregularidades no serviço público municipal. Informa,

ainda, quais órgãos públicos de Viçosa tinham contrato com o Grupo Sim e seus respectivos valores.

Tem sido característico do Tribuna Livre apresentar, já em suas manchetes, pistas que sinalizam um certo posicionamento crítico, tendo como principal recurso a seleção lexical. Não se observa, no entanto, esta mesma postura na divulgação deste fato.



O título da notícia parece retratar fielmente as declarações do MP, o que poderia levar à conclusão, pela utilização do verbo “recomendar”, de que se estaria tentando manter um certo distanciamento do fato. Na verdade, porém, “recomendar” é o único procedimento que cabe ao MP. Uma leitura mais atenta da notícia, no entanto, pode evidenciar estratégias argumentativas que nos possibilitam afirmar não haver imparcialidade do jornal.

A literatura sobre o fazer jornalístico nos mostra que, geralmente, as informações que compõem uma notícia são dispostas em termos de relevância²⁰. Sendo assim, no primeiro parágrafo, viriam as informações mais importantes e, em menor grau, as dos parágrafos seguintes. Assim, o Tribuna Livre destaca como mais relevante a recomendação do MP: o provável rompimento do contrato com a empresa pela PMV. Esta informação conteria os ingredientes necessários para despertar o interesse do leitor e o levaria a persistir na leitura em busca de justificativas para a atitude do MP.

Mas, além dos interesses puramente jornalísticos, ao compor a notícia, os parágrafos seguintes prestam-se não somente a informar os motivos do MP. Deixa-se, neles, perceber a opinião do jornalista. O segundo parágrafo, pelo uso da citação, já demonstra esta interferência:

(28) Segundo o Ministério Público, a empresa não é a única do ramo. Mas o motivo maior alegado pelo MP é que, para uma empresa prestar este tipo de serviço, ela deve ser idônea, correta e honesta, porém, os sócios do

²⁰ LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2003.

Grupo Sim foram indiciados recentemente pela Polícia Federal por formação de quadrilha, evasão de divisa e outros crimes. (grifos nossos)

Não consta na notícia nenhuma informação sobre se o valor pago ao Grupo Sim seria superior aos cobrados por outras empresas do mesmo ramo. Mas é o que se sugere, ao reproduzir o que seria informado pelo MP: “a empresa não é a única do ramo”. Ou seja, existiriam outras empresas no mercado que ofereceriam o mesmo serviço e, em função da concorrência, haveria ofertas de menores preços. Isto se confirma na expressão “Mas o motivo maior”, em que o marcador de pressuposição “maior” indica a existência de outro motivo, menos significativo, para que os contratos fossem analisados. Introduzido pelo operador “porém” o motivo maior seria o envolvimento da empresa contratada nas irregularidades constatadas pela Polícia Federal. Motivo que colocaria o Grupo Sim como inapto à prestação de serviço público.

Defende-se, portanto, a tese de que a administração municipal, não estando atenta aos altos custos de tais serviços, não estaria cumprindo com uma das condições inerentes à função do administrador público: a responsabilidade na utilização dos recursos financeiros. Por negligência, estariam se onerando os cofres públicos.

O jornal faz questão de informar sobre a existência de outros órgãos públicos, cujos serviços seriam realizados pelo Grupo Sim, e os respectivos valores pagos, mensalmente, a tal empresa. Faz questão também de frisar o não fornecimento dos valores pagos pela PMV à mesma empresa, o que se demonstra pela fala de uma funcionária da Secretaria de Finanças, seguida do comentário do jornalista:

(29) A secretária Eloisa Helena Duarte mandou dizer que tem que verificar os contratos, mas no momento está em reunião, ligue mais tarde.

(30) Até o fechamento da edição, a Secretaria de Finanças não divulgou os valores.

É condição básica para o preenchimento de cargos na administração pública o compromisso com a transparência. Ao se negar a prestar as informações solicitadas pelo jornal, a Secretaria de Finanças abre a possibilidade de que essa atitude seja interpretada como tentativa de acobertar o envolvimento da administração municipal no esquema. Assim, ao trazer para o texto a fala da funcionária da Secretaria de Finanças, o jornal explora essa possibilidade. O comentário do jornalista (fragmento 30) seria um reforço a essa insinuação. Tem-se, dessa forma, implícita, a tese não só de negligência na condução dos bens públicos,

mas também de possível envolvimento dos administradores municipais no esquema denunciado.

Observam-se, também neste tema, as condições propícias para que se obtenha o efeito patêmico. Por tratar-se de um fato que envolve integrantes da administração pública, que devem ter por princípio um comportamento pautado nos valores de honestidade, a simples possibilidade de o prefeito estar envolvido em esquemas de desvio de verbas já se constitui em universo suscetível de patemização. A notícia em questão veicula um fato que exemplifica o comportamento frequente entre os administradores públicos brasileiros: o uso de cargos públicos em benefício próprio.

Na notícia do Tribuna Livre, não se observa a presença de léxico referente à emoção ou de marcas que poderiam evocá-la, porém, como dissemos, por tratar-se de um tema suscetível de patemização, o enunciador, apoiando-se em valores partilhados pela sociedade, constrói a argumentação de forma insinuativa. Exploram-se valores como responsabilidade e honestidade, principalmente, como atributos essenciais ao gestor público.

Da forma como foi relatada, a notícia pode gerar o sentimento de indignação no leitor, que, como cidadão, vê ferido seu direito de livre acesso a informações sobre o que ocorre no âmbito da administração pública. O leitor imagina, com razão, que haja realmente algo a ocultar, já que os representantes públicos devem, por princípio, agir com transparência, de maneira que não parem suspeitas sobre suas ações. A insinuação de um possível envolvimento da administração municipal em esquemas de desvio de verbas é suficiente para que o leitor desconfie da honestidade do prefeito e se indigne. Este sentimento pode desencadear ainda a antipatia e a aversão ao candidato à reeleição.

Constatou-se, aqui, a ocorrência dos mesmos artifícios utilizados para o tratamento do tema anterior: o nepotismo. As informações, aparentemente objetivas, constituem, na verdade, argumentos que guardam opiniões do jornalista e contam com a contribuição do leitor para que a interpretação ocorra da forma esperada. Apoiando-se em valores cultivados pela sociedade e em saberes de crença que estabelecem a honestidade como qualidade que o político deve ter, dado à própria natureza temática, utilizaram-se, prioritariamente, de argumentos da ordem do emocional. Também neste texto, pôde-se perceber, de forma implícita, o posicionamento crítico, agora diretamente no que se refere à conduta do prefeito e seus assessores.

3.2.2.2. Notícia 8: publicada pelo jornal Folha da Mata

Na mesma data, o Folha da Mata divulga, com mais detalhes, o acontecimento. Cita os órgãos públicos de Viçosa que mantêm contrato com o Grupo Sim. Divulga nomes de prefeitos de outras cidades mineiras que foram levados à prisão por envolvimento no esquema, assim como os dos sócios da empresa prestadora de serviço. Descreve os tipos de crime pelos quais estariam sendo acusados, o número de contratos firmados pela empresa com os municípios, etc.

Implicitamente, a tese defendida é a do não envolvimento da administração municipal nas irregularidades denunciadas. Ela se revela pelo fornecimento de detalhes envolvidos no fato e pela organização textual, que reserva ao pronunciamento do prefeito o último espaço da notícia.

Construída, na sua maior parte, a partir de informações prestadas pelo Ministério Público Estadual, a notícia não apresenta, de forma explícita, marcas que denunciem a opinião do jornalista. Prevalece, na sua construção, o modo de organização descritivo ao se fornecerem informações que permitam ao leitor a compreensão daquilo que desencadeou as orientações do MP. O uso da terceira pessoa, como se sabe, constitui recurso de apagamento do sujeito. É com a utilização deste recurso, associada ao de *citação* e, ainda, à inexistência de modalizadores que se produz, no seu conjunto, a impressão de objetividade jornalística. A única exceção é “deverão”, na manchete, cujo uso será analisado a seguir.

PMV e autarquias deverão rescindir contrato com grupo SIM⁺

Em seu estudo sobre os modalizadores, Neves (2006, p. 159) fala sobre as diferentes noções de modalidade. Entre elas se encontra a que expressa possibilidade e necessidade (alética/epistêmica/deôntica). Pode se tratar o verbo “dever” como uma possibilidade alética, epistêmica ou deôntica. A primeira estaria relacionada exclusivamente com a verdade necessária ou contingente das ações. A segunda, à necessidade e possibilidade epistêmicas, que se expressam por proposições contingentes. A última, a obrigações e permissões.

Parece adequar-se à presente situação a modalidade deôntica. A palavra “deontologia” é definida pelo dicionário Aurélio como a ciência dos deveres; moral. Significação relacionada, portanto, às questões de ordem ética. A elaboração da manchete encerra uma

ambiguidade: o modalizador “deverão” pode ser portador de uma possibilidade ou de uma obrigação. Essa ambiguidade só é desfeita após a leitura da notícia. Como se verifica na notícia, o Ministério Público não obriga e sim orienta as prefeituras no sentido de rompimento do contrato, fator que nos levaria à interpretação que indica possibilidade. No entanto, o uso do verbo “dever” pode indicar, também, certo grau de certeza. A confirmar-se essa hipótese constata-se a imparcialidade do jornal, que induz o leitor a acreditar na isenção da administração municipal.

Repete-se, neste texto, um procedimento utilizado, nas situações anteriores, pelos dois jornais, com fins argumentativos: a de apresentação ou omissão de informações. É o que se observa com o fragmento abaixo:

(31) Em 20 de junho, decisão da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) estabeleceu como legais os contratos fechados pelo Grupo Sim e as prefeituras, todos realizados com dispensa de licitação por “notório saber”.

A exibição desta informação justifica-se por haver questionamentos sobre a legitimidade do vínculo da PMV com o Grupo Sim, em função da existência da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que obriga órgãos públicos a abrirem processos de licitação para contratação de serviços. Ao estabelecer como legais os contratos entre as partes, o Tribunal de Justiça baseou-se no artigo 25 dessa mesma lei, que prevê a inexigibilidade de licitação quando existe a necessidade de se contratar determinados serviços cujas características não se encontram partilhadas por outras empresas do ramo. Assim, disponibilizando tal informação, o enunciador possibilita a seu destinatário concluir que o envolvimento da PMV com o Grupo Sim se deu com a aquiescência do poder público, o que a livra de qualquer suspeita de interesses particulares.

A possibilidade de influência do Folha da Mata se intensifica ao divulgar como última informação a afirmação do prefeito Raimundo Nonato Cardoso:

(32) Quando assumi a prefeitura, já existia o contrato com o Grupo Sim e não havia nenhuma acusação contra a empresa. Agora considero muito válido rescindir o contrato.

Ao dar voz ao prefeito, como última informação da notícia, cremos haver o propósito de se fazer predominar a opinião daquele que seria diretamente afetado pelo fato. A afirmação de que já existiria o contrato com o Grupo Sim, quando da sua posse, afastaria as suspeitas que poderiam surgir sobre um suposto envolvimento nas irregularidades. Não existe, no entanto, nesse mesmo pronunciamento, a afirmação de que o contrato seria cancelado.

Trata-se de uma possibilidade expressa pelo prefeito: “Agora considero muito válido rescindir o contrato”. O que não condiz com a fala do jornalista:

(33) Em declarações ao Folha da Mata, na manhã de quinta-feira, 24, o prefeito Raimundo Nonato Cardoso afirmou que irá rescindir o contrato com o Grupo Sim e realizar licitação para esse tipo de serviço (grifo nosso).

Podemos, uma vez mais, interpretar como tendenciosa a atitude do sujeito jornalista que atribui, com o verbo “afirmar”, um caráter inexistente à fala do prefeito, dando como certo o rompimento com o Grupo Sim.

A tal atitude acrescentam-se procedimentos utilizados na elaboração da notícia que sinalizam, também, defesas de pontos de vista do locutor. O discurso jornalístico, por características que lhes são próprias, busca convencer o leitor, principalmente pelos testemunhos. Eles fornecem à notícia a autenticidade e, conseqüentemente, a credibilidade almejada pelo jornal, o que explica a recorrência, nas notícias até o momento analisadas, de exploração desses recursos argumentativos.

Escândalos financeiros que envolvem políticos têm sido fatos corriqueiros no Brasil. Frequentemente o leitor depara-se com notícias que tratam desses assuntos. Por serem potenciais desencadeadores de emoção, esses temas constituem terreno fértil para a mídia que, como sabemos, encontra-se em permanente disputa com outras empresas do ramo pela captação do público. O contrato de comunicação, como dissemos, exige que se atenda a algumas condições para que haja intercompreensão entre os parceiros. A uma delas nos referimos de modo especial: a condição de finalidade, que se define em termos de visadas: o fazer-saber, o fazer-sentir, o fazer-criar e o fazer-fazer.

Na articulação das duas primeiras visadas, principalmente, se constrói a notícia. Por dever de democracia, informa-se (visada do fazer-saber), presta-se um serviço em benefício da cidadania. Ao mesmo tempo, por necessidade de sobrevivência da empresa midiática, recorre-se à sedução (visada do fazer-sentir). Em nosso *corpus*, temos constatado não somente a busca de conciliação desses dois aspectos, mas ainda de um terceiro componente: a defesa de pontos de vista políticos. Assim, a busca do fazer-sentir se faz notar, às vezes claramente no material linguístico selecionado, às vezes sutilmente, pelas insinuações.

Na notícia do Folha da Mata predomina essa segunda estratégia. Não se verificam, por exemplo, marcas explícitas do patêmico, o que torna mais complexa a análise investigativa de possíveis emergências de emoção no destinatário. Em textos anteriores nos deparamos com semelhante situação, mas ficou patente que se pode tentar tocar afetivamente o público desde que se atenda às três condições básicas citadas por Charaudeau (2000).

Atendendo a essas mesmas condições, a notícia do Folha da Mata apresenta-se também como possível desencadeadora de efeitos patêmicos. A manchete *PMV e autarquias deverão rescindir contrato com Grupo Sim*, da forma como foi construída, tem como agentes a PMV e autarquias. Assim, tudo se passa como se seus administradores, indignados com tal situação, tomassem a iniciativa de rescindir o contrato com o Grupo Sim. Ação esperada pelo público que, naturalmente, deseja um comportamento ético das autoridades públicas. Tal comportamento pode despertar no leitor o sentimento de satisfação por, de certa forma, se fazer justiça. Ou seja, são afastadas dos órgãos públicos empresas prejudiciais à sociedade. Age-se, assim, não só como alguém que simplesmente ocupa um cargo de direção, mas que se compromete realmente a defender os interesses sociais, se dedicando à moralização. Preserva-se a imagem do homem público honesto, alguém que não compactua com atos imorais.

Dissemos que a confiança é o sentimento que conduz à vitória nas urnas eleitorais. Sentimento que se constrói a partir de qualidades como competência, generosidade e, em se tratando de políticos brasileiros, vale a pena ressaltar, especialmente a honestidade. Ouvem-se, com frequência, declarações do tipo: X não sabe administrar, mas é honesto. Tais declarações têm implícitas imagens negativas sobre os políticos que fazem parte dos saberes de crença do povo brasileiro. Também implícita está a prioridade que se dá à honestidade, caso se tenha que optar por uma dessas qualidades.

Tal como ocorre com o tema nepotismo, as contratações fraudulentas e desvio de dinheiro público são também situações tipicamente desencadeadoras de indignação, que se devidamente exploradas, poderiam denegrir a imagem do prefeito. No entanto, na notícia em questão, há uma tentativa no sentido de se preservar a boa imagem do candidato à reeleição (a de honesto), reúnem-se informações que o inocentem de possíveis acusações de envolvimento no escândalo, assim como a declaração do próprio prefeito defendendo sua inocência.

Lembramos que Charaudeau (2010), ao tratar das emoções, propõe quatro tópicos, entre elas a oposição atração/repulsa. A atração relaciona-se a figuras como admiração, o fervor, o maravilhamento, etc. A repulsa, relaciona-se a figuras como o desprezo, o desgosto, a aversão, etc. Adaptando-se as proposições do linguista à situação tratada pelo jornal, podemos dizer que a notícia do Folha da Mata dá sinais de, intencionalmente, tentar levar o leitor a admirar-se ante a demonstração de integridade revelada na iniciativa do prefeito. Admiração que leva naturalmente à simpatia e à atração.

Observamos, nos dois jornais, procedimentos que nos permitem interpretá-los como direcionados ao objetivo de suscitar emoções no destinatário. Esses procedimentos se diferenciam, no entanto, pelas finalidades de cada semanário. Como vimos, o Tribuna Livre

propõe uma construção textual que não poderia desencadear senão emoções desagradáveis. Ela teria como propósito levantar dúvidas quanto ao comportamento ético do prefeito. Concretizando-se tal objetivo, poderíamos ter como reflexo a recusa pelo candidato. De maneira oposta, o Folha da Mata se propõe a defender pontos de vista com fins de despertar no leitor bons sentimentos. Apela-se, assim, para artifícios que evidenciam atos enobrecedores do administrador municipal, os quais potencializam, obviamente, a emergência de emoções que levariam a instância cidadã a agir em prol do candidato.

| JORNAIS | TRIBUNA LIVRE | FOLHA DA MATA |
|--|--|---|
| MANCHETES | MP estadual recomenda cancelamento com o Grupo Sim (agente: MP) | PMV e autarquias deverão rescindir contrato com Grupo Sim (agente: PMV) |
| INFORMAÇÕES/ COMENTÁRIOS PUBLICADOS NOS JORNAIS | <p>Informa nome dos órgãos que mantinham contrato com a empresa e seus respectivos valores.</p> <p>Informação não prestada por este jornal.</p> <p>“Até o fechamento da edição, a Secretaria de Finanças não divulgou os valores.”</p> | <p>Informa nome dos órgãos, mas não os valores.</p> <p>“Em 20 de junho, decisão da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) estabeleceu como legais os contratos fechados pelo Grupo Sim e as prefeituras, todos realizados com dispensa de licitação por “notório saber”.”</p> <p>“Em declarações ao Folha da Mata, na manhã de quinta-feira, 24, o prefeito Raimundo Nonato Cardoso afirmou que irá rescindir o contrato com o Grupo Sim e realizar licitação para esse tipo de serviço.”</p> |
| EFEITOS EMOCIONAIS POSSÍVEIS | Indignação, antipatia, aversão. | Admiração, simpatia, atração. |

Quadro 6: a rescisão de contrato da PMV com o Grupo Sim

Neste domínio (o do ético) abordam-se temas de grande relevância para a sociedade, já que os fatos descritos nas notícias dizem respeito a ações dos administradores públicos que, às vezes por má fé, outras vezes por simples inobservância ou interpretação equivocada da lei, terminam por ferir normas sociais. Independentes de seus motivos, esses fatos, de maneira frequente, servem a fins políticos da mídia. Essa tendência tem se confirmado nos quatro pares de notícia analisados até aqui. Passaremos a observar, pelas análises também das notícias que tratam da contratação de advogados pela PMV, se se confirmam as mesmas tendências.

3.2.3. Notícias sobre a contratação irregular de advogados pela PMV

A Constituição Federal faculta aos órgãos públicos, em todos os níveis, a contratação de serviços particulares. Para que isso ocorra de maneira ética, todo ato visando à utilização desse direito, deve se submeter ao que dita a Lei 8.666, cuja função, conforme seu Art. 3º é:

[...] garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesta mesma lei estabeleceram-se as modalidades de licitação, que são definidas pelo valor da contratação de serviços: a *concorrência*, a *tomada de preços*, o *convite*, o *concurso* e o *leilão*. Ou seja, a lei fornece critérios específicos que atendam a cada necessidade. Entre essas modalidades estão as que interessam mais de perto à nossa análise: o *convite* e o *concurso*.

Trata-se a primeira do envio de correspondências às pessoas físicas ou jurídicas cujos serviços atendam às necessidades do órgão público, convidando-os a participarem de processo de concorrência. Esta modalidade é frequentemente criticada pelas facilidades que permitem ao responsável pelo processo de licitação a defesa de interesses próprios. Para sua utilização, exige-se que não esteja previsto no plano de carreira da instituição a contratação de profissional que atenda às necessidades do órgão. Estando previsto, resta somente a possibilidade de contratação através da segunda modalidade: a de concurso público.

A constatação de que a PMV teria se utilizado da modalidade *convite* para contratar advogados e de que este cargo constava do plano de carreira da mesma motivou ação do Ministério Público que impedisse a prorrogação dos contratos em questão. Esta ação constitui o acontecimento que deu origem às próximas notícias.

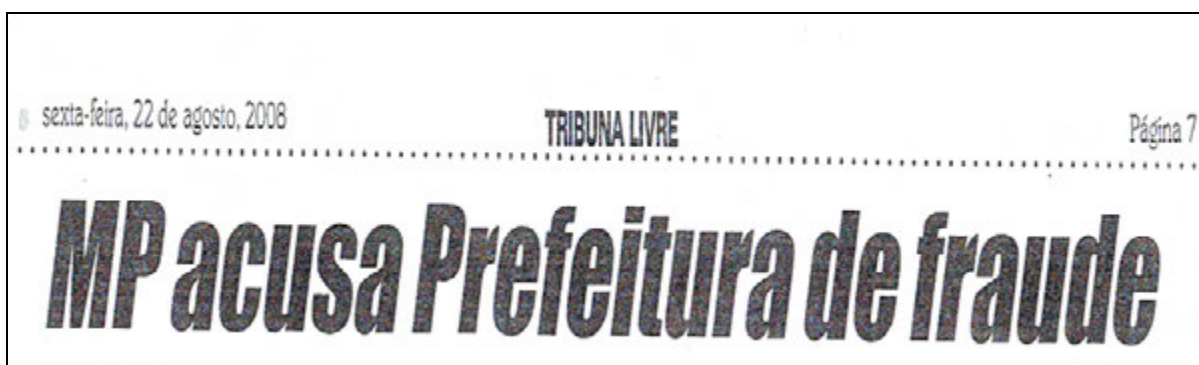
3.2.3.1. Notícia 9: publicada pelo jornal Tribuna Livre

O Tribuna Livre, no dia 22 de agosto de 2008, noticia que o MP entrou com uma ação contra a PMV, sob a alegação de que haveria irregularidades no processo de contratação de procuradores. Divulga os nomes dos procuradores que estariam sendo beneficiados. Informa

que a ação se deve à violação do que estabelece a Lei Orgânica do Município e do Artigo 37 da Constituição Federal. Fornece valores das remunerações, superiores aos devidos, que estariam sendo pagos aos contratados e, ainda, os recebidos a título de honorários de sucumbência. Fornece, também, o valor da multa diária a ser aplicada à PMV, caso esta incorresse novamente no erro.

Verifica-se também nesta notícia a mesma tendência crítica evidenciada nas anteriores publicadas por este jornal. Defende-se, aqui, assim como nas demais pertencentes a este mesmo domínio, a tese de que a administração municipal pauta-se por uma conduta antiética. Leva-nos a esta conclusão, tal como nos outros casos, a veiculação de temas propícios à exploração de efeitos patêmicos e a utilização das mesmas estratégias argumentativas.

O uso predominante da terceira pessoa, como se sabe, é uma prática utilizada no discurso midiático que tem pretensões de se passar por objetivo. Esse procedimento é, aqui, também utilizado. Mas a subjetividade se faz perceber de outras formas. Pela escolha das palavras, como já sabemos, o jornalista orienta argumentativamente o texto. Nesta notícia, a presença dos substantivos “acusação”, “fraude”, “ofensa”, “disfarce”, “burla”; os adjetivos “privilegiados”, “ilegal”, “imoral”, e os verbos “violar” e “acusar” confirmam essa tendência, o que já se verifica na manchete:



O verbo “acusar” e o substantivo “fraude”, tendo como agente o MP e como paciente a PMV seriam elementos perfeitos para a instância de produção midiática. Recorre-se a estratégia de sedução frequentemente utilizada pela mídia. Com esses ingredientes, o jornal constrói a manchete de forma a despertar o interesse do leitor. Dessa forma, atendem-se os interesses políticos da empresa jornalística e, conseqüentemente, os econômicos.

Interessa a este jornal a divulgação de fatos que tenham como denunciante órgãos representantes do sistema judiciário, que têm como atribuição fazer cumprir a lei. O peso de que se revestem suas argumentações, portanto, provêm do fato de estarem respaldadas por um

órgão que goza do poder de fiscalização e da respeitabilidade perante a sociedade. É natural, então, para efeito de credibilidade, que se explore como principal recurso o discurso direto, dando voz à promotoria:

(34) [...] o segundo o réu [Raphael de Castro] recebe, aproximadamente, por cada mês trabalhado, R\$ 1.072,50, quantia infinitamente superior à prevista em lei para remuneração de procurador municipal. Os dois advogados requeridos foram contratados pelo primeiro demandado [PMV] em notória burla ao processo administrativo do concurso público, o que nos leva a crer que a licitação realizada é mero disfarce para uma contratação direta de advogados, sem qualquer critério objetivo de avaliação, de forma inconstitucional, ilegal, imoral e pessoal. (grifos nossos)

As informações contidas no trecho acima reforçam a tese defendida pelo jornal, uma vez que, pelas expressões sublinhadas, denuncia-se a irregularidade de um ato cometido pela administração municipal. Elas deixam explícita a convicção da promotoria de que se tratava de algo premeditado, ou seja, de que não houvera, nesta situação, uma mera interpretação equivocada da lei, e, ainda, utilizara-se da fragilidade da mesma em benefício de terceiros.

A expressão “quantia superior”, descrevendo a remuneração do contratado, seria suficiente para demonstrar mais uma das irregularidades. No entanto, ao modalizá-la com o advérbio “infinitamente”, a promotoria expressa sua indignação e intensifica a gravidade do ato. A palavra “notória” indica que não haveria dúvidas quanto à intencionalidade da administração municipal e a expressão “mero disfarce” tem, em seu emprego, também o objetivo de ratificar o caráter de uma ação premeditada.

Recorre-se, novamente, à voz da promotora. Agora para demonstrar que o processo, assim realizado, fere o que preceitua a Constituição Federal:

(35) [...] incabível a realização sem a observância do procedimento previsto em lei, sob a pena de impedir-se a participação de interessados no certame, favorecendo apenas um grupo de privilegiados, como se deu na hipótese telada. Contratar por carta convite é violar até não poder mais os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, do concurso público, dentre tantos outros. (grifos nossos)

Uma das técnicas para se despertar o interesse do leitor, além da manchete, é a estruturação da notícia separando as informações com subtítulos. O Tribuna Livre se utiliza dessa estratégia. Ao empregar, como subtítulo, a expressão *Grupo de privilegiados*, o jornalista faz suas as palavras da promotora e procura destacar a atitude condenável da administração municipal, ou seja, o leitor é levado a identificar no jornal o mesmo posicionamento em defesa da moralização.

O encerramento da notícia se dá com a seguinte informação:

(36) Vale lembrar que o município de Viçosa assinou um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público do Trabalho para não contratar nenhum servidor sem concurso (ressalvados os cargos em comissão), ao que parece este compromisso não foi cumprido. (grifos nossos)

Traços mais fortes de posicionamento crítico podemos perceber no fragmento acima. As expressões em destaque são marcas explícitas de subjetividade e, por se tratar de uma última informação, sinalizam o objetivo de provocar a reflexão no leitor sobre a conduta dos responsáveis pela contratação.

As notícias que divulgam a emenda ao projeto contra o nepotismo e a denúncia do MP contra a PMV exploram o mesmo universo de patemização: as condutas de políticos brasileiros, sobre cuja classe pesam acusações de estar permanentemente se beneficiando de recursos públicos, em prejuízo da sociedade. Tal universo gera naturalmente sentimentos negativos no leitor. Pertence a este mesmo universo o tema “A rescisão de contrato da PMV com o Grupo Sim”. O Tribuna Livre, como tem sido demonstrado nas outras análises, encontra a possibilidade de tentar influenciar o leitor com fins eleitorais. A escolha do tema é, portanto, o indicativo maior das pretensões do jornal: a exploração de efeitos patêmicos no público.

Legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade e eficiência são princípios defendidos pelas leis que regem a conduta de administradores públicos, em qualquer instância. Esses princípios estão estreitamente relacionados, uma vez que têm como fins imediatos promover o bem estar coletivo. A violação de qualquer um desses princípios significa o desrespeito aos valores sociais de justiça. O cumprimento de tais princípios preservaria o direito dos licitantes (os concorrentes ao cargo) a um tratamento igualitário, portanto, justo.

O sentimento de indignação surge, novamente, como o efeito patemizante mais provável, já que, a se confirmar a intencionalidade do ato, emerge, novamente, a imagem negativa do político brasileiro. Por ser fortemente propenso ao desencadeamento de emoções, o tema oferece também ao enunciador maiores facilidades de exploração. Pela seleção lexical é possível se conduzir o leitor a experimentar o sentimento de revolta perante a atitude da administração municipal. É o que antecipa a manchete com a preferência por palavras de um campo semântico, que remete, naturalmente, aos crimes contra a sociedade. Antes mesmo de ler a notícia, o leitor já se vê imerso em sentimentos dessa natureza. Da mesma forma, o subtítulo *Grupo de privilegiados* faz lembrar que se trata de uma prática ultrajante por parte

dos administradores públicos, que beneficiam a si e a terceiros com recursos provenientes da sociedade.

Além da presença de índices de patemização, podemos extrair, da fala da Promotora, enunciados com potencial patêmico. O fragmento 34, por exemplo, exhibe comentários como “Contratar por carta convite é violar até não poder mais os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, do concurso público, dentre tantos outros” (grifo nosso). A expressão grifada fornece as dimensões do sentimento de indignação a que está submetido o enunciador. O jornal vale-se da exibição desse depoimento, provavelmente, com intenções de estender ao público este mesmo sentimento. Lembramos, no entanto, que a emoção expressa pelo enunciador não pode ser transmitida pela comunicação, ela não pode ser confundida com a experimentada pelo público.

Além desses recursos, o Tribuna Livre repete o que tem sido estratégico na busca de adesão do leitor à sua tese. Ao final da notícia reserva-se sempre um comentário ou uma informação que leve o leitor a questionar os méritos da administração municipal. Nesta notícia, a informação vem acompanhada do comentário “ao que parece este compromisso não foi cumprido”. Vemos como propósito claro do jornalista ressaltar como típico hábito do prefeito o não cumprimento de seus compromissos. Comportamento inadmissível quando se tratam de pretensões políticas, uma vez que intrínseco à posição de representante público está o compromisso com a sociedade. O ato de não cumpri-los pode ser interpretado como mera irresponsabilidade, mas também como indícios de desonestidade.

Todas essas estratégias argumentativas podem resultar em sentimentos, não só de indignação, mas, ainda, de antipatia e aversão pelo candidato. Retomemos novamente Aristóteles (2005, p. 121) para quem são propensas à indignação pessoas “que são honestas e virtuosas porque julgam retamente e odeiam a injustiça”. Há de se considerar, portanto, que o público mais propenso a essas emoções é o composto pela instância cidadã, ou seja, é a parte composta por leitores engajados politicamente e que se interessam por assuntos dessa ordem. O jornal vê, nesse público, a possibilidade de satisfazer dois objetivos: o de uma maior venda do jornal, o que se faz apelando ao sensacionalismo, explícito na manchete, e o de formador de opinião no campo da política.

O Tribuna Livre se mostrou, uma vez mais, crítico às ações da administração municipal. Para tanto, explorou, como principal recurso, o discurso direto. O jornalista aposta na emergência dos efeitos emocionais já citados, na instância de recepção, aproveitando-se de marcas linguísticas tais como “mero disfarce”, “grupo de privilegiados” ou a afirmativa “Contratar por carta convite é violar até não poder mais os princípios constitucionais [...]”,

que refletem a carga emocional também do enunciador. Não nos esqueçamos, no entanto, para o que alerta Charaudeau (2000), segundo o qual não existem garantias de experimentação desses sentimentos, tratam-se apenas de efeitos visados.

3.2.3.2. Notícia 10: publicada pelo jornal Folha da Mata

O mesmo fato, no dia 22/08/2010, é publicado pelo Folha da Mata. Este jornal cita os nomes dos personagens envolvidos, as justificativas da Promotoria para a ação judicial e a penalidade a que estaria submetida a PMV caso a mesma prorrogasse os contratos dos procuradores em situação irregular.

Ao descrever a ação do Ministério Público, o Folha da Mata opta por palavras que atenuem o ato da administração municipal, o que nos leva a concluir que se procura defender a tese de um possível equívoco por parte da prefeitura na escolha do processo de contratação.

A utilização desse recurso já se constata na elaboração da manchete:

**Promotoria considera irregular
contratação de advogados pela PMV**

Através da palavra “considera” procura-se abrandar os efeitos políticos que poderiam resultar da ação da Promotoria. Ou seja, o uso desse verbo torna menos enfática a declaração do Ministério Público, já que “considerar” pode expressar o que seria apenas a opinião da promotoria. Haveria, portanto, ainda a possibilidade de se interpretar o fato como resultado de uma falha na interpretação da lei.

Uma linguagem mais técnica, da mesma forma, confere à notícia um tratamento diferenciado do fato permitindo que se atenuem qualquer afirmação que pudesse passar por denúncia. É o que se propõe o Folha da Mata ao descrever, no primeiro parágrafo, a iniciativa da Promotoria:

(37) A promotora de justiça Carolina Mendonça de Siqueira propôs ação civil pública mandamental e declaratória de nulidade de contratos administrativos em desfavor do município de Viçosa [...] (grifo nosso)

O trecho grifado justifica nossas observações. Como sabemos, o eufemismo é um recurso linguístico de suavização da expressão. É o que revela a construção da notícia. Articulando-se os vocábulos “propõe” e “desfavor”, o jornalista dá pistas da tentativa de se evitar a possível interpretação de que haveria uma animosidade recíproca entre os dois órgãos e, assim, a prefeitura deixaria de ser o alvo a ser perseguido.

Quando se refere aos valores pagos pelos serviços contratados, Folha da Mata demonstra também a mesma preocupação em não despertar revolta no leitor:

(38) O Ministério público questionou e reprovou o fato de os advogados contratados receberem mensalmente quantia superior àquela prevista em lei para pagamento de procurador, isto sem falar nos honorários auferidos por uma jornada semanal. (grifos nossos)

(39) [...] leva a crer que a licitação realizada é mero disfarce para uma contratação direta de advogados, sem qualquer critério objetivo de avaliação, de forma inconstitucional, ilegal, imoral e pessoal. (grifo nosso)

Chama a atenção, no fragmento 38, a pouca ênfase que se faz à avaliação do Ministério Público quanto à remuneração dos procuradores. As palavras “questionou” e “reprovou” parecem destoar da indignação expressa na declaração da promotora (fragmento 39), para quem a opção pela modalidade *carta convite* para contratação de procuradores se constituiria em um recurso para mascarar uma atitude desonesta.

Fiel à proposta de não despertar no leitor sentimentos negativos em relação à administração municipal, o Folha da Mata utiliza-se de uma linguagem menos contundente e, sob a justificativa do não-sensacionalismo e de isenção jornalística, percorrem todo o texto declarações da Promotora.

Ao analisarmos a notícia do Tribuna Livre, constatamos a existência de marcas linguísticas que conduzem ao universo patêmico, despertando um possível sentimento de indignação, seguido de antipatia e aversão. A exploração desses sentimentos têm sido recorrentes nas notícias. O Folha da Mata, também de forma recorrente, tenta despertar sentimentos que se opõem aos provocados pelo primeiro. Esses comportamentos já confirmam nossa hipótese de que esses jornais adotaram diferentes estratégias discursivas da ordem do “emocional” para provocar no público leitor a adesão às teses defendidas.

No entanto, existem, em nosso *corpus*, temas (os do domínio do ético) que são mais propensos ao despertar de sentimentos negativos. Enquadra-se nesta situação o tema que tratamos agora. A constatação de que existe realmente irregularidade na contratação dos procuradores não permite ao Folha da Mata que se crie, no interlocutor, outra disposição senão a resignação. Na busca desse efeito, vemos como única possibilidade tentar levar o

leitor a ver o ato da administração municipal como fruto de uma interpretação equivocada da lei.

Apontamos como característica apresentada por este jornal, nas notícias analisadas, uma maior preocupação com a linguagem, evitando-se expressões coloquiais e menos impactantes. Na notícia em questão, além deste recurso, utilizam-se palavras do campo jurídico para descrever as ações do MP. Elas podem levar o leitor à crença na imparcialidade por parte do jornal. Acreditamos, no entanto, tratar-se da tentativa de se preservar a administração municipal. Talvez, por reconhecer a sua gravidade e suas consequências políticas negativas, e, ainda, as dificuldades de se argumentar em defesa de tal atitude ao Folha da Mata cabe somente a tentativa de atenuar seus efeitos. Assim, por força das circunstâncias, a resignação torna-se a única emoção possível de se desencadear.

Os dois jornais se apresentaram, novamente, com posicionamentos políticos divergentes. O Tribuna Livre, mais afeito aos sensacionalismos, explora os recursos oferecidos que seduzam o leitor, no intuito de levá-lo a indignar-se. Nessa busca, vale-se, ainda, dos argumentos da própria promotoria que contenham estas mesmas manifestações. Ao Folha da Mata cabe, mais uma vez em nome dos próprios interesses e do prefeito, tentar arrefecer as críticas, optando pela utilização de uma linguagem própria ao campo jurídico e evitando a modalização dos enunciados.

As divergências de pontos de vista podem assim ser demonstradas: enquanto para o Tribuna Livre o Ministério Público acusa a PMV de fraude, para o Folha da Mata a Promotoria considera irregular a contratação de advogados. Se para o Tribuna Livre o Ministério público “entra” com uma ação civil pública “contra” a PMV, para o Folha da Mata a Promotoria “propõe” ação civil em “desfavor” da PMV. Se para o Tribuna Livre a remuneração dos procuradores é “infinitamente superior” à prevista pelo plano de carreira da PMV, para o Folha da Mata ele é apenas “superior”.

| JORNAIS | TRIBUNA LIVRE | FOLHA DA MATA |
|--|--|---|
| MANCHETES | MP acusa prefeitura de fraude | Promotoria considera irregular contratação de advogados pela PMV |
| INFORMAÇÕES/COMENTÁRIOS PUBLICADOS NOS JORNAIS | <p>“O ministério público (MP) de Minas Gerais, através da Promotoria da Comarca, entrou com ação civil pública contra a Prefeitura Municipal de Viçosa.”</p> <p>“O MP acusa a Administração Municipal de fraude à Lei Orgânica do Município e à Constituição Federal em seu Artigo 37. que proíbe a contratação de funcionários sem concurso público.”</p> <p>“O segundo réu [Raphael de Castro] recebe, aproximadamente, por cada mês trabalhado, R\$ 1.072,50, quantia infinitamente superior à prevista em lei para remuneração de procurador municipal.”</p> | <p>“A promotora de justiça Carolina Mendonça de Siqueira propôs ação civil pública mandamental e declaratória de nulidade de contratos administrativos em desfavor do município de Viçosa.”</p> <p>“Na peça, a promotora argumenta que ao contrário dos cargos comissionados, os cargos ocupados por advogados contratados por carta convite dependem de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.”</p> <p>“O Ministério Público questionou e reprovou o fato de os advogados contratados receberem mensalmente quantia superior àquela prevista em lei para pagamento de procurador [...]”</p> |
| EFEITOS EMOCIONAIS POSSÍVEIS | Indignação, antipatia, aversão. | Resignação. |

Quadro 7: a contratação irregular de advogados pela PMV

A análise das notícias ligadas ao domínio do ético demonstrou que os jornais permaneceram com os mesmos propósitos evidenciados nas notícias do primeiro grupo (domínio do pragmático). Confirmaram-se, com a escolha das mesmas estratégias argumentativas, as tendências críticas de um lado e de apoio, de outro. Como prática principal, adotou-se, também, conforme os objetivos, o recurso do exibir ou omitir informações. Não sendo dada ao leitor a oportunidade de acesso direto às fontes de informação, essa prática se apresenta com grande poder de influência, pois às instâncias de produção midiáticas já se atribui naturalmente a condição de detentoras do saber. Ao leitor menos crítico, então, as informações passam por expressão da verdade. Não se cogita, na maioria das vezes, que os veículos de comunicação estejam imbuídos de outras intenções que não sejam as de apenas levar à instância de recepção o que ocorre no espaço público.

Constatamos, no primeiro momento da análise, a recorrência de recursos argumentativos que já nos permitem afirmar existir uma tentativa de influenciar o leitor. Mas

vamos, ainda, discutir dois outros pontos que julgamos relevantes para respaldar tal afirmação. O primeiro diz respeito ao espaço ocupado pela notícia na página e o segundo à localização da notícia no jornal. Além de toda a gama de procedimentos internos às notícias, é preciso observar os espaços reservados às mesmas por cada jornal. Esta observação decorre do fato de que os assuntos divulgados pela mídia podem ter seus lugares orientados pela importância que a eles se atribuem. Os espaços mais privilegiados, então, são destinados aos que despertem maior interesse do leitor, visando fins comerciais ou que atendam a outros interesses da mídia. Entendemos por espaço privilegiado as primeiras páginas do jornal e sua parte superior. Aos nossos comentários seguirão imagens justapostas das páginas dos dois jornais que permitirão melhor visualização da abordagem de cada semanário. Assim como na primeira parte da análise, serão abordados, em primeiro lugar, os temas que exploram o domínio do pragmático.

Quando da análise das publicações sobre as mudanças no trânsito, afirmamos ser este, talvez, o maior dos problemas a serem enfrentados pelos prefeitos de Viçosa. Portanto, uma ação administrativa de tal envergadura torna-se, naturalmente, notícia de capa. O Tribuna Livre destaca esse fato, porém, como demonstra a imagem, de forma a reduzir sua importância. Assim, além da crítica expressa na manchete, disponibiliza à notícia a parte inferior e um espaço reduzido. Já o Folha da Mata, tendendo para valorização das mudanças, além do maior espaço, concede à notícia a parte superior da página.



Imagem 6: o destaque de capa às notícias sobre o trânsito

Sobre este mesmo tema, constatam-se, como demonstra a imagem, diferenças significativas quanto aos itens observados. Eles se distinguem tanto no que diz respeito à extensão da notícia quanto às páginas em que foram publicadas. Não interessando ao Tribuna Livre que este tema ganhe maiores repercussões, divulga-o em sua sétima página e reserva-lhe um menor espaço. Posição contrária é a do Folha da Mata. A este tema destina maior espaço que o concorrente, além de uma localização privilegiada (quarta página). Estes tratamentos fortalecem as perspectivas adotadas por cada jornal reveladas pelas estratégias argumentativas internas à notícia: não ressaltar as mudanças no trânsito é comportamento coerente com os propósitos do primeiro. Ao segundo interessa que a notícia sobre as mudanças chegue ao maior número possível de leitores, já que um maior número de eleitores testemunharia a capacidade administrativa do candidato à reeleição.



Imagem 7: o espaço para as notícias sobre o trânsito

A primeira parte da análise demonstrou, pelos mecanismos internos utilizados na descrição do acontecimento, o posicionamento crítico do Tribuna Livre quanto à obra realizada na Bernardes Filho. A expectativa era de que esse mesmo posicionamento se revelasse nos procedimentos externos. No entanto, como se pode constatar pela imagem, não há diferenças significativas que indiquem sua maior ou menor valorização quanto ao espaço ocupado, a não ser pela preferência de não-divulgação em suas páginas iniciais. Repete-se, neste caso, a mesma estratégia utilizada no tema anterior. Isto é, destina-se a este, do mesmo modo, uma página intermediária (sétima).

Também na primeira parte da análise constatou-se uma supervalorização das obras pelo Folha da Mata. Natural seria, portanto, que esse comportamento tivesse como reflexo melhor e maior espaço na página, ou seja, maior extensão e posicionamento na parte superior, o que não ocorreu. Mas podemos considerar fundamental para as pretensões deste semanário que temas como estes sobressaíam. É o que justifica a sua publicação entre as páginas iniciais (quarta página).



Imagem 8: o espaço para as notícias sobre a obra na Bernardes Filho

Passemos agora à análise das notícias que exploram o domínio do ético. Seu primeiro tema, *A alteração do projeto contra o nepotismo na prefeitura*, ganha destaque no Tribuna Livre. Neste jornal, o fato não só é divulgado na parte superior da página, como a ele se destina maior espaço para publicação. Associa-se a estes fatores, como posição de destaque, a ocupação da terceira página. A tais fatores acrescenta-se a construção sensacionalista, observada na manchete, e teremos os ingredientes suficientes para cumprir o propósito de sedução do público, de levá-lo à compra do jornal, assim como envolvê-lo com argumentos para fins políticos.

O Folha da Mata, por seu turno, também estrategicamente, situa a notícia de forma a adequá-la aos seus posicionamentos políticos. Ou seja, sabendo do quanto a divulgação do fato poderia ser prejudicial à campanha do candidato à reeleição, procede-se de maneira que não se desperte o interesse pelo tema. Assim, contrário ao Tribuna Livre, cede parte inferior da página e menor espaço.

Os recursos utilizados na construção da notícia pelo Folha da Mata, como vimos, são direcionados a não chamar a atenção do público. Atitude condizente com esta intenção seria, portanto, que o tornar público se desse em páginas de menor prestígio e não na terceira página, como efetivamente ocorreu.



Imagem 9: o espaço para as notícias sobre o nepotismo na prefeitura

Apesar de ambos os jornais reservarem ao tema *A rescisão de contrato da PMV com o Grupo Sim* a parte superior da página, eles demonstram atitudes diferenciadas no que se refere à posição que as notícias ocupam em cada jornal. Interessa ao *Tribuna Livre* que este fato ganhe maior acessibilidade. Assim, as páginas iniciais se constituíam em lugares apropriados ao seu projeto. Já para o *Folha da Mata* seria conveniente que o tema fosse veiculado em espaço menos nobre, uma vez que, a julgar pelas tendências evidenciadas na notícia, tal divulgação não deveria despertar maiores interesses, por isso, o situa em meio a publicidades, em sua décima primeira página.

The image displays a collage of newspaper pages and advertisements. The top left section shows a newspaper page with the headline "Ideb revela queda no ensino municipal" and "MP estadual recomenda cancelamento com o 'Grupo Sim'". The top right section shows a newspaper page with the headline "PMV e autarquias deverão rescindir contrato com grupo SIM". Below these are various advertisements including "Aluguel de Roupa e Acessórios para Festas", "Carro Novo - Você compra nos Equipamos", "Pós-Graduação + oportunidades para o seu futuro", "Falecimento", "Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 03/2008", and "Comunicado".

Imagem 10: o espaço para as notícias sobre o cancelamento de contrato com o Grupo Sim

No último tema, *A contratação irregular de advogados pela PMV*, mantém-se a regularidade quanto à ocupação do espaço na página: parte superior no Tribuna Livre e inferior no Folha da Mata. Foge à regularidade, no entanto, no que se refere à localização no jornal. Seria significativo, para o Tribuna Livre, que tal tema, assim como os outros pertencentes a este domínio, ocupasse páginas iniciais, uma vez que se evidenciaram, em todas as notícias, pontos de vista críticos às ações administrativas. Entretanto, não é o que ocorre. Estranhamente, o fato é noticiado à página 7. Da mesma forma, por se tratar de algo que poderia ser prejudicial ao candidato, ao Folha da Mata seria apropriada a sua publicação em páginas posteriores, no entanto, a notícia é publicada na quarta página, local que, como vimos, destacou sempre ações que favoreciam o enaltecimento da administração municipal.

The image shows a collage of newspaper pages. The central and largest article is from Tribuna Livre, page 7, titled "MP acusa Prefeitura de fraude". To its right, there are smaller articles from Folha da Mata, including "MP exige licitação para serviços de remoção de veículos" and "Cafeicultores reúnem-se em Canaã". Below the main article, there are several smaller notices and advertisements, such as "Amigos voltam a se encontrar", "Aeronáutica abre 160 vagas", "PROMOÇÃO DE VERDADE É NO REI DO CELULAR!", "SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA", "Novo prazo para garantir redução de tarifa elétrica", and "Ducha Car Gratis".

Imagem 11: o espaço para as notícias sobre a contratação irregular de advogados pela PMV

Na seção “Sobre os jornais”, afirmamos não haver, nestes semanários, rigidez na organização por tema. Isto nos leva a pressupor que esta flexibilidade pode ser também uma forma de as instâncias de produção midiática demonstrarem o que para elas é mais, ou menos importante. Pôde-se perceber que o Tribuna Livre prioriza, em suas primeiras páginas, fatos que, de alguma forma, depõem contra a conduta dos administradores municipais. Já os que poderiam contribuir para o sucesso do candidato são relegados a espaços menos nobres.

Enfim, a recorrência de procedimentos externos às notícias permite-nos afirmar fazer parte também das estratégias da mídia alçar à condição de grande relevância determinados fatos ou reduzir-lhes a importância, dependendo dos interesses que se pretende defender. O Tribuna Livre disponibiliza aos fatos que poderiam representar apoio do leitor-eleitor ao prefeito espaços menos privilegiados. Assim, as notícias que pertenciam ao domínio do ético, por se adequarem mais aos interesses desse jornal, por motivos já ditos, aparecem no topo da página e, às vezes, ocupam toda a sua extensão. Esta prioridade se faz perceber também pela sua localização no jornal como um todo. Dentre as notícias do domínio do ético, duas se encontram entre as primeiras páginas, ocupando sua parte superior. O mesmo tratamento não se dá às pertencentes ao pragmático.

A este domínio, confirmou-se a prioridade do Folha da Mata, demonstrada também pela extensão das notícias, pela sua localização na página e no jornal. Tal prioridade se justifica pelo fato de estes temas favorecerem o enaltecimento da capacidade administrativa do candidato e, sendo assim, se constituíam o meio pelo qual o jornal poderia tentar persuadir o leitor. Os procedimentos externos corroboram, portanto, a tese de que os jornais locais, movidos por interesses que ultrapassam os puramente econômicos, já como estratégia, optaram por temas que viabilizassem a manifestação de suas convicções políticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos dispormos ao desenvolvimento desta pesquisa, tínhamos em vista observar as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais Folha da Mata e Tribuna Livre na construção das notícias, estratégias essas que poderiam evidenciar posicionamentos políticos divergentes. Essa hipótese se confirmou em nosso *corpus*. As notícias analisadas não fazem referência explícita à campanha eleitoral. Não se observa, em nenhum momento, apoio ou oposição declarada das instâncias midiáticas, mas existem pistas que nos permitem concluir que os textos propõem levar o leitor a determinado posicionamento na ocasião das eleições municipais. Pode-se questionar, então, se as notícias representariam de fato um discurso político.

Falando sobre os lugares onde se fabricam discursos políticos, Charaudeau (2005, p. 39) afirma: “Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento que a situação o autorizar”. E conclui: “Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza”. As afirmações do linguista esclarecem, portanto, a dúvida. No período de campanha eleitoral, produziu-se, na mídia local, uma variedade de textos que, se publicados em outra situação, talvez não surtiram os mesmos efeitos.

Uma notícia que divulga uma simples alteração no trânsito não teria a mesma repercussão caso o responsável por ela não fosse candidato à reeleição e não estivéssemos em período de campanha eleitoral. A hipótese de que havia interesses políticos dos jornais já se confirma, portanto, pela seleção temática. A estes jornais importava publicar fatos para um público mais politizado, com interesses óbvios de levá-lo a compartilhar determinada opinião sobre o candidato. Tal conclusão se deve à percepção de que as leituras dos fatos eram totalmente opostas.

A distribuição dos jornais ocorre sempre no mesmo dia. Isto nos leva a supor que os jornalistas, conhecendo os pontos de vista dos concorrentes, saberiam quais aspectos poderiam ser explorados sobre determinados fatos. Há, portanto, uma disputa, entre as instâncias midiáticas, que ultrapassa interesses puramente econômicos e que orienta a utilização das estratégias argumentativas.

Para o triunfo em disputas eleitorais, são fundamentais as imagens que se tem dos candidatos. Estando o prefeito, candidato à reeleição, no centro dessa disputa, cabem, aqui, algumas informações sobre sua pessoa que circulam no espaço público e certamente

contribuíram para sua trajetória política. Honestidade e benevolência são atributos frequentemente citados quando a ele se faz referência. Não se trata, aqui, do *ethos* (a imagem de si), que se constrói pelo discurso, e sim de uma imagem pré-discursiva concebida pela própria sociedade.

Obviamente, por ser esta imagem benéfica ao candidato interessa a sua preservação. Mas não somente dos valores relacionados à ética vive o político. Fazem parte também de sua imagem qualidades como competência e dinamismo. Assim, o apoio ou a oposição ao candidato se faz não só pela exploração de aspectos relacionados ao que é inerente à imagem de homem público: a imagem construída a partir de valores cultivados pela sociedade, mas ainda às suas capacidades administrativas. Também na mídia observamos este interesse. Ficou patente, no *corpus* analisado, o empenho das duas instâncias midiáticas na busca de notícias que propiciassem expressões de crítica ou enaltecimento às ações administrativas do candidato.

A divulgação dos acontecimentos, vistos pela ótica do Tribuna Livre, tendeu sempre para a crítica. As mudanças no trânsito e a obra na Bernardes Filho se constituíram, para este jornal, em provas de incompetência do candidato. Já os outros temas oportunizaram as tentativas de desconstrução da imagem do prefeito como homem digno de representar a sociedade viçosense. A insinuação de uma ação deliberada da PMV na contratação irregular de advogados, assim como a de conivência com a atitude da candidata a vice-prefeita na proposta de emenda ao projeto contra o nepotismo e de um suposto envolvimento no esquema que envolveu o Grupo Sim, são os meios persuasivos de que se valeu o Tribuna Livre para a concretização de seu objetivo final: o voto contra o candidato à reeleição.

O Folha da Mata, observamos, se posiciona favoravelmente ao prefeito. Sob sua perspectiva, podemos perceber duas atitudes. A primeira apóia-se no fato de que, se havia alguma crítica a respeito da competência administrativa do candidato, do seu dinamismo, caberia a este jornal apresentar provas que as refutassem. Assim, produziram-se argumentos que valorizaram as obras e as medidas administrativas. A segunda atitude diz respeito à boa imagem do candidato, no que se refere aos valores éticos. Sendo a imagem positiva algo já conquistado, exigiu-se da instância de produção midiática construções de enunciados que se destinaram a preservá-la ou a fortalecê-la. Alguns fatos lhe permitiam apenas a tarefa de tentar amortecer a crítica enquanto outros foram favoráveis ao enaltecimento das qualidades do candidato.

Constatamos, no *corpus*, o que nos diz Charaudeau sobre a instância de recepção. Lembramos que, segundo este autor, a mídia se dirige a um público compósito. Ou seja, uma

parte desse público se compõe de leitores que se prendem apenas ao prazer da leitura e outra parte de leitores engajados politicamente, a instância cidadã. Detectamos a utilização de estratégias que contemplam esses dois lados. Buscou-se seduzir o leitor optando por temáticas que possibilitassem à instância midiática representar seu papel de fiscalizadora da instância política em benefício da instância cidadã. Utilizaram-se expressões impactantes, que podem tocar afetivamente esse público.

No referencial teórico, exibimos as seguintes afirmações: “a linguagem é essencialmente argumentativa” (KOCH, 2006), “Para quem se preocupa com o resultado, a convicção não passa da primeira fase que leva à ação” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996). Acrescentemos a estas, a de Amossy (2000), segundo a qual argumentação e emoção são inseparáveis no empreendimento da persuasão. Admitindo-se estes argumentos, não há como conceber, em nenhum ato de comunicação, a inexistência do objetivo de levar o interlocutor a uma ação imediata ou futura. Não há, portanto, como conceber, também, que o discurso produzido pela mídia seja desprovido de recursos patêmicos, já que, eles visam uma ação imediata, a comercialização da informação, e uma ação futura, que pode ser representada, principalmente, pela abordagem de temas políticos.

Ficou patente, em nosso *corpus*, a utilização de estratégias argumentativas que exploram efeitos emocionais no leitor. Isto ficou claro pela escolha dos temas; pelas marcas linguísticas que, em alguns casos, evidenciaram-se já nas manchetes; pelos enunciados, aparentemente objetivos; e pela exibição de certas informações e mesmo pelos silenciamentos. Verificou-se uma articulação entre elementos típicos de uma argumentação “lógica” e argumentos e efeitos visados da ordem do patêmico, de forma que não é possível uma separação rígida entre ambos.

Foi-nos possível perceber tudo isso com o auxílio dos diversos estudos discursivos, principalmente, a Semiolinguística. Nossa análise foi estruturada a partir das noções de argumentação fornecidas por essa teoria. Os procedimentos descritos no modo de organização argumentativo se revelaram um caminho seguro, pois eles representam os mecanismos, utilizados pelo argumentante, que levam à persuasão. Igualmente importantes foram os estudos sobre a emoção na perspectiva dessa mesma teoria, pois, apesar de relevantes, as contribuições de Aristóteles seriam insuficientes para tal análise. Outra contribuição que se mostrou de grande valia foi da semântica argumentativa. Através dela tivemos oportunidade de revelar as várias significações implícitas nos enunciados, introduzidas pelos operadores argumentativos, bem como os recursos da seleção lexical.

Vimos que os enunciados podem ser marcados pela subjetividade de várias formas. Em nome da objetividade, defende-se que essas marcas sejam evitadas. Podemos afirmar, pelo *corpus* analisado, que à mídia é impossível a veiculação da informação imparcial, pois assim como surge a crítica por um envolvimento explícito do jornalista na notícia, um movimento de distanciamento leva-se, inevitavelmente, a uma interpretação de conivência. Assim, fica a responder à questão de qual método permitiria ao jornalista se manter a distância do fato.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, L. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre, Sagra: D.C. Luzzatto, 1996.

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Discurs politique, littérature d'idées, fiction. Paris : Nathan, 2000.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Ediouro S.A., 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**, 2. ed. Ver. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Tradução Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru – SP: EDUSC, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução, Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (orgs.); **As emoções no discurso, vol. II**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010, p. 23-56.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. - 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Para uma nova análise do discurso. In: Carneiro, Agostinho Dias (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

_____. **Une problématisation discursive de l'emotion a propôs des effets de pathémisation à la télévision**, Les émotions dans lês interacitions. Presses universitaires de Lyon, 2000.

GALINARI, Melliandro M. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna; 2007, p. 221-239.

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth (Org.); **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2003.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: a Semiolinguística. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001, p. 39-61.

_____. Análise do discurso & texto paródico: um encontro marcado. In: LARA, Gláucia Muniz Proença (org.). **Língua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática**. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2006.

MELO, M. S. de S. **Estratégias discursivas em publicidades de televisão**. 2003. 2 v. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

_____. Pressupostos de uma teoria psicossocial do discurso: a Semiolinguística. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane, (Orgs). **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.

_____. A socialização de experiências particulares em relatos pessoais sobre o acidente da TAM publicados na revista Sou + eu! In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia, (Orgs.). **As emoções no discurso, v. II**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010, p. 153-168.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

ORECCHIONI, Catherine Kerbrat. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XX siècle? Remarques et aperçus. In : **Les émotions dans les interactions**. Presse universitaires de Lyon, 2000, p. 33-74.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**, 7. Ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Presses Universitaires de France, 2005.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**. Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 353-392.

ROSSI, Clóvis **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Site consultado:

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de dezembro de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 14 nov. 2010.

6. ANEXOS

6.1 Noticia 01

sexta-feira, 18 de julho, 2008

TRIBUNA LIVRE

Página 7



A inversão do sentido de direção na avenida Sebastião Lopes sobrecarrega a praça Emílio Jardim

Mudanças no trânsito retratam "repeteco"

O caos registrado à praça Mário Del Giudice foi transferido à praça Emílio Jardim, e pior. Esta é a conclusão possível de ser tirada na primeira tentativa da Secretaria Municipal de Trânsito em melhorar o trânsito no centro.

A tentativa é válida e necessária, mas é fácil prever que a alteração não solucionará e nem aliviará o grande fluxo de veículos em determinadas regiões. Entre as mudanças, apenas as realizadas nas



Um obstáculo na praça Marechal Deodoro

avenidas Bueno Brandão e Sebastião Lopes de Carvalho são significativas e alteram a rotina da área central da cidade. No caso do desvio de veículos à praça Emílio Jardim, ele acontece em escala além da capacidade do local. Talvez a instalação de um semáforo aliviasse o caos anunciado.

As modificações no tráfego do trânsito acontecem num mês de férias. Com o retorno às aulas na Universidade Federal de Viçosa, nas faculdades particulares e na rede escolar o movimento de veículos aumenta em proporções geométricas e aí o trânsito será muito mais confuso à praça Emílio Jardim.

As mudanças no trânsito tiveram início na segunda-feira, dia 14, e contam com a mobilização da Secretaria de Trânsito. A Secretaria de Obras está realizando pequenas obras para facilitar as mudanças e tudo indica, se isso acontece, que a intenção é manter as alterações.

Na tarde de quarta-feira, o chefe do Departamento de Trânsito, Eônio Paulo Pinto, foi consultado pelo Tribuna e disse que "o que era esperado aconteceu: a lentidão do tráfego de veículo na praça Emílio Jardim". Ele disse que nos primeiros dias os motoristas estavam em dúvida sobre o trajeto e isso contribuiu para a lentidão. Agora está menos lento. Eônio disse que será feita uma avaliação em 30 dias e serão analisadas possíveis alterações horizontais e verticais na sinalização.

Outras alterações no trânsito serão realizadas após a assimilação dos motoristas para as mudanças em curso.

O leitor opina

As alterações no trânsito vão beneficiar o setor?



Cristiano de Oliveira
técnico em eletrônica

Acho que sim. Vai diminuir o número de veículos em algumas ruas onde passavam muitos carros e diminuir o grande volume de veículos que trafegavam antes. É aguardar para analisar melhor.



Danilo Carreiro
comerciante

Eu acho que na rua Bueno Brandão vai, porque o movimento era intenso quando a rua tinha mão dupla. Agora ficou melhor para os comerciantes, que têm espaço para estacionar, e para os pedestres.



Eraldo Bretãs
taxista

Eu gostei. Já deu pra sentir que estas mudanças vão desafogar o trânsito, mas ainda há muitas modificações para serem feitas, como a instalação de semáforos em alguns pontos de grande movimento.



José Tarcísio Maciel Noé
motorista profissional

Acho que melhorou, porque o trânsito ficou mais livre, principalmente nas ruas Bueno Brandão e Professor Sebastião Lopes de Carvalho. Prefiro aguardar para opinar em outros trechos.



Luiza Euclides Nazar
empresária

Eu espero que sim. Antes, o trânsito caía todo na Benjamim Araújo, mas receio que a praça Marechal Deodoro fique congestionada. Na rua Francisco Machado acho que facilitou a inversão da mão.

6.2. Notícia 2

Mudanças no trânsito

Setra aceita críticas mas diz que mudanças superaram expectativa



A Setra, com as mudanças implementadas, veio atender um antigo anseio da população, buscando amenizar um problema crônico de falta de planejamento urbano.

A administração municipal de Vitória, após encomendar estudos que apontam medidas visando o descongestionamento do trânsito no centro cidade, uma antiga e constante reivindicação de condutores de veículos e de toda a população vitense, decidiu enfrentar o desafio e implantar algumas medidas com esse objetivo, buscando resolver ou, quando nada, amenizar um problema que vem se agravando em decorrência da falta de planejamento da cidade que possui a maioria de suas vias estreitas e por onde circulam, diariamente, cerca de 27 mil carros, incluindo os de propriedade dos estudantes da Universidade Federal de Vitória e das cidades vizinhas, que precisam utilizar de diversos serviços oferecidos só em Vitória, como, por exemplo, a Justiça, posto do INSS, posto do Ministério do Trabalho, faculdades particulares e o comércio em geral.

As mudanças começaram, na verdade, na gestão do ex-prefeito Fernando Sant'Ana que, nos poucos, executou pequenas obras que contribuíram para amenizar a situação do tráfego, a exemplo da central de parada de coletivos na Praça do Rosário e a sinalização das ruas, especialmente faixas de pedestres.

Dando continuidade ao trabalho, o atual secretário de Trânsito, Ramon Carlos Fernandes, executou uma sinali-

zação bastante eficiente e profissional na avenida Castelo Branco e conseguiu junto a órgãos da Universidade Federal de Vitória, a abertura da via alternativa aos sábados pela manhã e, após minucioso estudo realizado por engenheiros especializados, apresentou projeto que propõe uma série de mudanças no trânsito do centro da cidade e em logradouros de acesso a bairros.

O projeto foi aprovado pela Comissão Municipal de Trânsito, presidida pelo administrador Jansen Cardoso Pereira e a primeira etapa desse trabalho foi implantada na última segunda-feira. A avenida Bueno Brandão passou a ter mão única, da praça Emílio Jardim para a praça Dr. Mário Del Giudice. Quem segue da praça Mário Del Giudice no sentido Hospital São Sebastião, passa pela rua Prof. Sebastião Lopes de Carvalho (rua dos bancos), praça Marechal Deodoro (praça da Estação), rua Benedito Valadares (beira-linha) e praça Emílio Jardim. A outra modificação já implantada é a inversão do sentido de direção da rua Francisco Machado, que passou a ser acessado da praça Dr. Mário Del Giudice para a praça Alice Loureiro (bairro de Ramos). Para o sucesso da mudança, a Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública (Setra) fez algumas modificações nas vias onde o trâ-

nito foi alterado, tais como o arredondamento da linha de meio-fio nas esquinas e melhoria da faixa de pedestres da praça Emílio Jardim, além da colocação de diversas placas de orientação aos condutores de veículos.

Na última reunião da Câmara, o vereador Valtir Batalha declarou que a alteração ainda não apresentou as melhorias e vários engarrafamentos já foram registrados nos locais que sofreram alterações. Outra colocação do edil foi quanto a mudança ter sido feita no período de férias da Universidade Federal de Vitória. "Muitos veículos estão fora da cidade e, por essa razão, o resultado pode até parecer bom, fato que só poderá ser comprovado após o retorno das aulas. Acredito que a Setra terá que fazer muita coisa para resolver o problema do caótico trânsito de Vitória".

Quem não gostou nada da mudança do trânsito foram os taxistas do ponto da praça Silviano Brandão, já que devido ao retorno que necessitam fazer pela praça Emílio Jardim para transportar passageiros para os bairros de Ramos, Clélia Bernardes e localidades adjacentes, principalmente o Fórum. Pres. Arthur Bernardes. Devido ao aumento da distância, uma corrida de táxi da praça Silviano Brandão para o Fórum, passou de R\$ 6 para R\$ 7,30, valor que levará os usuários

a optarem pelos táxis do ponto da Praça do Rosário.

Em declarações ao Folha da Mata, na tarde da última quinta-feira, 17, o chefe do Departamento de Segurança Pública, Operação e Fiscalização de Trânsito da Setra, Edônio Paulo Pinto, disse que ainda é muito cedo para fazer uma análise segura sobre as mudanças. "Se analisarmos o tráfego dessa primeira semana, podemos dizer que o projeto vai dar certo e que superou as expectativas dos profissionais da Secretaria e até dos motoristas. Recebemos várias sugestões, porém, todas as pessoas que nos procuraram elogiaram as mudanças. Tivemos apenas duas reclamações, ambas de interesse particular", disse o major Edônio, anunciando que a Setra fará alguns ajustes nos locais onde ocorreram as alterações, especialmente no tocante à sinalização.

Em relação aos motoristas de táxi do ponto da praça Silviano Brandão, o major Edônio informou que a Setra vai estudar a possibilidade, após o parecer do Instituto de Planejamento Municipal (Iplam) e do Departamento Municipal de Patrimônio Público, para abertura da antiga rampa que ligava a praça Emílio Jardim a avenida Bueno Brandão. Quanto às observações do vereador Valtir Batalha, o major afirmou que a implantação das alterações em período de férias foi uma estratégia da Setra, porém, a realização da Semana do Fuzenseiro alterou significativamente o tráfego. "Por essa razão, acredito que não teremos nenhum problema com o retorno das aulas da UFV e das faculdades particulares".

Concluindo, o major agradeceu a compreensão dos motoristas e se colocou à disposição para qualquer sugestão que contribua para melhorar o tráfego da cidade. "Tenho certeza de que muitas pessoas irão nos procurar porque Vitória é uma cidade desenvolvida e seus moradores se preocupam em colaborar com as autoridades".

A FOLHA perguntou: qual a sua opinião sobre as mudanças no trânsito?

Acho que teve 70% de melhora no trânsito. Com as mudanças, o motorista desce à rua do comício no sentido do hospital e chega até aqui, na praça Emílio Jardim, sem ter de fazer nenhuma curva. Claro, andando em linha reta o fluxo tende a ficar melhor. Antes, no Bairro de Ramos, havia 3 ruas paralelas que levavam ao mesmo sentido agora com a inversão da Francisco Machado melhorou muito. É lógico que algumas coisas ainda terão de ser feitas e, no princípio, as pessoas vão estranhar.

Leonel Del Rey de Melo,
contador

Enquanto comerciante da praça Emílio Jardim, para mim, piorou muito. Tive uma redução de 40% das vendas devido à redução do estacionamento de 10 minutos, com alerta, que tinha na porta do meu comércio. Afinal, o cliente gosta de comodidade. Tiram também o estacionamento da linha férrea, mas, na minha opinião, tinha de ser feito lá mesmo como em Visconde do Rio Branco, onde a prefeitura assaltou a linha, o que serviu, ou como avenida, ou como estacionamento. O fluxo de veículos em alta velocidade vem trazendo muita poeira para o local.

Juracy Mauro Magalhães,
comerciante

As mudanças foram ótimas. O trânsito está fluindo muito bem. Lógico que no horário de pico ainda acontece o congestionamento natural, mas melhorou muito em relação ao que era. Agora, acho que deveriam permitir estacionamento na linha férrea, o que vem sendo motivo de reclamação geral, assim como a poeira que vem de lá, devido ao aumento do fluxo de veículos aqui na região da praça Emílio Jardim.

Ely Fernandes Pinto,
comerciante agropecuarista

As modificações foram boas. Agora, como em todo princípio, estamos observando algumas insatisfações que acredito ser pelo comodismo. É bom ressaltar que essa é a primeira de uma série de mudanças que serão adaptadas a partir dessa proposta inicial. Nós, da Setra, estamos trabalhando em dupla carga horária para conscientização dos condutores.

Luciano da Costa Valente,
agente de Trânsito

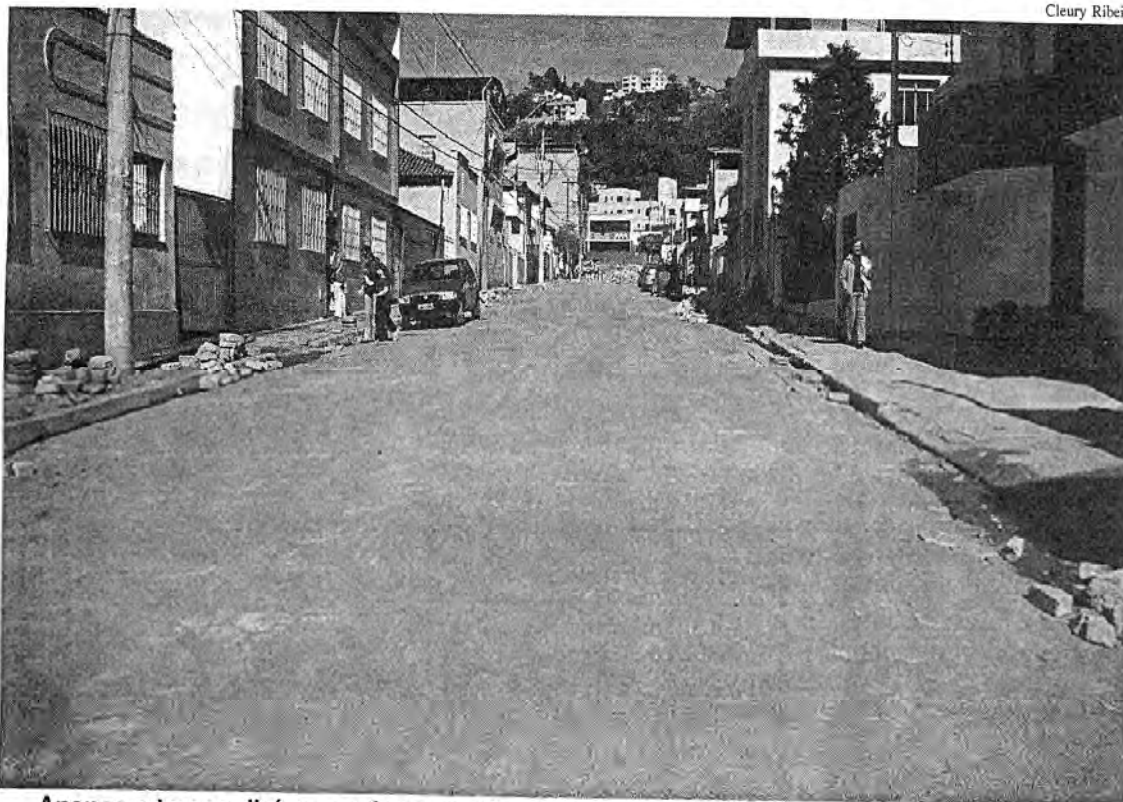
Acho que as tentativas de melhorias são sempre bem vindas. É natural que nos primeiros dias as pessoas reclamem como estão reclamando. Mas acho que melhorou muito aqui na praça Emílio Jardim, onde o motorista tinha que olhar 4 saídas. Agora é apenas uma. É bom observar que quem prejudica muito o trânsito em Vitória são os pedestres. Eles atravessam em qualquer lugar isso prejudica muito o trânsito. Agora o projeto de transformar a Milton Bandeira em mão dupla é o melhor para o trânsito da cidade.

Raimundo Galdino Rodrigues,
taxista

6.3. Notícia 3

Empreiteira conclui trecho da Bernardes Filho

Cleury Ribeiro



Apenas o tempo dirá se a reforma na Bernardes Filho oferecerá os resultados esperados

O secretário municipal de Obras, Irani Silva, informou que a empreiteira Antonucci Aguiar, responsável pela reforma de infra-estrutura da rua Bernardes Filho, concluirá esta semana o calçamento no trecho entre as ruas Papa João 23 e Professor Arlindo de Paula Gonçalves. A promessa foi feita, apesar de ainda restar muito trabalho a ser feito.

Na próxima semana, segundo ele, será dado o início da complementação da obra que se esten-

derá até à rua Silva Pontes, esquina com a praça Emílio Jardim. O trabalho consta de substituição de manilhas danificadas, construção de mais caixas coletoras da rede fluvial, pavimentação do piso e recuperação do calçamento. O custo total seria de R\$ 222.752,56.

A obra em conclusão foi iniciada em 4 de abril, portanto será realizada em 4 meses. Moradores temem que o tempo para a reforma da parte "de baixo" custe mais tempo e isso traria grandes trans-

tornos. "O trecho da rua Silva Pontes amarra mais o trânsito e tomara que a Prefeitura realize a reforma, mas dentro de um prazo tolerável", disse um morador.

Como o trecho ficará fechado, restariam as alternativas via bairro de Fátima e avenida J. K., através do bairro Santa Clara, para os que utilizam a rua Silva Pontes. No entanto o trecho conhecido como "Antena", no Santa Clara, e a rua Bruno Martinho, no bairro de Fátima, são quase intransitáveis.

6.4. Notícia 4

Primeiro trecho da Bernardes Filho deverá ser concluído esta semana

A empreiteira responsável pela reforma de infra-estrutura da avenida Bernardes Filho deverá concluir esta semana o calçamento no trecho entre as ruas Papa João XXIII e Professor Arlindo de Paula Gonçalves, segundo informação do secretário de Obras e Serviços da Prefeitura de Viçosa, Irani Silva.

Segundo Irani, na próxima semana, será iniciada a complementação da obra que se estenderá até a rua Silva Pontes, esquina com a praça Emílio Jardim. O trabalho consta de substituição de mánilhas danificadas, construção de mais caixas coletoras da rede fluvial, pavimentação do piso e recuperação do calçamento. Tudo isso num custo total superior a R\$ 222 mil.

Outra obra da Prefeitura que está bem adiantada é a do calçamento no entorno da linha férrea. O trabalho no trecho da Rua dos Estudantes está em fase final e, após, terá continuidade a partir da rua Vereador José da Cruz Reis (rua do anti-



A complementação da obra está prevista para a próxima semana

go Posto de Saúde) até as imediações do Hospital São Sebastião.

Ruas dos bairros Laranjal e

Vau-Açu também estão recebendo calçamento e rede de água pluvial. Ainda para esta região, a Prefeitura tem progra-

mada a instalação de nova escola pública, em construção no Laranjal, e uma unidade do Programa Saúde da Família, na Barrinha.

ASFALTO

Irani Silva informou também que algumas ruas dos bairros de Fátima, Santo Antônio e Nova Era serão beneficiadas com asfaltamento, que segundo ele só não foi iniciado antes porque houve necessidade de trabalhos de infra-estrutura com construção de redes de água pluvial e de esgotos em algumas dessas vias.

ZONA RURAL

A zona rural de Viçosa também está contemplada com a construção de pontes em concreto armado nas comunidades de Arrudas, Marques, Ari Borges e Coura. Além disso, Irani garantiu que todas as estradas rurais foram patroladas e a Secretaria de Obras já deu início ao cascalhamento, estando o trabalho já concluído na comunidade de Córrego Fundo.

6.5. Notícia 5

● sexta-feira, 11 de julho, 2008

TRIBUNA LIVRE

Vereadora “abre brecha” em projeto contra nepotismo

Segundo a opinião de alguns vereadores, a emenda apresentada pela vereadora Lúcia Duque Reis ao projeto de lei contra o nepotismo abre brechas para contratação de parentes. Datada da última segunda-feira (7), a Emenda Substitutiva nº 001 ao Projeto de lei nº 012/2008 ressalta o seguinte: “a proibição da contratação de parentes até o terceiro grau não se aplica quando se tratar de nomeação ou contratação decorrente de aprovação em concurso público ou processo seletivo simplificado; e para nomeação destinada ao preenchimento de um cargo de assessoramento lotado no Gabinete do Chefe do Poder Executivo”.

Esse Projeto de Lei, de autoria do vereador Ângelo Chequer, foi aprovado em primeira votação no dia 24 de junho último. Quando iria entrar em segunda votação, no dia 1º último, a vereadora Lúcia Duque o retirou de pauta para fazer uma emenda. O projeto entrará em



Arquivo



Arquivo

Ângelo propôs projeto e Lúcia propõe modificações

segunda e última votação na próxima terça-feira (15).

O Artigo 2º do projeto proíbe secretários municipais, procurador geral e demais ocupantes de cargos ou empregos em comissão, nos poderes Executivo e Legislativo, manter sob sua chefia imediata cônjuge,

companheiro ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, ou por adoção. A vereadora que apresentou a emenda é candidata a vice-prefeita nas eleições municipais de outubro próximo, na chapa encabeçada pelo atual prefeito Raimundo Nonato Cardoso.

6.6. Notícia 6

Projeto contra nepotismo pode admitir contratação no gabinete do Prefeito

A vereadora Lúcia Duque Reis (PT) apresentou emenda substitutiva ao projeto de lei 012/2008 que proíbe a contratação de parentes para cargos em comissão na administração pública direta e indireta. Na justificativa do projeto, o vereador Ângelo Chequer argumentou que a proibição é uma forma de manter a moralidade no serviço público, considerando que a maioria dos parentes que é contratada não possui qualificação para o cargo.

Após apresentar emenda que autoriza a contratação para alguns cargos, desde que o ocupante tenha formação técnica na área, Lúcia Duque fez uma nova proposta de

mudança. Desta vez, ela retirou a proibição de contratação de parentes quando se tratar de nomeação ou contratação decorrente de aprovação em concurso público ou processo seletivo simplificado e, ainda, para nomeação destinada ao preenchimento de um cargo de assessoramento no gabinete do chefe do Poder Executivo. Porém, a emenda veda aos secretários municipais, procurador-geral e demais ocupantes de cargos e empregos em comissão, nos poderes Executivo e Legislativo, manterem sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente sanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, ou por adoção.

+ 11/07/2008 - **Folha da Mata**

MP estadual recomenda cancelamento com o "Grupo Sim"

O curador do patrimônio público – Coordenadoria do Patrimônio Público Estadual, Eduardo Nepomuceno, expediu recomendações às promotorias do estado de Minas Gerais para que sejam analisados todos os contratos efetuados com o Grupo Sim, de Belo Horizonte.

Segundo o Ministério Público, a empresa não é a única do ramo. Mas o motivo maior alegado pelo MP é que, para uma empresa prestar este tipo de serviço, ela deve ser idônea, correta e honesta, porém, os sócios do Grupo Sim foram indiciados recentemente pela Polícia Federal por forma-

ção de quadrilha, evasão de divisa e outros crimes.

Em Viçosa, o grupo, que presta serviço na área contábil, em folhas de pagamentos e também na assessoria jurídica, iniciou os trabalhos na Prefeitura Municipal de Viçosa durante a administração do ex-prefeito Geraldo Reis (1993-1996).

Atualmente o grupo tem contrato com o Instituto Municipal de Assistência ao Servidor Público (Imas), no valor de 1.979,00 reais por mês; Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa

(Iprevi), em 1.545,00 reais mensais; Câmara Municipal de Viçosa, que paga 32.500,00 reais anuais e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), no valor de 2.641,00 reais mensais.

A Prefeitura de Viçosa não emitiu os valores dos contratos que possui com o grupo. Segundo uma funcionária da Secretaria de Finanças, "a secretária Eloísa Helena Duarte mandou dizer que tem que verificar os contratos mas no momento está em reunião, ligue mais tarde". Até o fechamento da edição, a Secretaria de Finanças não divulgou os valores.

6.8. Notícia 8

PMV e autarquias deverão rescindir contrato com grupo SIM[†]

A Prefeitura Municipal de Viçosa e todas as suas autarquias (Iprevi, Imas e Saae) deverão cancelar o contrato de prestação de serviços com o Grupo SIM (Serviço de Informação Municipal), empresa que presta assessoria jurídica aos municípios e que foi envolvida com o esquema de desvio do Fundo de Participação do Município (FPM) que está sob investigação da Polícia Federal e que já levou para a prisão de diversos prefeitos, inclusive com o de Ervália, Edson Rezende (este já libertado) e o de Juiz de Fora, Alberto Bejani, que continua preso.

O Ministério Público Estadual orientou todas as Prefeituras e Câmaras Municipais que mantêm contrato de prestação de serviço com grupo SIM a romper com a relação de trabalho, pelo fato de hoje, a assinatura dos termos não estar de acordo com um dos requisitos previsto na legislação para justificar a ausência de licitação: o de reputação ético-profissional, maculado porque os três sócios do Grupo Sim, Nelson Batista de Almeida, Sinval Drumond Andrade e Nivaldo Aquino Andrade, foram

presos pela Polícia Federal na operação "Pasárgada", deflagrada em junho para desarticular desvio de recursos públicos envolvendo o grupo, especializado em consultoria administrativo-financeira a prefeituras e câmaras de vereadores. Os sócios do grupo SIM foram indiciados pela Polícia Federal por formação de quadrilha, extorsão, peculato, corrupção ativa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Dois deles continuam presos na Penitenciária Nelson Hungria (Contagem).

O Ministério Público Estadual enviou ofícios a promotores que atuam em municípios com contratos fechados com o Grupo SIM determinando a análise de todos os termos. Na opinião do promotor Eduardo Nepomuceno, "seria prudente, moral e razoável a rescisão contratual, de modo a salvaguardar o erário público. Aliás a tal posicionamento o elevado preço cobrado pelos serviços, que onera os cofres pú-

blicos de forma desproporcional. Há outras instituições que prestam trabalhos similares e idênticos, com valores de mercado bem mais razoáveis". Segundo o MPE, o Grupo SIM teria cerca de 400 contratos em Minas Gerais, informação negada por representantes do Grupo SIM, que calculam em 280 os termos contratuais no estado.

Em 20 de junho, decisão da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) estabeleceu como legais os contratos fechados pelo Grupo SIM e as prefeituras, todos realizados com dispensa de licitação por "notório saber".

Em declarações ao Folha da Mata, na manhã de quinta-feira, 24, o prefeito Raimundo Nonato Cardoso afirmou que irá rescindir o contrato com o Grupo SIM e realizar licitação para esse tipo de serviço. "Quando assumi a Prefeitura, já existia o contrato com o Grupo SIM e não havia nenhuma

acusação contra a empresa. Agora considero muito válido rescindir o contrato", disse o prefeito.

sexta-feira, 22 de agosto, 2008

TRIBUNA LIVRE

Página 7

MP acusa Prefeitura de fraude

O Ministério Público (MP) de Minas Gerais, através da Promotoria da Comarca, entrou com ação civil pública contra a Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV). É solicitada a nulidade dos contratos administrativos efetuados através de licitação carta-convite com os advogados Raphael Felipe Teodoro de Castro e Andréia de Lana Costa. Os dois foram contratados para o cargo de procurador municipal.

O MP acusa a Administração Municipal de fraude à Lei Orgânica do Município e à Constituição Federal em seu Artigo 37, que proíbe a contratação de funcionários sem concurso público. Na peça de acusação, o MP é enfá-

tico: "o segundo réu [Raphael de Castro] recebe, aproximadamente, por cada mês trabalhado, R\$ 1.072,50, quantia infinitamente superior à prevista em lei para remuneração de procurador municipal. Os dois advogados requeridos foram contratados pelo primeiro demandado [PMV] em notória burla ao processo administrativo do concurso público, o que nos leva a crer que a licitação realizada é mero disfarce para uma contratação direta de advogados, sem qualquer critério objetivo de avaliação, de forma inconstitucional, ilegal, imoral e pessoal".

É ressaltado que a remuneração dos advogados ainda pode ser acrescida pelos chamados hono-

rários de sucumbência (valor que o juiz determina que a parte vencedora pague à parte vencida no processo judicial), uma vez que são muitos (mais de seiscentos) os processos judiciais em que o Município de Viçosa figura como autor ou réu.

Grupo de privilegiados

Para respaldar seus argumentos, a promotora Carolina Mendonça de Siqueira – que ajuizou a ação contra a PMV – citou várias decisões de tribunais superiores e doutrinadores sobre o assunto. Ela afirmou que a contratação levada a efeito pela Prefeitura foi uma ofen-

sa aos princípios da impessoalidade e da moralidade.

"(...) incabível a sua realização sem a observância do procedimento previsto em lei, sob a pena de impedir-se a participação de interessados no certame, favorecendo apenas um grupo de privilegiados, como se deu na hipótese telada. Contratar por carta convite é violar até não poder mais os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da proibidade, da impessoalidade, do concurso público, dentre tantos outros", enfatizou a promotora.

Mandado liminar

No fim da peça que justifica a ação, o MP solicita mandado liminar que impeça o Município de Viçosa de prorrogar os contratos dos advogados tão logo estes ter-

minem, em 31 de dezembro próximo. Solicita ainda à Justiça que profira sentença impedindo a PMV de admitir procuradores municipais ou assemelhados sem concurso, sob pena de multa diária de 300 reais. No caso de existirem outros advogados prestando serviços ao Município, sem aprovação em concurso público, excetuando os cargos em comissão, é solicitado que sejam declarados nulos os respectivos instrumentos admissionais, além de condenados os réus às custas processuais e demais ônus de sucumbência.

Vale lembrar que o município de Viçosa assinou um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público do Trabalho para não contratar nenhum servidor sem concurso (ressalvados os cargos em comissão), ao que parece este compromisso não foi cumprido.

6.10. Notícia 10

Promotoria considera irregular contratação de advogados pela PMV

A promotora de justiça Carolina Mendonça de Siqueira propôs ação civil pública mandamental e declaratória de nulidade de contratos administrativos em desfavor do município de Viçosa, representado pelo prefeito Raimundo Nonato Cardoso e dos advogados Rafael Felipe Teodoro de Castro e Andréia de Lana Costa, que foram contratados pela Prefeitura pela modalidade "convite", que no entender da promotora, torna a contratação nula de pleno direito. "A carta convite, tipo menor preço, é notória burla ao princípio administrativo do concurso público", afirma a promotora.

Na peça, a promotora argumenta que ao contrário dos cargos comissionados, os cargos ocupados por advogados contratados por carta convite dependem de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos. Ela cita o artigo 98 da Lei Orgânica que normatiza a questão, exigindo que na classe inicial da carreira de Procurador Municipal, a contratação far-se-á mediante concurso público de provas e títulos. "A instituição da advocacia pública na estrutura municipal deve se dar em sin-

tonia com os princípios constitucionais espreitados por todo o artigo 37 da Constituição da República. É de sabença ordinária que os serviços de advocacia são essenciais ao município-réu, porquanto, inerentes ao regime de legalidade na administração pública, sendo indispensável, nas demandas judiciais e na órbita administrativa, a presença do advogado, para atuar em favor da administração, produzindo defesas forenses e pareceres jurídicos. A transferência de atividades administrativas a terceiros, por meio de procedimento licitatório simplório como o convite, somente seria possível se se tratasse de atividade materiais meramente acessórias, não dotadas de essencialidade, o que não é o caso dos serviços administrativos".

O Ministério Público questionou e reprovou o fato de os advogados contratados receberem mensalmente quantia superior àquela prevista em lei para pagamento de procurador, isto sem falar nos honorários auferidos por uma jornada semanal de vinte horas. "Ao contrário do que assevera a municipalidade, da forma como

está, o cargo é bastante atrativo, razão pela qual o resguardo do princípio da impessoalidade se faz imprescindível, por meio da realização de concurso público". A promotora, em sua argumentação, diz que a situação salarial "leva a crer que a licitação realizada é mero disfarce para uma contratação direta de advogados, sem qualquer critério objetivo de avaliação, de forma inconstitucional, ilegal, imoral e pessoal".

A representante do Ministério Público ainda requereu mandado liminar, com justificação prévia, que impeça o Município de Viçosa a prorrogar os contratos dos advogados demandados tão logo se findem, em 31 de dezembro de 2008; que o juiz profira sentença que declare a nulidade dos contratos de prestação de serviços dos advogados já citados; profira sentença que impeça o município de admitir procuradores municipais e assemelhados por qualquer outra forma que não seja concurso público, sob pena de multa diária no valor de R\$ 300 e condene os réus ao pagamento das custas processuais e demais ônus da sucumbência.